



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES - MPMGOA

SÂMELLA ARRUDA ARAÚJO

**POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS:
perspectivas abrangendo as editoras universitárias**

JOÃO PESSOA
2019

SÂMELLA ARRUDA ARAÚJO

**POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS:
perspectivas abrangendo as editoras universitárias**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel França de Lima

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663p Araujo, Samella Arruda.

Políticas de funcionamento em repositórios
institucionais: perspectivas abrangendo as editoras
universitárias / Samella Arruda Araujo. - João Pessoa,
2019.

142 f. : il.

Orientação: Izabel França de Lima.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Repositório Institucional. 2. Políticas de
Funcionamento. 3. Povoamento de Repositório
Institucional. 4. Produção científica. 5. Editoras
Universitárias. 6. Instituições Federais de Ensino
Superior. I. França de Lima, Izabel. II. Título.

UFPB/BC

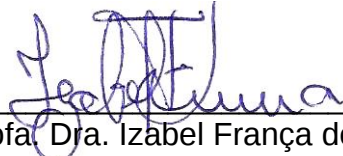
SÂMELLA ARRUDA ARAÚJO

**POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS:
perspectivas abrangendo as editoras universitárias**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes.

Data da defesa: 03/12/2019

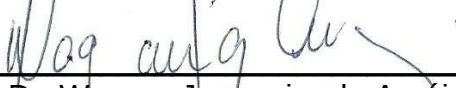
BANCA EXAMINADORA



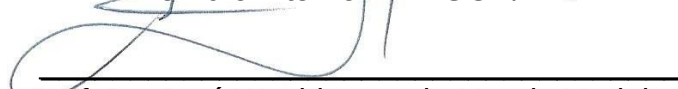
Prof.ª Dra. Izabel França de Lima
Orientadora - MPGOA/UFPB



Dra. Fabiana da Silva França
Membro Externo –Editora Universitária/UFPB



Prof. Dr. Wagner Junqueira de Araújo
Membro Interno – MPGOA/IFRB



Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros
Suplente Interno– MPGOA / UFPB

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira
Suplente Externo – PPGCI/UFPB

*“A pesquisa é a pedra que afia a faca da
universidade. O pesquisador é aquele cara que não
sabe só ler uma tabela; ele é quem produz a tabela.”*
André Luís Ferreira Marques

RESUMO

Embasadas nos conceitos do Acesso Aberto, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) buscam, nos Repositórios Institucionais (RI), o gerenciamento do grande volume de dados digitais gerados pelas pesquisas desenvolvidas, preservando deste modo a memória institucional e proporcionando mais visibilidade à instituição. Um desafio ainda enfrentado para o funcionamento do RI são as definições e implantações das políticas de funcionamento, dentre elas, as políticas de povoamento. O povoamento dos RI, é feito pela inserção de todo material produzido na instituição, seja pelos discentes, docentes ou pelo corpo técnico. Nessa perspectiva, as publicações realizadas pelas Editoras Universitárias (EU) constituem acervo técnico-científico que abrange diversas áreas do conhecimento, devendo estar inseridas nos repositórios das instituições às quais são vinculadas. Ressalta-se que tais publicações são constantemente atualizadas, por se tratarem de uma produção ininterrupta. Busca-se, então, verificar quais IFES possuem políticas de funcionamento em seu RI, e quais adotam políticas de povoamento que abarquem as produções das Editoras Universitárias. Foram analisadas as instituições nacionais e internacionais. Por meio de análise documental, almeja-se identificar quais IFES ainda precisam definir as políticas de funcionamento de seu RI e quais necessitam atentar para a importância da ligação entre o RI e a EU. Neste contexto, a investigação também apontou os exemplos já implantados em diferentes instituições. A partir de então, foi possível desenvolver um manual de boas práticas para a criação de políticas de funcionamento e de povoamento de RI, voltadas para a produção das editoras universitárias. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória descritiva, de cunho qualitativo e quantitativo, mediante uso de análise documental e análise de conteúdo. De posse deste material, as IFES que ainda não possuam políticas de funcionamento e políticas de povoamento, com as obras da EU em seu RI, poderão utilizar o manual elaborados para desenvolvimento das mesmas. Dessa forma, será possível utilizar este trabalho como uma contribuição para o armazenamento e disseminação do conhecimento científico e acadêmico.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Políticas de Funcionamento. Povoamento de Repositório Institucional. Produção científica. Editoras Universitárias. Instituições Federais de Ensino Superior.

ABSTRACT

Based on the Open Access concept, the Federal Higher Educational Institutions (FHEI) seek, in the Institutional Repositories (IR), the management of the great volume of digital data created by the developed researches, in order to preserve the institutional memory and to provide more visibility to the institution. The definitions and implantations of the functioning policies, among them, the populating policies, are still a great challenge for the full functioning of the Institutional Repositories. The IR populating is made through the insertion of all the material produced in the institution by students, professors or technical staff. In this perspective, the publications realized by the University Presses (UP) constitute a technical-scientific collection that cover different areas of knowledge, and must be inserted in the repositories of the institutions to which they are related. It emphasizes that such publications are constantly updated, because they are uninterruptedly produced. Thus, this study aims to verify what FHEI have functioning policies in their IR, and which of them adopt populating policies that cover the productions of the University Presses. It analysed national and international institutions. Through a documental analysis, it aims to identify which FHEI still need to define the functioning policies in their IR and which of them need to pay attention to the importance of the connection between the IR and the UP. In this context, the investigation also pointed examples already implanted in different institutions. From then on, it was possible to develop a welcome manual of good practices to the creation of functioning and populating policies of IR, with the focus on the production of the University Presses. This an exploratory-descriptive research, with the qualitative and quantitative approaches, through the use of documental and content analysis method. With this material, the FHEI which still do not have functioning and populating policies, as the collection of the UP in its IR, will be able to use the manual created to develop them. Thus, it will be possible to use this work as a positive contribution to the storage and dissemination of scientific and academic knowledge.

Keywords: Institutional Repository. Functioning Policies. Populating of Institutional Repository. Scientific Production. University Presses. Federal Higher Educational Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Breve histórico sobre o Acesso Aberto	27
Figura 2 – Via Verde x Via Dourada.....	29
Figura 3 – Linha do tempo do PKP	30
Figura 4 - Povoamento do repositório institucional.....	42
Figura 5 – Recorte da pesquisa	61
Figura 6 – Distribuição das IFES no Brasil.....	65
Figura 7 – Detalhamento dos IFES que não possuem RI	67
Figura 8 – Distribuição das instituições de ensino superior internacionais	68
Figura 9 – Instituições com RI e EU	81
Figura 10 – Distribuição das IFES com políticas de funcionamento.....	82
Figura 11 – RI com Políticas para sua EU	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Usuários de Internet no Brasil.....	25
Gráfico 2 – Ranking mundial de repositórios digitais.....	32
Gráfico 3 – Distribuição de Repositórios Digitais por continentes	33
Gráfico 4 – Softwares utilizados no desenvolvimento de RI.....	48
Gráfico 5 – IFES que possuem Repositório Institucional	66
Gráfico 6 – IFES que possuem Editoras Universitárias.....	67
Gráfico 7 – RI com Políticas de Funcionamento	81
Gráfico 8 – Distribuição RI com Políticas de Funcionamento.....	83
Gráfico 9 – Concentração de itens encontrados no documento por categoria de análise	93
Gráfico 10 – Concentração de itens não encontrados no documento por categoria de análise	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas definições dos serviços do RI.....	36
Quadro 2 – Políticas de repositório institucional	43
Quadro 3 – Eliminando dúvidas acerca dos RI	46
Quadro 4 – Processos Principais da Editora UFPB	53
Quadro 5 – Tipos de Publicações da Editora UFPB.....	53
Quadro 6 – Institutos de Educação Superior públicos em 2018 no Brasil	60
Quadro 7 – Institutos de Educação Superior Internacionais	60
Quadro 8 – Coleta de dados	62
Quadro 9 – palavras-chave usadas para busca nas políticas de funcionamento.....	63
Quadro 10 – RI nacionais com Políticas de Funcionamento e Políticas de Povoamento com as produções das editoras universitárias	70
Quadro 11 – RI internacionais com Políticas de Funcionamento e Políticas de Povoamento com as produções das editoras universitárias	85
Quadro 12 – Correspondência das categorias de análise presentes nas políticas de funcionamento.....	90
Quadro 13 – Subcategorias de análise presentes nas políticas de funcionamento.....	92
Quadro 14 – Boas práticas para o desenvolvimento de políticas de funcionamento.....	97
Quadro 15 – Boas práticas para o desenvolvimento de políticas de povoamento utilizando as produções das EU	102
Quadro 16 – Mapeamento das instituições nacionais que possuem RI e EU.....	119
Quadro 17 – Mapeamento das instituições internacionais que possuem RI e EU.....	128
Quadro 18 – Manual de boas práticas para a criação de políticas de funcionamento e de povoamento de ri: perspectivas abrangendo as editoras universitárias	130

LISTA DE SIGLAS

AA	Acesso Aberto
ABEU	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
BU	Biblioteca Universitária
CEFET – MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET – RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CONSUNI/UFPB	Conselho Universitário da UFPB
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
EU	Editora Universitária
EDUEPB	Editora da Universidade Federal da Paraíba
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
OA	<i>Open Access</i>
OMP	<i>Open Monograph Press</i>
OpenDOAR	<i>Directory of Open Access Repositories</i>
ORCID	<i>Open Researcher and Contributor ID</i>
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
IF Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IF GOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IF Sertão-PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Ifes	Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSEMG	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Sudeste De Minas Gerais
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IFSul Pelotas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC	Ministério da Educação e Cultura
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UF	Universidade Federal
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco

UPE	Universidade de Pernambuco
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
RI	Repositório Institucional
SDUM	Serviços de Documentação da Universidade do Minho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 O CONTEXTO DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	25
2.1 O MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO (<i>OPEN ACCESS</i>).....	27
2.2 REPOSITÓRIO DIGITAL.....	31
2.3 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	34
2.3.1 <i>Políticas de Funcionamento dos Repositórios Institucionais</i>	40
2.3.2 <i>Povoamento de Repositório Institucional</i>	41
2.3.3 <i>Aspectos legais de Repositório Institucional</i>	46
2.3.4 <i>Boas práticas e recomendações para Repositório Institucional</i>	47
2.3.5 <i>Construção do Repositório Institucional</i>	48
3 EDITORAS UNIVERSITÁRIAS: em pauta a Editora UFPB.....	51
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	59
4.1 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CONTEÚDO	64
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
5.1 UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS BRASILEIROS COM SUAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	66
5.2 INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR INTERNACIONAIS COM SUAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	69
5.3.1 <i>Repositórios institucionais, as políticas de povoamento e políticas que abrangem as produções das EU</i>	70
5.3.2 <i>Instituições nacionais e suas políticas de RI</i>	70
5.3.2 <i>Instituições internacionais e suas políticas de RI</i>	85
5.2 Análise dos Resultados	91
6 PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO.....	98
6.1 POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO DE RI.....	98
6.2 POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA POVOAMENTO COM AS PRODUÇÕES DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE A – MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS QUE POSSUEM RI E EU	119
APÊNDICE B – MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS QUE POSSUEM RI E EU	128

APÊNDICE C – MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO E DE POVOAMENTO DE RI: PERSPECTIVAS ABRANGENDO AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS	130
--	------------

1 INTRODUÇÃO

Pensar a preservação da memória e a disseminação da informação e do conhecimento é requisito básico para o futuro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), reconhecendo os acontecimentos do passado, estudos e pesquisas outrora realizados. Dessa forma, é possível traçar novas metas, novos objetivos e vislumbrar resultados positivos para todos.

No meio acadêmico, “a pesquisa pode ser entendida como toda a criação de conhecimento e estende-se até os limites da divulgação do saber produzido” (STUMPF, 1994, p. 70-71). Baptista et al. (2007, p. 2) ressaltam a importância de compartilhar o conhecimento, apontando que comunicação científica é parte essencial dos estudos, “a qual constitui uma disciplina cujas preocupações centrais estão focadas em questões relacionadas, direta ou indiretamente, com o compartilhamento do conhecimento na sociedade”.

Desde o século passado, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) buscam inovação, mantendo o foco principal na disseminação do conhecimento científico. Tal aspecto é citado por Stumpf (1994, p. 128), usando como exemplo a Universidade Federal de Brasília, que, em 1960, trouxe uma proposta inovadora para a época, compreendendo que a universidade é “um espaço de produção e disseminação do conhecimento científico”.

Na atualidade, a sociedade está diante de um intenso fluxo de informação e conhecimento, pois os dados que eram armazenados fisicamente, em papel, se transformaram em dados digitais, armazenados em servidores ou nas nuvens, cuja principal via onde transitam estes dados é a Internet. “Com o crescimento exponencial bibliográfico e a facilidade na produção de novas informações em ambiente virtual, a quantidade de material eletrônico disponível para acesso na internet é amplamente variada” (BELARMINO; ARAÚJO, 2014, p.2).

Nesse contexto, em que existe uma busca constante pela atualização de conteúdos, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) proporcionam uma abertura nunca vista para as comunidades acadêmicas em nível mundial. Tudo devido às facilidades para publicação de pesquisas científicas, decorrente da disseminação e diversificação dos serviços

associados à Internet (ROSA; GOMES, 2010). “A publicação de artigos em revistas científicas sustenta um ciclo produtivo que se transforma em um recurso indispensável para o sistema de comunicação científica” (BELARMINO; ARAÚJO, 2014, p.2).

Para que possam ocorrer novas pesquisas científicas, se faz necessário que o acesso às informações produzidas no passado seja disponibilizado aos pesquisadores envolvidos em projetos contemporâneos, visando que não haja redundância de pesquisas e exista a possibilidade de desenvolver novos estudos a partir de dados já coletados. Esse tipo de acesso deve ser feito, preferencialmente, de modo livre e aberto, para que a sociedade tenha acesso às informações geradas, de forma gratuita.

Diante dessa prerrogativa, o movimento do Acesso Aberto surgiu para viabilizar a distribuição digital e gratuita de livros e, a partir dessa iniciativa, o debate em torno de promover acesso a conteúdo científico foi sendo consolidado no cenário mundial, na década de 90, os movimentos e manifestações que apoiam tal prática foram se tornando mais fortes, o que também ocorreu devido às dificuldades encontradas em face da crise dos periódicos científicos¹ (KURAMOTO, 2006, p.96). É possível observar a relevância deste movimento identificando que a Ciência Aberta inclui prioritariamente o acesso livre aos produtos gerados por pesquisas financiadas com recursos públicos (SAYÃO; SALES, 2016).

Colaborando com o pensamento do acesso aberto, normas e diretrizes foram criadas no intuito de disseminar o conhecimento. Sobre esse tema, Kuramoto (2009, p.207) faz uma breve descrição:

o movimento do acesso livre recomenda a adoção de duas estratégias para a implantação do acesso livre ao conhecimento científico. A primeira estratégia, denominada de Via dourada (*Golden Road*), refere-se às revistas científicas (ou revisadas por pares) que fornecem acesso livre aos artigos nelas publicadas. John Willinsky (2006) identificou a existência de 10 modelos de negócios que garante a sustentabilidade de revistas científicas de acesso livre. A segunda estratégia é a chamada Via verde (*Green road*), a qual recomenda que os autores depositem os seus trabalhos publicados, em revistas com revisão por pares, em um repositório institucional (ou outro tipo de repositório: temático ou central) de acesso livre.

¹ Um periódico **científico** é definido como “uma publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente” (ABNT, norma NBR 6023/2018).

O acesso aberto significa a disponibilização livre e pública na Internet, permitindo que qualquer usuário faça a leitura, *download*, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de links para os textos completos dos artigos. Isso inclui capturá-los para indexação e utilizá-los para qualquer outro propósito legal (LEITE, 2009). Contudo, é necessária a gestão do grande volume de informação digital produzida (BAGGIO; BLATTMANN, 2017) e, como resposta para a problemática de busca e preservação destes dados no meio acadêmico, formalizam-se políticas para que a gestão da informação digital possa ocorrer através de Repositórios Digitais, sejam eles de Teses e Dissertações, Temáticos ou Disciplinares ou Institucionais, além das Bibliotecas Digitais. Dentre estes, o Repositório Institucional vem demonstrando um crescimento rápido e significativo, desde que foram criados os primeiros sistemas, no ano de 2002 (ROSA; GOMES, 2010).

Marcondes e Sayão (2009, p. 9) trazem a definição de Repositório Institucional (RI) como “uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir o livre acesso via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”. Deste modo, o RI é uma alternativa viável, que trará benefícios, deixando o acervo das IFES mais acessível e melhor organizado.

No contexto acadêmico, as IFES podem organizar seus repositórios de modo que as suas características e especificidades possam estar mais bem adaptadas, se ajustando às suas necessidades de forma individual. Muitas das universidades utilizam a estrutura do RI de acordo com seus centros de pesquisa, sendo esta a forma mais lógica e, por isso, a mais difundida e menos complexa (LEITE, 2009).

A implantação de repositórios institucionais em IFES fez com que as instituições brasileiras se voltassem para o estabelecimento de políticas de informação institucionais, “trazendo como resultado prático um melhor gerenciamento da produção científica e sua disseminação para um público cada vez mais amplo” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p.11). A responsabilidade de implantar e administrar os RI, na maioria das instituições, fica a cargo da Biblioteca Universitária (BU), uma vez que “o interesse das bibliotecas, dos arquivos, dos museus foi e é o de criar coleções que possam simbolizar o conhecimento acumulado” (DODEBEI, 2009, p.88), além de

possuir uma equipe com conhecimentos específicos para trabalhar nesta nova demanda.

Dessa forma, o conhecimento científico como um todo poderá ser resguardado e disponibilizado no universo *online*, de forma gratuita, tendo a possibilidade de um fácil acesso aos seus conteúdos. O intuito é atuar como sistemas de armazenamento que vão além da conservação de trabalhos acadêmicos em um depósito virtual, proporcionando, conseqüentemente, a promoção e difusão do acesso à informação e a todo o patrimônio científico nos repositórios em questão.

A tecnologia se transforma em aliada da pesquisa, motivando que, acervos reunidos nas prateleiras das bibliotecas de diversas universidades ao redor do país deixam de serem papéis obsoletos, para constituírem novas ferramentas de pesquisa. A informação é o objeto de interação e integração e os repositórios funcionam como um canal de acesso.

As instituições federais de ensino superior são responsáveis por garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão. Por isso, “devem buscar caminhos para disponibilizar, à sua comunidade acadêmica, canais para a divulgação das pesquisas científicas, em especial, a editora universitária” (PAOLINELLI; GAYDECZKA; ANJO, 2019).

As Editoras Universitárias (EU) surgiram, no Brasil, nos anos de 1961 e 1962 (BUFREM, 2001). Sua atuação pode abranger: a viabilização de edições experimentais; publicações de resultados de pesquisas e experiências de sala de aula; e a edição de trabalhos intelectuais, de modo a extrapolar os limites da universidade (BUFREM, 2001), sendo fundamentais para a divulgação das pesquisas e outras produções do conhecimento realizadas pelas instituições às quais pertencem. As editoras comerciais visam ao lucro advindo de suas publicações, mas as EU trabalham com o objetivo principal de “difundir pesquisas, registrando-as e possibilitando o avanço e aperfeiçoamento do conhecimento científico” (RIBEIRO, 2018, p.11). As EU contrapõem, deste modo, a ordem do mercado, levando ao público obras que não seriam publicadas por editoras privadas, contribuindo, também, para a formação de novos leitores e estimulando a atividade de novos autores (GUEDES; PEREIRA, 2000).

Nota-se que as Editoras Universitárias e as Bibliotecas Universitárias desenvolvem atividades que se correlacionam e se complementam, uma vez que as EU tratam os trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos centros de pesquisa, transformando-os em publicações, e as BU são responsáveis pela organização, armazenamento e disseminação das informações geradas no contexto acadêmico. Portanto, é primordial que as publicações desenvolvidas pelas EU estejam inseridas nos RI das instituições das quais estas fazem parte. Assim, visa-se a democratização do conhecimento, o fácil acesso ao que é publicado, bem como uma visão unitária entre os dois setores, otimizando os resultados das buscas por parte da comunidade. Tendo em vista os pontos levantados, pergunta-se: **das IFES que utilizam RI, quais possuem políticas de funcionamento e quais utilizam políticas de povoamento que contemplam as publicações das EU?** Dessa forma, pretende-se desenvolver um mapeamento, buscando apontar diretrizes de boas práticas que possam ser replicadas nas IFES que ainda não possuam políticas de funcionamento, bem como as que ainda não possuam, dentre estas políticas, um vínculo de seu RI com a EU.

Considerando esse fato, a investigação tem como objetivo geral: mapear os repositórios institucionais existentes nas IFES e em algumas instituições de ensino superior internacionais, verificando quais dispõem de políticas de funcionamento e se estas políticas estão abrangendo as produções das editoras universitárias para o povoamento do RI.

Para chegar a tais apontamentos, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Selecionar as instituições que se classificam como Universidades e Institutos federais nacionais, além de duas instituições de ensino superior internacionais, por continente, que possuam RI;
- b) Mapear quais Instituições de Ensino Superior possuem RI e EU;
- c) Mapear quais RI dispõem de políticas de funcionamento;
- d) Apontar quais repositórios têm políticas de povoamento voltadas para as produções das editoras universitárias;
- e) Apresentar um manual de boas práticas para o desenvolvimento de políticas de funcionamento e política de povoamento utilizando as obras das editoras universitárias.

Considerando que “cada vez mais a universidade brasileira se dá conta de que a atividade editorial acadêmica é, antes de tudo, parte constitutiva da maturidade intelectual da instituição” (MARQUES NETO, 2000, 167), podemos evidenciar que o vínculo entre as obras da EU e o povoamento do RI é pertinente. O produto final desta pesquisa poderá contribuir para a possível formalização deste vínculo, apontando boas práticas para o desenvolvimento de políticas de povoamento com as produções da EU, além de indicar as boas práticas para as políticas de funcionamento de RI, por meio de embasamento nas práticas já existentes nas instituições investigadas.

O trabalho está dividido em sete capítulos , explicados da seguinte forma: no primeiro capítulo, em curso, abordamos a introdução, problemática de pesquisa, justificativa e os objetivos. No segundo capítulo, conceituamos o movimento de Acesso Aberto, Repositórios Digitais e Repositórios Institucionais. O terceiro capítulo traz à luz a definição do que vem a ser uma Editora Universitária. No quarto capítulo, exploramos os aspectos metodológicos da pesquisa, quais foram os filtros adotados para chegarmos à amostra analisada e como foram escolhidas as instituições analisadas. No quinto capítulo, foram apresentados os resultados, além dos detalhamentos de cada item pesquisado e a análise dos resultados. O capítulo seis expõe o produto da pesquisa, apresentando os quadros de boas práticas construídos com base nos dados analisados. Por fim, no capítulo sete, apresentamos as considerações finais.

2 O CONTEXTO DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Desde os primórdios, a comunicação humana está vinculada ao armazenamento e à transmissão de informações, pois “a ciência do saber apoia-se e somente pode se desenvolver com base numa observação e a partir de uma estocagem de informações” (SAMAIN, 2001, p. 11). Assim, podemos ressaltar que, de acordo com a cultura local e as necessidades enfrentadas pela sociedade, são estabelecidas formas de realizar o processamento e armazenamento de tais informações. A convergência tecnológica vinculada à comunicação e à informação vem transformando a sociedade e os indivíduos em todas as esferas: cultural, econômica e social.

Barreto (1998, p.70) aborda a informação como “estruturas simbolicamente significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade”. Dessa forma, é possível dizer que a informação é a base para gerar conhecimento – e ambos estão correlacionados, como afirma Wersig (1993, p. 233), expondo que “informação é conhecimento em ação [...] como algo que serve de apoio a uma ação específica em uma situação específica”. Corroborando com essa relação entre informação e conhecimento, Setzer (1999) aduz:

[...] o conhecimento está no âmbito puramente subjetivo do homem ou do animal. Parte da diferença entre estes reside no fato de um ser humano poder estar consciente de seu próprio conhecimento, sendo capaz de descrevê-lo parcial e conceitualmente em termos de informação.

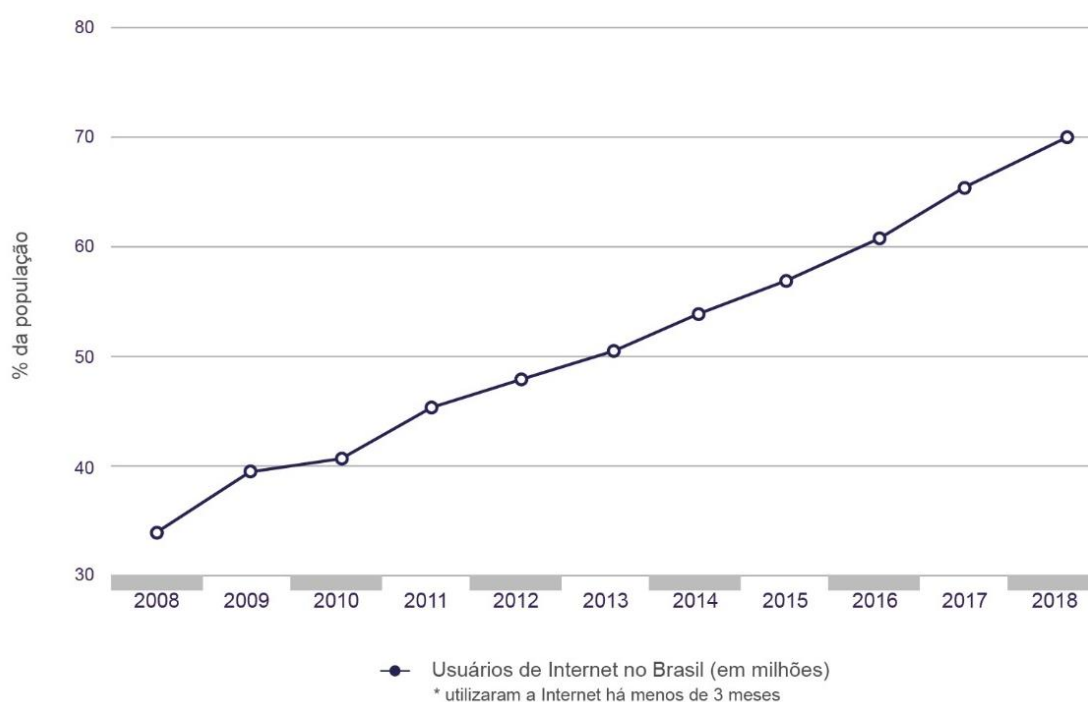
Com a progressão dos anos, o volume das informações e conhecimentos obtidos pela sociedade segue aumentando progressivamente. Para armazenarmos tais informações, além do espaço físico, deve-se levar em consideração o alto custo para a preservação de memória. É necessário, dessa forma, a utilização de um ambiente de armazenamento apropriado, como o ciberespaço, onde podemos realizar o armazenamento de memórias eletrônicas (DODEBEI, 2009).

No ciberespaço, a Internet é o meio principal de comunicação utilizado pelos indivíduos. Uma rede mundial que forma a grande diversidade de comunidades virtuais, como afirma Ianni (2001, p.228) ao referir-se à formação das *aldeias globais*: “províncias, regiões e nações, bem como culturas e civilizações são atravessadas e articuladas pelos sistemas de informação e

comunicação”. Além disso, segundo Castells (2010, p. 39), podemos visualizar a Internet como o “tecido de nossas vidas”, por ser amplamente utilizada como suporte à vida cotidiana atual.

O CETIC (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação), em sua pesquisa *TIC Domicílios 2018*, aponta que 126,9 milhões de pessoas no Brasil usaram a Internet de maneira regular no ano de 2018, sendo um total de 46,5 milhões de domicílios. Também foi identificado, na pesquisa, que metade da população rural e das pessoas que compõe as classes D e E já possuem acesso à internet. Desta maneira, os índices sobem de 67% para 70% da população, seguindo um padrão de crescimento exponencial no decorrer dos anos, como é possível observar no gráfico 1.

Gráfico 1 – Usuários de Internet no Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em CETIC (2018).

Os dados digitais estão inseridos em um contexto tecnológico, enquanto informações valiosas e de grande importância, tanto para a sociedade, como para a formação e preservação da memória científica das instituições. Segundo Dodebei (2009, p. 84), “visam garantir a produção, circulação e guarda de informações em meio digital”. Ainda acerca dos dados digitais extraídos de pesquisas e estudos realizados em instituições de ensino superior, Sayão e

Sales (2016, p. 93) esclarecem que, “dados digitais de pesquisa ocorrem na forma de diferentes tipos de dados, como números, figuras, vídeos, softwares”.

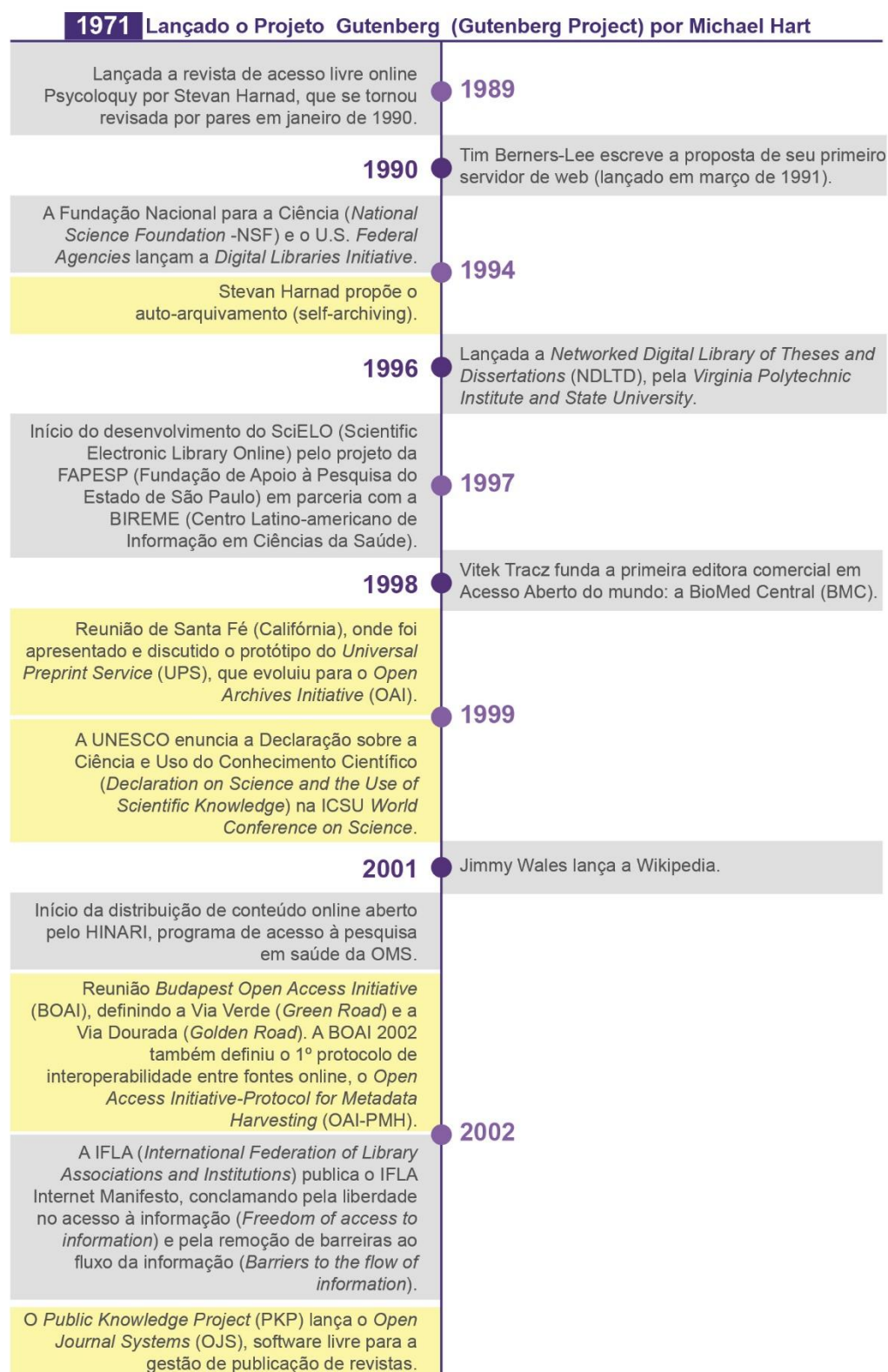
Na esfera do conhecimento científico, as informações contidas nos trabalhos de pesquisa necessitam de ambientes informacionais digitais, os quais estão “surgindo com o intuito de possibilitar o gerenciamento, o tratamento, a recuperação, o uso, a preservação e a disseminação de informações e de documentos científicos e acadêmicos”, (CAMARGO; VIDOTTI, 2009, p. 55). Tais publicações podem estar disponíveis para a sociedade, como parte do movimento de Acesso Aberto, que trazem diretrizes e valores que auxiliam a difundir e compartilhar o conhecimento.

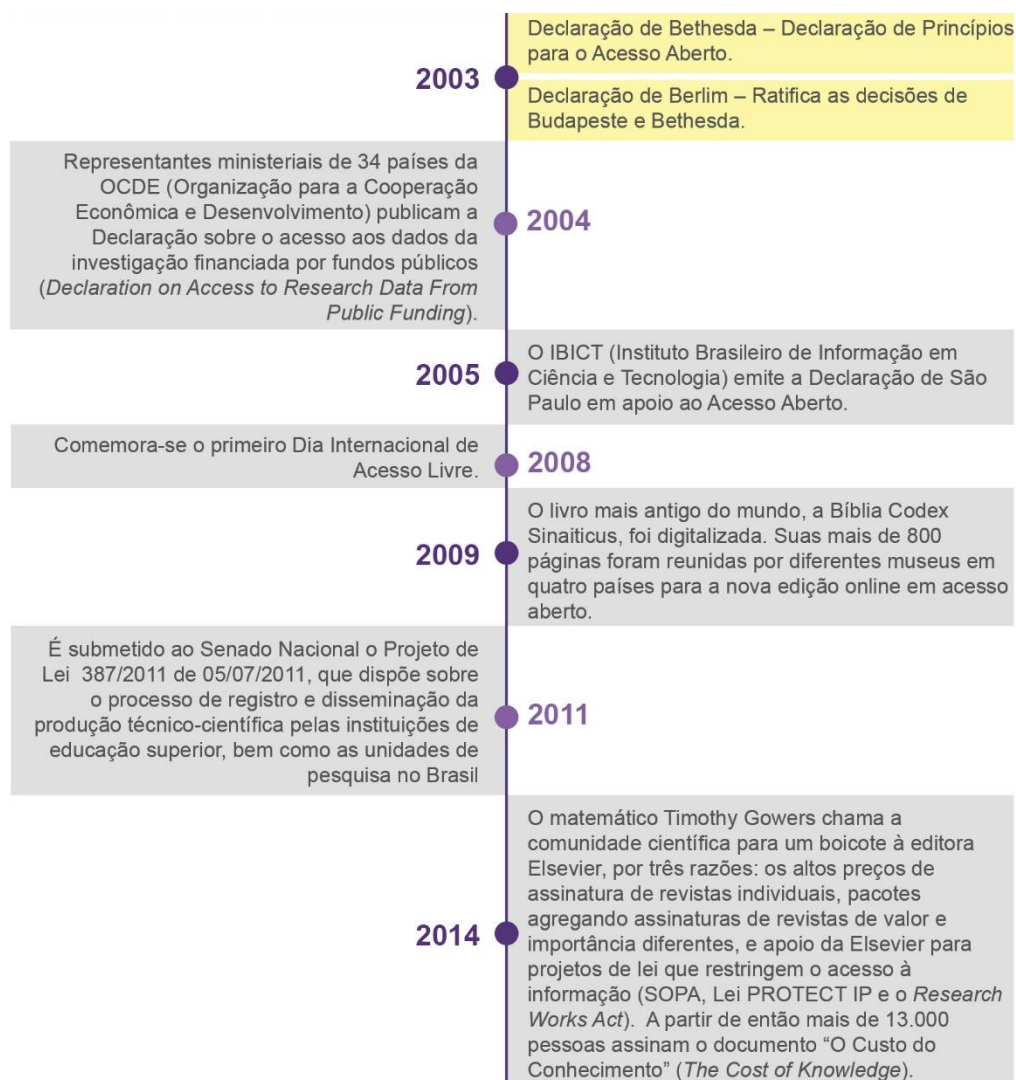
2.1 O MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO (*OPEN ACCESS*)

O movimento tem o objetivo de expor publicamente as conclusões e dados obtidos em publicações científicas, de forma livre e gratuita. Desse modo, o pensamento do *Open Access* (OA), movimento que traz a ideia de Acesso Aberto (AA), estará difundindo o conhecimento registrado nos mais diversos canais online, como: periódicos eletrônicos, repositórios de documentos digitais, bibliotecas digitais, portais temáticos, provedores de serviços, motores de busca especializados em Ciência, índices de citações autônomos, diretórios de repositórios de documentos digitais, blogs científicos, entre outros. Gaudie Ley (2013, p. 52) define o Acesso Aberto como um movimento livre de barreiras que outrora pesavam sobre os pesquisadores, como por exemplo, o valor cobrado para acesso a determinados materiais:

[...] se constitui de vários princípios e preceitos preconizados em manifestos e declarações para disponibilizar o acesso à informação científica livre das barreiras de preço e de acesso impostas pelos editores comerciais, tem, assim, uma conotação política, possibilitada pelo surgimento das TICs e, em especial, da Internet, que viabilizou aos pesquisadores a busca de alternativas para disseminar livremente suas descobertas científicas.

Historicamente, é possível citar alguns marcos importantes, como a reunião de Santa Fé, na Califórnia, em 1999, a *Declaration of the Budapest Open Access Initiative* em 2002, a declaração de Berlin em 2003, entre outros movimentos importantes expostos na Figura 1:

Figura 1 - Breve histórico sobre o Acesso Aberto.



Fonte: Elaboração própria, com base em Scielo em Perspectiva (2019).

Alves (2008, p. 133) descreve duas proposições realizadas pela *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), no intuito de auxiliar a implantação ao Acesso Aberto de informações: a Via Verde, que é o autoarquivamento realizado pelo próprio autor, e a Via Dourada, que é a publicação em periódicos científicos eletrônicos, cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores.

O Serviço de Documentação da Universidade do Minho² (SDUM) desenvolveu o Gabinete de Projetos *Open Access*. Com base nas definições expostas em sua página *web*, a Figura 2 foi elaborada para melhor compreensão das duas vias descritas por Alves (2008):

² Universidade do Minho: <https://www.uminho.pt/PT>

Figura 2 – Via Verde x Via Dourada

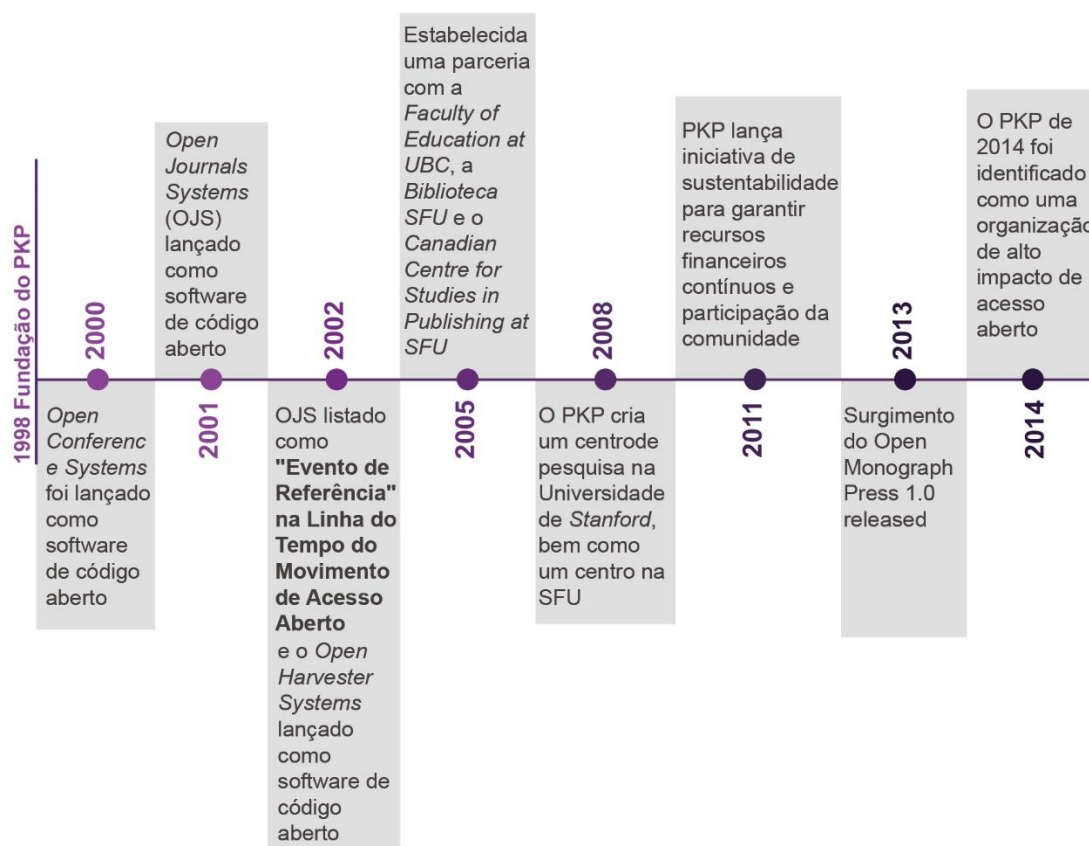
Fonte: Elaboração própria, com base em Gabinete de Projetos *Open Access* (2019).

Este movimento converge para uma nova lógica de publicações, tendo como principal objetivo o direito à informação científica. Para Lafer (1998, p. 241), o direito à informação “é precipuamente uma liberdade democrática, destinada a permitir uma adequada, autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública”, sendo de total importância para a comunidade acadêmica manter uma participação igualitária, exercendo democraticamente a capacidade de acesso à informação. Uma das maneiras de garantir que as atividades de ensino, pesquisa e extensão estejam de acordo com os preceitos do acesso aberto é através da utilização de repositórios digitais *online* para, por meio dele, disponibilizar o acesso a tais informações.

Um dos grupos que incentivam e coordenam projetos voltados para o Acesso Aberto visando à disseminação e compartilhamento do conhecimento é o PKP (*Public Knowledge Project*), que apresenta a iniciativa de desenvolver softwares de código aberto³ e produzir pesquisas visando melhorar a qualidade e o alcance das publicações acadêmicas. Várias universidades ao redor do mundo compõem esse grupo de pesquisa e desenvolvimento (PKP, 2019). Após sua criação em 1998, por John Willinsky⁴, alguns dos seus principais marcos são listados e podem ser visualizados na Figura 3.

³ Código aberto é o software cujo código fonte é disponibilizado e possui uma licença que define seu direito autoral, fornecendo a liberdade de estudar, modificar e distribuir o software.

⁴ Mais informações sobre John Willinsky <https://ed.stanford.edu/faculty/willinsk>

Figura 3 – Linha do tempo do PKP

Fonte: Autoria própria, 2019, com base em PKP (2019).

Consequentemente, o PKP continuou a lançar novas plataformas abertas e a atualizar as plataformas já existentes. Além disso, garantiu o lançamento do *PKP Index*⁵, que constitui um banco de dados de artigos, livros e anais de conferências, utilizando a plataforma OMP⁶ (*Open Monograph Press*).

2.2 REPOSITÓRIO DIGITAL

Diante do cenário proposto pelo movimento do Acesso Aberto à informação, dos softwares livres, da queda nos preços para armazenamento *online*, da otimização de espaço de armazenamento, dos avanços no desenvolvimento dos padrões de metadados e da importância do gerenciamento das informações contidas nos estudos e pesquisas, surgem os Repositórios Digitais. Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2005, p. 3) os

⁵ <http://index.pkp.sfu.ca/>

⁶ <https://pkp.sfu.ca/omp/>

definem como “uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado”.

Qualquer tipo de instituição que tenha como objetivo promover a distribuição absoluta da informação, o livre acesso ao documento integral, o recurso de interoperabilidade e o atributo de armazenamento em longo prazo, poderá manter um Repositório Institucional (BELARMINO; ARAÚJO, 2014, p.2).

Por meio da utilização dos repositórios digitais, o que antes seria armazenado em papel, agora é armazenado em um ambiente digital, facilitando a organização, preservação e consultas de documentos. Podemos listar três tipos de Repositórios: Institucionais, Temáticos ou Disciplinares e de Teses e Dissertações. Leite (2009, p. 20) os diferencia da seguinte forma:

- Repositórios institucionais: voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa.
- Repositórios temáticos ou disciplinares: voltados às comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular.
- Repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation – ETDs*): repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações. Muitas vezes a coleta das muitas ETDs é centralizada por um agregador.

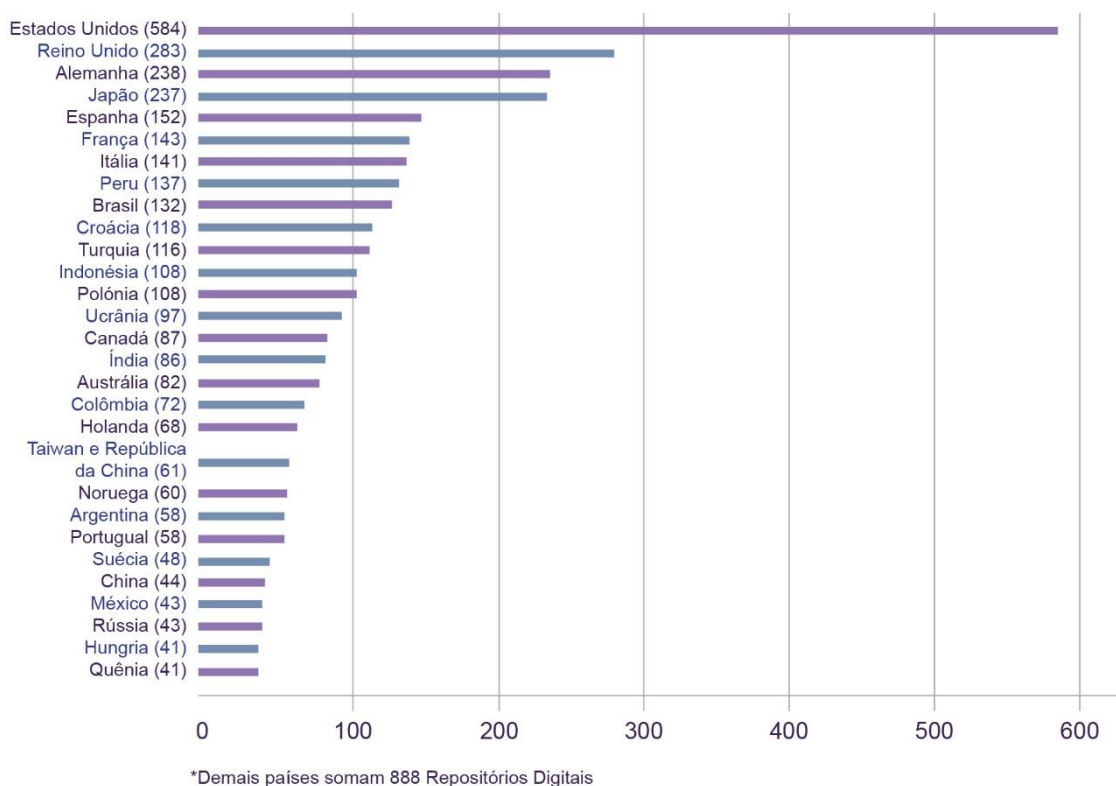
O foco deste trabalho é a investigação de Repositórios Institucionais, por se tratarem de repositórios voltados para as instituições de ensino e suas produções intelectuais. Crow (2002) evidencia que os Repositórios Institucionais guardam conteúdos prontos para serem disseminados, de forma digital e aberta, à comunidade.

Nota-se que os Repositórios Temáticos ou Disciplinares e os Repositórios de Teses e Dissertações lidam com tipos específicos de material científico, enquanto os Repositórios Institucionais disseminam as produções científicas criadas nas instituições das quais fazem parte, sendo mantidos e alimentados por elas. Aumenta-se, dessa forma, o ciclo de produção da informação.

Visualizando o território mundial, podemos identificar que a maior concentração de Repositórios Digitais se encontra nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Japão, como é possível observar no Gráfico 2, gerado

através do levantamento realizado em 2019 pela OpenDOAR (*Directory of Open Access Repositories*).

Gráfico 2 – Ranking mundial de repositórios digitais



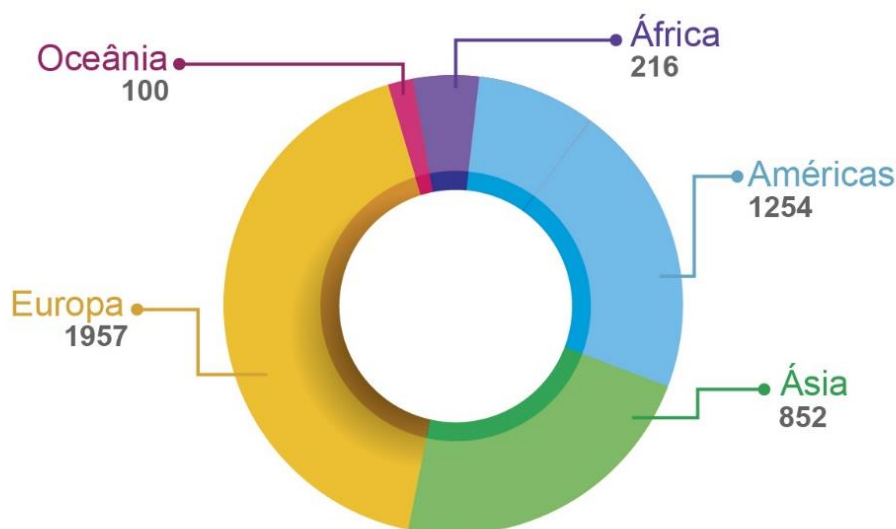
Fonte: Elaboração própria, com base em OpenDOAR (2019).

A OpenDOAR foi desenvolvida inicialmente por uma parceria entre a Universidade de Nottingham⁷ e a Universidade de Lund⁸, no ano de 2005. Trata-se de um diretório global que aponta a qualidade de repositórios de acesso aberto, permitindo a identificação, navegação e pesquisa de repositórios (OPENDOAR, 2019). Além disso, disponibiliza dados estatísticos atualizados acerca dos mesmos, assim como a distribuição dos repositórios por continente, conforme é possível observar no Gráfico 3:

⁷ <https://www.nottingham.ac.uk/>

⁸ <https://www.lub.lu.se>

Gráfico 3 – Distribuição de Repositórios Digitais por continentes



Fonte: Elaboração própria, com base em OpenDOAR 2019.

Observa-se que a Europa e as Américas juntas detêm mais de 70% dos Repositórios Digitais. Nestes continentes, a maior concentração se dá no Sul da Europa e na América do Norte (OPENDOAR, 2019).

2.3 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Os Repositórios Institucionais estão fundamentados em difundir o conhecimento científico, com parâmetros estabelecidos pelo movimento de acesso aberto à informação, propondo uma nova visão para as instituições e um novo comportamento para os pesquisadores. Trata-se de uma experiência original para a divulgação de documentos científicos que enriquecem o patrimônio científico da instituição (ALARCÓN; HERNÁNDE, 2018).

As instituições públicas de ensino superior no Brasil têm trilhado um caminho que converge para a implantação de Repositórios Institucionais (RI), objetivando ampliar o acesso ao conteúdo da produção científica, além de manter a preservação e a memória dos documentos vinculados a estas instituições. Tomaél e Silva (2007, p. 6) expõem que a implantação de repositórios institucionais é:

[...] o reconhecimento que a vida intelectual e acadêmica de universidades será progressivamente representada, documentada e compartilhada de forma digital. Antes de tudo, o conteúdo de um repositório institucional destina-se ao compartilhamento. O acesso pode diversificar em grandes proporções, assumindo vários níveis, desde o acesso limitado aos membros de um mesmo departamento, até o que alcança pesquisadores do mundo inteiro. Os repositórios

institucionais convivem com diversos recursos que disseminam a comunicação acadêmica digital, representada por uma tipologia múltipla de conteúdos.

Corroborando com o pensamento de Tomaél e Silva (2007), Sayão e Marcondes (2009, p.23) descrevem que:

A implantação de um repositório institucional é o reconhecimento de que as atividades intelectuais e acadêmicas das instituições de pesquisa e ensino estão crescentemente representadas, documentadas e compartilhadas em formato digital; e que uma das principais responsabilidades dessas instituições de conhecimento é exercitar a custódia sobre esses conteúdos no sentido de torná-los disponíveis para o acesso e para preservá-los por longo prazo.

Lynch (2003, p.2) aponta que os RI surgiram em 2002 e os define como “um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade, visando o gerenciamento e disseminação dos materiais digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade”. Sayão e Marcondes (2009, p.9) afirmam que um RI é como “uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir o livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”. Nota-se que um RI está diretamente ligado ao acesso à informação, à disseminação do conhecimento científico, bem como à preservação da memória institucional.

A implantação do RI oferece a oportunidade de alcançar o acesso gratuito ao conteúdo científico e o aumento da visibilidade das instituições de ensino superior e de seus participantes, justificando assim os investimentos públicos que são atribuídos às IFES (ROSA E GOMES, 2010, p. 153). Corroborando os apontamentos anteriores e seguindo a ideologia do movimento ao acesso livre, Nunes, Marcondes e Weitzel (2012, p. 3) defendem que todos os materiais de pesquisa “devem estar disponibilizados publicamente na internet, sem restrições de acesso”, principalmente os que são financiados por agências públicas de incentivo à pesquisa.

Tomando como parâmetro as instituições acadêmicas ao redor do mundo que utilizam repositórios institucionais, Leite (2009, p. 22) aponta as principais utilizações do RI, entre elas estão: maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição; e contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros.

Os trabalhos desenvolvidos nos RI podem ser divididos por setores. Contudo, Robinson (2007) aponta dois principais atores para a organização das atividades desenvolvidas, são eles:

- Gestor do repositório: quem gere o 'lado humano' do repositório, incluindo as políticas de conteúdo, divulgação e convencimento, treinamento de usuários, relacionamento com os departamentos da instituição, contatos externos e outros;
- Administrador do sistema: quem gere a implementação, customização e administração técnica do software de repositório adotado, inclusive a gestão dos campos de metadados e sua qualidade, criação de relatórios de uso e questões técnicas de preservação digital

Rosa e Gomes (2010, p. 160) destacam que tais funções fazem parte dos serviços de informação das instituições, tendo como objetivo principal “preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição, representando-a, documentando-a e compartilhando-a em formato digital”, e assim ter a participação tanto dos depositantes, quanto dos usuários finais. Para tal desempenho, é preciso a definição de políticas institucionais em busca do gerenciamento do RI.

O conteúdo dos repositórios institucionais pode ser organizado de diversas formas, dependendo da necessidade de cada instituição. Nesse sentido, muitas universidades segmentam suas comunidades dentro do RI de acordo com os centros de pesquisas já existentes, pois deste modo, fica mais simples para os usuários encontrarem o que desejam.

No que concerne aos serviços que podem ser implementados e disponibilizados para a comunidade por parte do RI, Ferreira *et al.* (2017, p. 665) desenvolveram o Quadro 1, utilizando como parâmetro o modelo dos serviços oferecidos pelos Repositórios Institucionais das Universidades Estaduais Paulistas, USP (Universidade de São Paulo), UNESP (Universidade do Estado de São Paulo) e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).

Quadro 1 - Algumas definições dos serviços do RI

Serviços	Definição dos Serviços
Coleções e Comunidades específicas	Promover uma Estrutura Organizacional: Comunidades > Subcomunidades (caso sejam necessárias) > Coleções (onde os itens serão de fato depositados) (LEITE, 2009, p. 66). Coleções: Para a criação de coleções, é bastante comum a adoção do critério de tipos de documentos, porém coleções temáticas também são usuais. As comunidades específicas podem ser representadas no repositório a partir da estrutura organizacional da instituição, de temas, interesses comuns ou da combinação de todos esses critérios.
Consulta/Mecanismo de busca (metadados e indexação)	Adotar metadados do software utilizado na implementação do repositório, como Dublin Core (mais utilizado para repositórios digitais), customizando-o de modo que atenda às especificidades de diferentes tipos de conteúdo (LEITE, 2009). Oferecer serviços de consulta e mecanismo de busca que enriqueçam os resultados das mesmas, como: lógica booleana, autocomplete, autossugestão, entre outros.
Suporte (dúvidas gerais, direitos autorais, autoarquivamento)	A instituição deve oferecer suporte aos pesquisadores sobre os direitos autorais dos materiais digitais depositados; sobre como fazer o autoarquivamento; além de auxiliar nas dúvidas frequentes sobre uso e funcionamento do repositório. (LEITE, 2009)
Preservação (identificadores)	Identificar melhores práticas e estabelecer requisitos para preservação digital e desenvolver políticas para definir como diferentes materiais (formatos) devem ser preservados. Práticas de preservação em longo prazo, para uso e reuso das informações e para contribuir com a memória institucional da organização, por meio da conversão de formatos e implementação de programas, em colaboração com outros (LEITE, 2009).
Armazenamento (alocação de espaço)	Identificar escopo e requisitos de armazenamento de longo prazo do repositório e trabalhar com os serviços de tecnologia da informação para conhecer as condições de <i>backup</i> (LEITE, 2009, p.44). Embora os requisitos iniciais de processamento e armazenamento possam revelar-se modestos, os sistemas de repositório institucional devem ser capazes de acomodar milhares de submissões por ano e, eventualmente, devem ser capazes de preservar milhões de objetos digitais e muitos <i>terabytes</i> de dados (CROW, 2002, p. 5).

Importação de dados por lote (coleta automática)	Agilidade no povoamento automático por meio da “[...] coleta automática dos metadados de publicação científica (objetos digitais) em diferentes bases indexadoras e fontes de informação (plataforma de busca e portais)” (VIDOTTI et al, 2016, p. 3517). Essa tarefa pode ser realizada pelas folhas de estilo <i>eXtensible Stylesheet Language Transformation</i> (XSLT), minimizando o uso de diferentes esquemas de representação para descrever um recurso informacional para o reuso de dados, a fim de minimizar o retrabalho da descrição (VIDOTTI et al, 2016). Outro exemplo: <i>Simple Web-service Offering Repository Deposit</i> (SWOR), “[...] padrão de interoperabilidade que permite aos repositórios digitais aceitarem o depósito de conteúdo de várias fontes em diferentes formatos, através de um protocolo padronizado”. (SCHMITT et al., 2013, p. 3).
Digitalização (OCR)	Digitalização de materiais da instituição que se encontram apenas em material impresso e reconhecimento de caracteres. (Optical Character Recognition — OCR) (LEITE, 2009).
Autoarquivamento	Promover o autoarquivamento “[...] depósito efetuado pelos próprios pesquisadores de suas respectivas produções científicas em repositórios digitais de acesso aberto.” (FERRARI; PIRES, 2014, p.24). Para Santarém Segundo (2010, p.154), deve ser parte de uma “[...] conscientização da necessidade de se criar uma cultura de postagem, passando pela implementação técnica do repositório e finalizando com a efetiva utilização do mesmo dentro da comunidade científica”.
Interoperabilidade	Promover a capacidade de comunicação e coleta de conteúdos por meio de mecanismos de buscas externos, potencializando pesquisas simultâneas e os recursos documentais arquivados em cada um. Ter um ambiente interoperável “[...] torna possível à pesquisa em simultâneo com significados partilhados nos vários repositórios, bem como a relação automática entre os resultados dessas pesquisas.” (BAPTISTA, a2010, p.72). Em repositórios digitais, utiliza-se o protocolo OAI-PMH como padrão para a interoperabilidade.

Acessibilidade	Disponibilização de documento em braile (CAMARGO; VIDOTTI, 2008). Alteração de idiomas, aumento/diminuição de letra e contraste, layout. Seguir as recomendações da Iniciativa de Acessibilidade na Web (<i>Web Accessibility Initiative -WAI</i>), da <i>World Wide Web Consortium (W3C)</i> , cujos recursos de desenvolvimento e interação que permitem a acessibilidade na Web são: conteúdo (páginas e aplicações Web), que incluem linguagem natural (imagem, texto e som) e códigos ou marcações que definem estrutura, apresentação entre outros; <i>web browsers media players</i> e agentes do usuário - tecnologias digitais; tecnologias assistivas; conhecimento dos usuários, experiência, estratégias de adaptação usando a web; desenvolvedores; ferramentas de autoria; ferramentas de avaliação de acessibilidade web (CORRADI, 2011, p. 63).
Estatísticas de Acesso/Uso	Visibilidade do repositório, destacando quantitativamente as visitas realizadas no ambiente sejam por países, anos, idiomas que permitem a visibilidade da produção dos pesquisadores, indicando quantitativamente o acesso às suas produções. (SWAN; CHAN, 2009).
Serviços de Alerta (<i>Feed</i> e RSS)	Permite configurar alertas automáticos para indicação de novos documentos disponibilizados no repositório que sejam de interesse do pesquisador ou que esteja relacionado ao seu perfil. (SWAN; CHAN, 2009)
Perfil do pesquisador	“[...] são páginas da web personalizadas que mostram todo o trabalho de um pesquisador. Incluem, frequentemente, uma biografia, uma descrição da pesquisa, prêmios e assim por diante, bem como uma bibliografia das publicações do pesquisador que pode ser ligada ao texto completo no repositório”. (SWAN; CHAN, 2009, p.4).
Gerenciamento de conteúdo restrito	“[...] O conteúdo enviado a um repositório pode ser restringido por leis, políticas ou obrigações contratuais que exijam que o autor limite o acesso público por um período de tempo”. “[...] Mas se o acesso a esse depósito é imediatamente definido como Acesso Aberto ou provisoriamente definido como Acesso Fechado (com apenas os metadados, mas não o texto completo, acessível na web) é deixado ao autor, com apenas uma forte recomendação para definir o acesso como Open Access o mais rapidamente possível” (SWAN; CHAN, 2009, p.3).

Serviços cruzados em repositórios	Em busca de aumentar a visibilidade do conteúdo do repositório, implantar um sistema, link ou mecanismo de busca que permita buscas avançadas, alertas personalizados ou fluxos de conteúdo reutilizados de outros ambientes informacionais (SWAN; CHAN; LEITE, 2009).
-----------------------------------	--

Fonte: Ferreira *et al.* (2017)

Portanto, podemos adotar os repositórios institucionais como um novo recurso para as instituições de ensino superior. Segundo Costa e Leite (2009, p.163), um RI tem, por objetivo, disseminar amplamente coleções digitais de informação científica, de modo que a comunicação, acesso e uso de resultados de pesquisa fossem expandidos.

2.3.1 Políticas de Funcionamento dos Repositórios Institucionais

A implantação de um repositório institucional necessita de vários procedimentos, dentre eles, a criação de políticas próprias com o papel de conduzir a equipe de gestão, baseando-se nos objetivos e nas atividades desenvolvidas pela instituição. Sobre esse assunto, Tomaél e Silva (2007, p. 4) mostram que:

a implantação de um repositório institucional exige um estudo extenso das máquinas complexas que são as instituições, de maneira a formular políticas de gestão adequadas às características, interesses e necessidades individuais que, na maioria das vezes, têm muitas especificidades.

As instituições de ensino que criam suas políticas, dentre elas, as que tornam obrigatório o depósito das pesquisas que são desenvolvidas, obtêm vantagens sobre as demais instituições, já as “instituições onde não houve essa preocupação suas bibliotecas digitais de teses e dissertações não cresceram” (KURAMOTO, 2009, p. 206).

As políticas de um RI abrangem várias áreas. Segundo Tomaél e Silva (2007, p. 4), dentre outros aspectos, devem prever: “responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares; diretrizes para preservação digital”. Para Leite (2009), estas políticas de funcionamento podem ser categorizadas da seguinte forma: Política de direitos autorais; Política de preservação digital; Política de submissão; Política de autoarquivamento; Política de Povoamento;

e, a partir destas políticas, serão desenvolvidas as normas dos RI, no intuito de melhor orientar as equipes de trabalho.

Ainda acerca de tais políticas de funcionamento, Leite (2009) afirma que devem ter aplicabilidade, contribuindo para uma série de fatores, como tornar o RI juridicamente viável; facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório; e manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas. Ressaltando a importância destas políticas para o povoamento do repositório institucional, Kuramoto (2009, p. 216) diz que “os repositórios institucionais necessitam, inicialmente, para garantir o seu povoamento de políticas institucionais de informação”.

Podemos citar como exemplo prático de funcionamento da política institucional de um RI a vantagem de haver sido implementada a obrigatoriedade do depósito de trabalho científico⁹. Assim como mostra Rodrigues (2010, p. 44), quando comenta a experiência na Universidade Southampton e na Queensland University of Technology, estabelecendo que “uma política institucional, com carácter ‘compulsivo’, seria a forma de ultrapassar a inércia de muitos autores, e de garantir a generalização do hábito de depósito/autoarquivo”.

Acerca dos dados digitais, Baggio e Blattmann (2017, p. 353) mostram a necessidade de “uma política de preservação digital definir, para cada tipo de objeto digital, um conjunto de propriedades e ações que preservem suas características, seu ciclo de vida e sua autenticidade, garantindo a perenidade do seu conteúdo”.

2.3.2 Povoamento de Repositório Institucional

Para o desenvolvimento dos RI, as políticas de povoamento devem ser bem definidas, pois elas irão traçar e nortear as formas de submissão de envio dos trabalhos científicos. A deliberação desse item é de extrema importância, já que, através dele, será determinado se os depósitos serão realizados pela comunidade acadêmica de forma mandatária/compulsória ou de forma voluntária. Baptista *et al.* (2007, p. 81) diferenciam os dois tipos de submissão: o depósito voluntário procura encorajar seus pesquisadores a entregarem seus

⁹ Proposta realizada à Reitoria da Universidade do Minho (Portugal) como uma política institucional de auto-arquivo da produção intelectual da Universidade no RepositóriUM.

trabalhos livremente, para disponibilização no repositório de Acesso Aberto da instituição; e o depósito compulsório sugere a obrigatoriedade de depositar os estudos no repositório da universidade ou agência de fomento, assim como uma cópia de todo trabalho já publicado ou aceito para a publicação, de acordo com os princípios da BOAI e das declarações de Bethesda e de Berlim em 2003.

No que concerne às políticas compulsórias, Swan (2008, p. 168) assegura que existem “indícios de que somente políticas mandatórias funcionam bem, [pois] políticas que somente encorajam ou até mesmo solicitam aos autores para tornarem seus trabalhos em acesso aberto não obtêm resultados em um nível considerável de conformidade, em parte por causa das preocupações sobre direitos autorais”. Corroborando com este pensamento, Leite (2009, p. 86) afirma que “os repositórios institucionais com mais sucesso no que diz respeito ao seu povoamento têm sido aqueles cujas instituições estabeleceram política de depósito obrigatório”.

Freitas (2015, p. 49) aborda o panorama brasileiro acerca das submissões dos arquivos, evidenciando que a prática do autoarquivamento ainda não é adotada de forma correta:

[...] no Brasil, como a prática do autoarquivamento ainda não está difundida e, por isso mesmo, não é adotada por boa parte dos pesquisadores das instituições de ensino superior, essa atribuição acaba, necessariamente, recaindo sobre as bibliotecas e os bibliotecários, que, por isso mesmo, assumem a condição de principais responsáveis pela implementação e pela manutenção de repositórios. Infelizmente, não se conta com uma literatura específica de análise das práticas adotadas pelas bibliotecas em relação ao autoarquivamento e a questões outras, referentes a direitos autorais e autorizações concedidas pelas editoras.

No intuito de direcionar toda a produção científica para o RI, as universidades federais podem optar por uma política de depósito compulsório. Conforme aponta Kuramoto (2006, p. 92), o depósito compulsório está relacionado com a ética, pois “[...] os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso”. Ainda que exista a obrigatoriedade dos depósitos, se faz necessário o controle de qualidade, caso contrário, perdem-se os objetivos do RI, e tem-se apenas um grande banco de dados sem propósito. O RI é “uma das faces visíveis dessa instituição e, por isso, apenas material previamente sujeito a controle de qualidade (artigos já publicados, teses e dissertações já defendidas, etc) deverá ser depositado” (BAPTISTA *et al.* 2007, p. 5).

Para que aconteça o povoamento de forma eficiente, é necessário um trabalho integrado por parte de toda a equipe, pois neste momento será requerido esforços de várias áreas profissionais que estão no processo de instauração do RI e, assim, criar políticas bem claras “para conduzir os ditames necessários ao sucesso da empreitada” (GAUDIE LEY, 2013, p.74). Para Leite (2009), os principais atores para um povoamento são os leitores e os autores e, dentro desta perspectiva, a ilustração na Figura 4 mostra como deve funcionar esse povoamento:

Figura 4 - Povoamento do repositório institucional



Fonte: Adaptação de Leite (2009).

Destaca-se que a obrigatoriedade do depósito precisa estar associada à visão geral das vantagens adquiridas pela utilização de um repositório institucional, por parte da comunidade. Como endossa Leite (2009, p. 78), quando fomenta que “é essencial que a comunidade ‘compre’ a ideia do repositório institucional e passe a incorporar os pressupostos do acesso aberto” modificando deste modo os paradigmas da sociedade no que diz respeito a comunicação científica.

É necessário que os usuários possam ter acesso, de forma fácil, às políticas que compõem o RI, de modo que “estas políticas estejam explicitadas e estejam disponíveis para os usuários no próprio repositório” (BAGGIO, 2016, p. 76). Tomando como parâmetro Baggio (2016), elaborou-se o Quadro 2, em que são apresentadas algumas das políticas de um RI.

Quadro 2 – Políticas de repositório institucional

Política de funcionamento	Devem “refletir as decisões tomadas ao longo do planejamento do repositório” e devem estar “em concordância com as políticas da biblioteca e da própria instituição” (LEITE et al., 2012, p. 10). A política de funcionamento é concebida na forma de um documento, contendo todas as regras do repositório, o que deve refletir a política de informação da instituição. Sua publicação irá formalizar o repositório diante da comunidade acadêmica (ROSA, 2011).
Política de informação	Segundo Tomaél e Silva (2007, p. 4), “de modo geral, e independentemente do ambiente e do âmbito, uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais”. Salientam que “qualquer instituição depende das políticas de informação adotadas, cujas diretrizes [também] norteiam as ações dos gestores desse sistema” (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 12).
Política de depósito compulsório	Gargouri <i>et al.</i> (2012) confirmam que “políticas de depósito compulsório em repositórios institucionais de acesso aberto têm um grande efeito, e quanto mais forte o mandato, mais forte será o efeito”.
Política de autoarquivamento /submissão/depósito mediado	Os termos dessa política garantirão a qualidade do conteúdo disponibilizado e estabelecerão o modo de como fazer o depósito, qual seja, por autoarquivamento, por depósito mediado, ou pelas duas formas. Na política de submissão/autoarquivamento, os repositórios abordam questões, como: quem está habilitado para submeter o material; quem irá se responsabilizar pelo depósito; e, ainda, quais documentos devem estar adequados à comunidade a que será submetida. Essas políticas são fundamentais para o povoamento dos repositórios institucionais e “geralmente têm como objeto a informação científica publicada formalmente” (LEITE et al., 2012, p. 9).
Política de direitos autorais	Refere-se à posse e aos direitos sobre os trabalhos produzidos e distribuídos eletronicamente e por meio impresso. A política de direitos de autor estabelece os direitos de propriedade intelectual dos documentos arquivados no repositório

	institucional (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006).
Política de desenvolvimento de coleções	A elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções, segundo Vergueiro (1989, p. 26), arrola “o estado atual da coleção, seus pontos fortes e fracos; b) a comunidade a ser servida; e c) outros recursos disponíveis, tanto localmente como através de empréstimo entre bibliotecas”. Esta política deve funcionar como instrumento norteador das decisões dos bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e à administração dos recursos financeiros.
Política de conteúdo	Diz respeito aos tipos, formatos e qualidade de documentos que compõem as coleções dos repositórios institucionais. (TOMAÉL; SILVA, 2007). Tomaél e Silva (2007, p. 6) destacam que “o conteúdo de um repositório institucional destina-se ao compartilhamento, cujo acesso pode diversificar em grandes proporções, assumindo vários níveis, desde o acesso limitado aos membros de um mesmo departamento, até o que alcança pesquisadores do mundo inteiro”.
Política de metadados de preservação digital	Refere-se à descrição das informações contidas no documento, quais são obrigadas a serem descritas e quem irá descrevê-los. Sua função é descrever o recurso ou objeto informacional de modo a permitir sua identificação, localização, recuperação, manipulação e uso. Para Leite (2009, p. 61), “um repositório institucional conterá metadados para cada um dos itens que serão armazenados dentro dele e são importantes para a descoberta de conteúdos relevantes”. Segundo Sayão (2010, p. 102), tendo em vista “a possibilidade de perda de informação, é necessário documentar todos os processos e os efeitos sobre o objeto digital, de forma que a autenticidade e fidedignidade não sejam comprometidas”.
Política de acesso e uso	É responsável por definir as formas possíveis de uso e como os documentos podem ser usados pela comunidade. É por meio dessa política que se estabelecem os níveis de acesso necessários e peculiares a cada arquivo depositado (TOMAÉL; SILVA, 2007). Esta política irá determinar de que forma o usuário poderá usufruir do material existente. Existem dois tipos de acesso: o acesso livre e o acesso restrito. O acesso livre está

	relacionado ao uso sem restrições do material, enquanto no acesso restrito o material não estará disponibilizado integralmente ou possui restrições.
Política de Preservação Digital	Deve definir, para cada tipo de objeto digital, um conjunto de propriedades e ações que preservem suas características, seu ciclo de vida e sua autenticidade, garantindo a perenidade do seu conteúdo. É necessário que as políticas do repositório estejam explicitadas e disponíveis para os usuários no próprio repositório, menciona Leite (2009, p.72).

Fonte: Adaptação de Baggio (2016).

Com base no exposto, é possível afirmar que as políticas institucionais são a base para o bom funcionamento do RI, delineando limites e orientando toda a comunidade sobre quais os deveres e direitos de cada usuário. Deste modo, apresenta a “oportunidade de se fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição, a partir de seu repositório institucional” (SAYÃO E MARCONDES, 2009, p.19). Trilhar este caminho trará contribuições para as pesquisas posteriores, além de ter, de forma organizada e de fácil consulta, os trabalhos produzidos por seu corpo acadêmico.

2.3.3 Aspectos legais de Repositório Institucional

O acesso aos conteúdos depositados nos RI é regido por leis que protegem as produções intelectuais, estabelecendo o limite entre os autores das produções e os usuários dos repositórios. Seguem algumas das leis aplicáveis nesta situação:

- Lei nº 9.279/96 - Regula direitos e obrigações relativos à **propriedade industrial**.
- Lei nº 9.609/98 - Dispõe sobre a proteção da **propriedade intelectual** de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.
- Lei nº 10.973/2004 - Dispõe sobre incentivos à **inovação e à pesquisa científica e tecnológica** no ambiente produtivo.
- Lei nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações.

- Lei n. 12.853/2013 – Dispõe sobre a gestão coletiva de **direitos autorais**.

Deste modo, as políticas de funcionamento de um RI podem definir que as obras intelectuais produzidas nas instituições de ensino estejam sob as regras e direcionamentos, sugeridos pelo movimento de acesso aberto e sujeitas às determinações legais vigentes do país.

2.3.4 Boas práticas e recomendações para Repositório Institucional

Tomando como parâmetro o *Manual de Boas Práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica* (LEITE, 2012), elaborou-se um quadro para sanar as principais dúvidas que possam surgir acerca do que se entende por Repositório Institucional:

Quadro 3 – Eliminando dúvidas acerca dos RI

Repositórios institucionais X Periódicos científicos	Não são concorrentes; Os RI potencializam as <i>funções dos periódicos científicos</i> ¹⁰ .
Repositórios institucionais e avaliação pelos pares (<i>peer review</i>)	A avaliação por pares ¹¹ é uma das características dos periódicos de qualidade; A seleção do material que fará parte do RI deverá ser ditada por uma política institucional.
Repositórios institucionais como veículos de publicação científica	Os RIs servem para o depósito de material já publicado. É importante frisar que repositórios institucionais são veículos de maximização da disseminação de resultados de pesquisa, dado que tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente.
Repositórios institucionais ≠ de sistemas de gerenciamento de bibliotecas	Sistemas de gerenciamento de bibliotecas: servem para a manutenção, desenvolvimento e controle do acervo como um todo. RI: lidam exclusivamente com a produção científica e acadêmica da instituição, em formato digital.

¹⁰ Funções básicas dos periódicos científicos: Registro (estabelecimento da propriedade intelectual), certificação (validação e qualidade dos resultados de pesquisa), circulação (assegurar a acessibilidade aos resultados de pesquisa) e arquivamento (preservação para uso futuro) (LEITE; AMARO; BATISTA; COSTA, 2012).

¹¹ É a revisão do trabalho científico por especialistas da área do conhecimento em que o trabalho foi submetido.

Repositórios institucionais e o problema da proteção do conhecimento	A proteção de conhecimentos sensíveis ou resultados de pesquisa patenteáveis deve existir antes da sua publicação (ou aceitação para publicação), que, na realidade, ocorre antes do depósito em repositório institucional.
Repositórios institucionais aumentam a possibilidade de plágio	Por tornar a informação científica amplamente disponível, repositórios aumentam, de certo modo, a possibilidade de plágio, PORÉM, aumentam exponencialmente o registro da autoria, pois, quanto mais disponível e acessível um trabalho, mais sua autoria intelectual é reforçada.
Repositórios institucionais = Informação científica ou academicamente orientada	Para que isto seja possível, a finalidade da informação a ser gerenciada deve ser fundamentar o avanço científico e tecnológico, em atividades de pesquisa e ensino, e o público-alvo deve ser a comunidade científica e acadêmica.
Repositórios institucionais e memória da instituição	A plena adoção e funcionamento de um repositório institucional contribuem para a composição do acervo da memória institucional.
Repositórios institucionais e o foco na tecnologia	Um software não garante a existência de um RI, pois este é compreendido no contexto da comunicação científica e do acesso aberto. Está relacionado com a produção científica de uma instituição.

Fonte: Baseado em LEITE; *et. al.*, 2019.

Consequente ao esclarecimento das principais dúvidas que rodeiam o tema, podemos considerar, entre outros fatores, que um RI deve apoiar-se sobre uma “estrutura organizacional e pessoal; política de responsabilidade e preservação de procedimentos e objetos digitais; sustentabilidade financeira; planejamento e gerenciamento de objetos digitais” (ALARCÓN; HERNÁNDE, 2018, 16).

2.3.5 Construção do Repositório Institucional

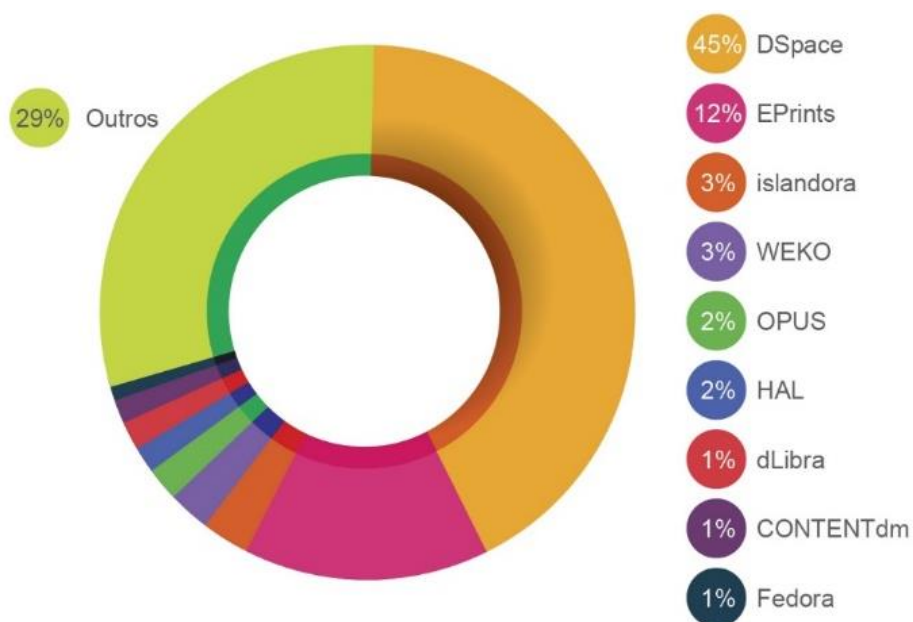
Consideramos três principais etapas para a construção de um RI: planejamento, implantação e funcionamento. Estas tarefas serão realizadas por

uma equipe multidisciplinar, envolvendo áreas do conhecimento como a biblioteconomia, informática, programação, entre outras.

Na fase de **planejamento** são definidas as políticas de funcionamento do RI, que serão as regras gerais para que o repositório possa existir e funcionar de forma adequada, de acordo com as normas da instituição de que faz parte e em concordância com as diretrizes da biblioteca, à qual está vinculado. Também é definida a estrutura do repositório institucional, que constitui a organização do conteúdo do RI.

Acerca da fase de **implantação**, podemos considerar que se trata de uma etapa mais técnica, onde serão definidos os padrões, os metadados, os fluxos, a elaboração de um projeto-piloto e a escolha e o desenvolvimento do software a ser utilizado. Podemos observar no Gráfico 4 alguns dos softwares mais utilizados no desenvolvimento de RI:

Gráfico 4 – Softwares utilizados no desenvolvimento de RI



Fonte: Elaboração própria, com base em OpenDOAR 2019.

Seguindo a filosofia de Acesso Aberto, as plataformas de RI são desenvolvidas, por sua vez, em softwares livres. Dentre os mais utilizados, temos a plataforma DSpace observa-se que quase metade dos RI é produzido através desta plataforma que é um software gratuito e completamente

personalizável, sem fins lucrativos e comerciais, que auxilia na construção e administração de repositórios digitais abertos (DSpace, 2019).

Posteriormente, decorre a fase de **funcionamento**, que diz respeito ao povoamento do repositório, em que, através de políticas de povoamento, são definidos como serão realizados processos, tais como: a seleção, o armazenamento, a nomeação e as permissões dos documentos.

Leite et al (2012) elencam outros pontos que são definidos/gerenciados nesta fase: Questões acerca dos Direitos Autorais; Registro do repositório institucional em diretórios especializados; Definir como será realizada a avaliação e a estatística do repositório; Definir as diretrizes para serviços dos repositórios institucionais para a comunidade acadêmica; Definir estratégias de marketing para os repositórios institucionais, entre outros.

Diante dos pontos expostos até esse ponto, é notório que a comunidade acadêmica vem construindo novos patamares para a publicação e comunicação científica. Um RI vem para agregar valores positivos para as instituições, obtidos através de um planejamento bem estruturado e uma equipe qualificada.

3 EDITORAS UNIVERSITÁRIAS: em pauta a Editora UFPB

A disseminação do conhecimento científico está totalmente relacionada com o trabalho desenvolvido pelas EU, que servem de apoio para que a sociedade tenha acesso aos materiais produzidos nas IFES. As pesquisas científicas são de grande importância para a sociedade, sendo um direcionamento que aponta soluções e que traz “melhoria no seu nível de vida; e para o Estado porque, como administrador dos recursos, pode exercer controle sobre o conteúdo e o financiamento da ciência” (STUMPF, 1994, p.40).

As Editoras Universitárias brasileiras tiveram o início das suas atividades por volta de 1960, evoluindo paulatinamente para sua formalização, visto que algumas universidades já possuíam serviços gráficos (BUFREM, 2001). Uma editora é “um sistema de relações que se destina a produzir certa obra, um trabalho coletivo cujo ato fundamental, a edição, é comunicar algo que deve ser publicado” (BUFREM, 2001, p.239). Nesse sentido, “enquanto produtora de conhecimento científico, ela é uma instituição que deve contribuir com a sociedade” (RIBEIRO, 2018, p.18).

Para que uma editora possa realizar sua função, é preciso a criação de uma comissão ou conselho editorial, que, segundo Stumpf (1994, p.74), é um “um grupo de pessoas que assessoram o editor na tomada de decisões, [...] essa comissão atua em dois tipos de atividades: as atividades relativas à avaliação dos trabalhos e as relativas ao processo editorial como um todo”.

Um editor é responsável pela organização geral de um livro. Araújo (1986, p. 35) descreve suas atividades como “[...] selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra [...]”. Visando um bom funcionamento editorial, o papel das universidades, de acordo com Bufrem (2001, p. 151), é gerar condições mínimas, como o fornecimento de “recursos materiais, financeiros e humanos oriundos da própria instituição como possibilidades de comunicações e transportes; espaço físico para as funções básicas do trabalho editorial”.

A evolução das EU se deve ao fato de elas terem deixado de ser apenas um local para elaboração de material de expediente, chamadas anteriormente de *imprensas universitárias*, para constituírem de fato funções pertinentes a

uma editora, permitindo que sejam impressos os textos científicos de forma aperfeiçoada (CAVALCANTE, 2018).

No Brasil, as editoras universitárias ganharam mais visibilidade e padronização após a criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), no dia 02 de setembro de 1987, por ocasião da realização do IV Seminário Nacional de Editoras Universitárias, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia [...] naquele momento, constituíram a ABEU 35 editoras, das cinco regiões brasileiras (ABEU, 2019).

A partir deste ponto, as EU passam a ter mais visibilidade, pois a ABEU proporcionou, por meio de stands coletivos, que as editoras associadas participassem das diversas bienais do livro no Brasil, de feiras de livros organizadas pertencentes a associações acadêmicas ou da iniciativa privada, e de diversas feiras internacionais (ABEU, 2019). Hoje, a ABEU tem como missão, “atuar no desenvolvimento da cultura editorial universitária, de modo corporativo e ético [...] contribuindo para as políticas do livro e da leitura no país” (ABEU, 2019).

Os associados da ABEU podem contar com uma série de benefícios, entre eles, podemos elencar: Ficha catalográfica a preço reduzido; Avaliação positiva pela CAPES; Inclusão de livros no Catálogo Unificado, a custo zero; Facilidade na participação em eventos (Bienais Internacionais do Livro de São Paulo e do Rio de Janeiro; Feira Pan-Amazônica do Livro; encontros acadêmicos nacionais e internacionais; feiras internacionais, como a de Frankfurt e a de Guadalajara); e a participação do Prêmio ABEU, que objetiva reconhecer as melhores edições universitárias. (ABEU, 2019).

Para Ribeiro (2018, p.27), “a ABEU tem trabalhado em prol da organização cada vez mais estruturada das editoras através da presença em eventos que tratam da formulação e da modernização das políticas públicas do livro”. Isto é de grande importância, conforme explica Bufrem (2001, p. 113):

Os encontros, feiras e exposições onde ocorreram as trocas, as reflexões sobre problemas comuns e os relatos de experiências têm possibilitado a verificação da dimensão qualitativa da atividade. [...] Os relatos de experiência têm sido significativos, pois se, por um lado, fortalecem ou estimulam práticas, por outro afastam desacertos potenciais. Contribuem igualmente para aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento dos conselhos e comissões editoriais já existentes e

para a criação dos conselhos e modos de compô-los nas instituições onde ainda não os haja.

No que concerne às linhas editoriais das EU, um estudo realizado com 47 dirigentes de EU públicas federais e estaduais brasileiras (selecionados mediante acesso à lista de EU cadastradas no site da ABEU), onde foram questionados os principais assuntos reproduzidos e os tipos de publicações trabalhadas, apresentaram-se as seguintes informações: 100% das editoras publicam livros técnico-científicos; 87,5% publicam livros didáticos para o ensino superior; e 43,75% publicam teses e dissertações (PAOLINELLI; GAYDECZKA; ANJO, 2019).

Os projetos editoriais podem ser considerados como culturais e políticos. Culturais por “atenderem às funções básicas de ensino, pesquisa e extensão”, além de poder evidenciar aspectos da cultura regional a qual faz parte; e políticos “enquanto contribuem para atingir as finalidades da instituição” (BUFREM, 2001, p.20).

Para a elaboração de trabalhos produzidos pelas EU, se faz necessário um corpo técnico constituindo a equipe editorial, “formada por especialistas nas várias áreas, como bibliotecários, revisores, editores, diagramadores, etc. que assegurem a qualidade de apresentação e trabalhem de forma integrada” (STUMPF, 1994, p.113).

A Editora da Universidade Federal da Paraíba (EDUFPB), que até 1978 era denominada de Imprensa Universitária da UFPB tem, hoje, mais de 50 anos em atividade, ultrapassando mais de mil títulos publicados. É um órgão suplementar e possui natureza técnica, vinculada diretamente à Reitoria da UFPB (OLIVEIRA; LIMA, 2014). Sua atuação pode ser definida como:

Órgão responsável pelo recebimento, editoração impressa e/ou digital e disponibilização de livros acadêmicos da Universidade Federal da Paraíba. Embasada pelos seus princípios éticos e políticas editoriais, a Editora da UFPB reafirma seu compromisso em trazer conhecimento ao público através da divulgação da produção científica, didática, técnica, literária e artística (UFPB, 2019).

A EDUFPB vem “constituindo uma identidade, através de sua produção, configuradas em documentos que guardam as memórias dos autores, bem como a memória institucional da UFPB e da Editora”, afirmam Oliveira e Lima (2014, p. 5057), sua missão é definida como: “Disseminar a produção

acadêmica da UFPB, através da publicação e divulgação de obras de sua comunidade acadêmica e de demais interessados”. (UFPB, 2019).

Atualmente, a EDUFPB encontra-se regulamentada pelo Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI/UFPB), pela Resolução nº 388/1979, que fixa os seguintes objetivos para a EDUFPB:

- I – Incentivar a produção e a divulgação de trabalhos científicos, didáticos, técnicos, literários e artísticos;
- II – Editar publicações periódicas da UFPB, textos didáticos e originais aprovados pelo seu Conselho Editorial;
- III – desenvolver atividades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- IV – Promover intercâmbio bibliográfico com outras Universidades, Bibliotecas e entidades congêneres;
- V – Encarregar-se de confecção do material impresso para as necessidades administrativas da UFPB,
- VI – Normalizar, de acordo com as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), periódicos, livros e demais impressos por ela editados (UFPB, 1979, p. 1).

A EDUFPB abraça vários processos gerenciais. Cavalcante (2018, p.70) expõe os principais processos no Quadro 4:

Quadro 4 – Processos Principais da Editora UFPB

Processos	Descrição
Avaliação de submissões	Consiste na avaliação dos originais submetidos para publicação. Ocorre em parceria entre pareceristas <i>ad hoc</i> e o Conselho Editorial. Os pareceristas avaliam o material “às cegas” e emitem o parecer técnico que é validado pelo Conselho Editorial, aprovando (com ou sem ajustes) ou rejeitando a publicação do original pela Editora.
Lançamento de editais de publicação	Visa estimular a comunidade universitária para publicação de títulos. Ocorrem pela própria Editora ou em parceria com outras unidades da UFPB. Deles, têm se destacado os editais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, com 03 edições e 104 títulos aprovados para publicação.
Editoração de livros, livretos e ebooks	Considerado como a “montagem do livro”, abarca a estruturação de cada página do livro com seus elementos textuais e visuais, além da criação da capa. Ocorre em parceria entre autores/organizadores e técnicos em artes gráficas responsáveis pela obra.
Revisão de livros, livretos e ebooks	Constitui-se na revisão linguística e normalística das publicações.

Publicação de ANAIS	A Editora UFPB concede número de <i>International Standard Book Number</i> (ISBN) para ANAIS de eventos organizados e realizados na UFPB.
Publicação dos boletins de serviço da UFPB	Publicado semanalmente, contém as portarias emitidas pelos diversos setores da UFPB, tornando-as de conhecimento público. Vale salientar que todas as portarias só têm validade a partir da data de publicação, sendo esta atividade de fundamental importância para execução dos processos na universidade.
Gerenciamento do Portal de Periódicos da UFPB	O Portal de Periódicos da UFPB abarca os periódicos científicos digitais de toda a instituição, sendo estas as revistas eletrônicas das mais diversas áreas de conhecimentos. Salienta-se que a Editora UFPB é responsável pelo gerenciamento da plataforma do Portal de Periódicos. O gerenciamento das revistas é de responsabilidade de seus respectivos editores.
Confecção de blocos de eventos	Apoio aos eventos realizados na UFPB. Consiste na confecção dos blocos de anotações dos eventos realizados na universidade
Divulgação e venda de títulos	Etapa final da publicação de títulos científicos. Consiste em tornar público e acessível as obras publicadas pela Editora, seja através da divulgação em eventos e feiras, ou através das redes sociais da Editora UFPB, ou em seu ponto de vendas localizado na Biblioteca Central.

Fonte: Cavalcante (2018, p.70)

Observa-se que a EDUFPB vai além das publicações de livros, contendo processos que abrangem as mais diversas áreas. Com base em Cavalcante e Lima (2016), podemos descrever os principais tipos de publicações realizados pela Editora da UFPB, no Quadro 5:

Quadro 5 – Tipos de Publicações da Editora UFPB

Tipo de Publicação	Descrição
Livros	Publicações não periódicas, de autoria individual ou coletiva;
Livretos	Materiais produzidos por docentes da UFPB, para uso didático nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

<i>E-books</i>	Livros em formato digital;
Anais de Eventos	Anais com resumos e/ou textos integrais de trabalhos apresentados em eventos organizados pela UFPB.

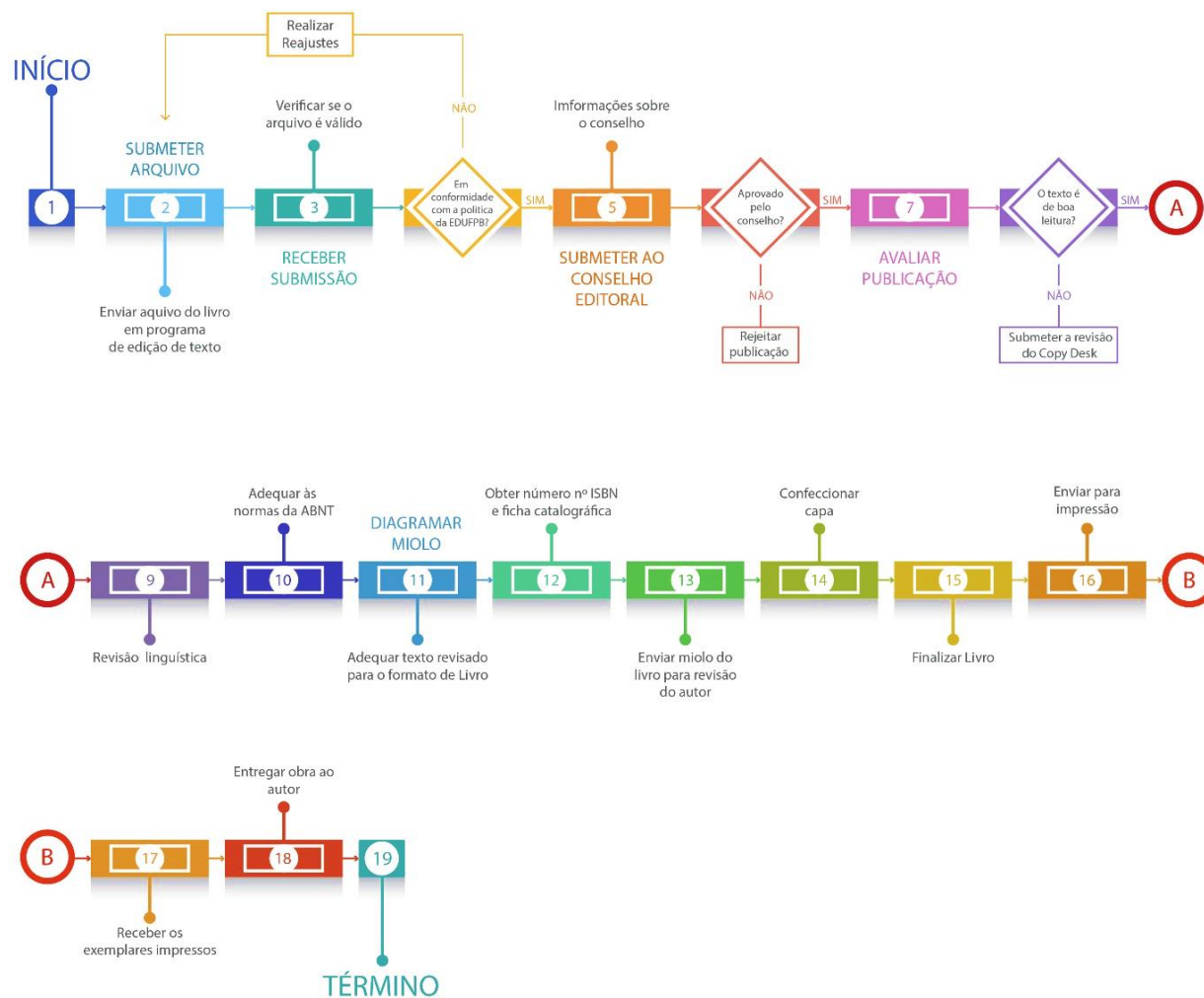
Fonte: Cavalcante e Lima (2016)

Para chegar ao produto final destas publicações, é necessário o trabalho conjunto dos servidores envolvidos na equipe de editoração, em um comprometimento para a concretização de várias etapas, “é preciso pensar na organização do processo produtivo, para que haja qualidade em todas as etapas da editoração” (RIBEIRO, 2018, p.19). Estas etapas podem ser classificadas na seguinte ordem: seleção do que será publicado; avaliação do documento original; preparação e edição do texto; diagramação do texto; confecção do livro; divulgação e distribuição.

Antes de o texto chegar nas mãos dos diagramadores, existe toda uma preocupação com a qualidade, pois o texto passa por um conselho editorial que julgará se ele é pertinente para se transformar em uma publicação. Em seguida é direcionado para um revisor, que fará todas as adequações referentes às normas cultas da linguagem e gramática.

O fluxograma apresentado por Araújo *et. al* (2019), pode ser observado abaixo, com o objetivo de dispor de uma melhor compreensão sobre as etapas que compõem a editoração na EDUFPB. A representação estabelece as etapas do processo de confecção de um livro, bem como os servidores participantes deste processo. Nota-se que é um trabalho construído com a participação do próprio autor, o qual fará a revisão de seu texto já diagramado e poderá colaborar com ideias e pensamentos para a constituição da capa de sua publicação.

Fluxograma 1 – Esquema de trabalho da equipe da EDUFPB



Fonte: Araújo e França (2019)

A equipe de editoração da EDUFPB, além de trabalhar a comunicação interna com foco em um objetivo comum, no intuito de produzir material de qualidade, almeja apresentar ousadia para inovar, “evitando que a mesmice e a burocracia imperem no setor, além de certo poder político e decisório para o enfrentamento de conflitos” (BUFREM, 2001, p. 151).

Todo o esforço empregado deve ser realizado sem a perda do foco principal: garantir a disseminação do conhecimento adquirido ao longo dos anos, proporcionando à sociedade em geral o acesso à informação e garantindo a preservação da memória institucional, “uma vez que são responsáveis pela publicação de documentos, participando ainda da preservação e disseminação cultural” (RIBEIRO, 2018, p.18). No quesito relacionamento e visibilidade, a EDUFPB conta com livros *online* disponíveis em seu *site*, além de um Ponto de Vendas situado na Biblioteca Central da UFPB. A fim de levar o conhecimento a vários locais, implantou-se o desenvolvimento de uma Livraria Móvel (CAVALCANTE, 2018).

Levando em consideração os apontamentos realizados, é notório que a EDUFPB contribui de várias formas para a disseminação do conhecimento, produzindo diversos tipos de materiais e buscando sempre aprimorar-se no que faz.

Após a caracterização sobre o contexto de sociedade da informação e os repositórios institucionais, abordando aspectos sobre o movimento de acesso aberto (*open access*), repositório digital, repositório institucional e suas políticas de funcionamento, de povoamento, aspectos legais, boas práticas, recomendações e construção do repositório institucional; caracterização sobre a produção das editoras universitárias e a editora universitária da UFPB, descrever-se-á a metodologia adotada neste trabalho.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa propôs formular apontamentos que contribuam para disseminar e orientar instituições de ensino superior na elaboração ou revisão das políticas de funcionamento de seus RI, bem como políticas específicas que contribuam para o vínculo entre as Editoras Universitárias e o Repositório Institucional das instituições da qual fazem parte. Tais apontamentos levaram em consideração a análise das políticas de funcionamento já existentes nos RI das instituições analisadas, no intuito de traçar um panorama sobre a atual situação de cada entidade acadêmica. Objetivando também ter acesso a uma amostra mundial sobre o assunto, serão investigados alguns RI internacionais, a fim de identificar se neles existem tais políticas.

Uma pesquisa pode ser de natureza básica ou de natureza aplicada. Inserida no contexto do estudo, optou-se pela pesquisa básica, que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Partindo da prerrogativa de que foram analisados dados quantificáveis e dados qualitativos, o estudo foi caracterizado com a abordagem da pesquisa como qualitativa e quantitativa. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Fonseca (2002) afirma que a pesquisa quantitativa é objetiva e considera que a realidade é compreendida com uma análise dos dados brutos. Ademais, “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20).

A fim de embasar o estudo, foi realizada uma pesquisa documental, que “é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTO, 2007, p.44). Este tipo de pesquisa traz a possibilidade de um trabalho investigativo minucioso, em busca da fundamentação do que será desenvolvido. Dessa forma, antecipamos a análise investigativa através de:

busca na literatura; seleção dos artigos; extração dos dados; avaliação da qualidade metodológica; síntese dos dados (metanálise); avaliação da qualidade das evidências; e redação e publicação dos resultados (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

A pesquisa levou em consideração os dados obtidos através dos *sítes* do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e das UFs e IFs analisadas, para as instituições de ensino superior nacionais, e para as instituições de ensino superior internacionais, partimos da página *web* do OpenDOAR, que lista, a nível mundial, as instituições que possuem repositórios digitais, deste modo, foi considerando as instituições que possuem EU e RI, sendo seus repositórios estruturados em plataformas de acesso aberto, para assim, chegarmos as páginas das instituições investigadas. Foram levantados dados quantitativos e dados documentais para realização da análise documental.

Segundo Pádua (1979, p.62), a “pesquisa documental é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”. Guimarães (2008, p.81) aponta que este tipo de análise “pressupõe um conjunto sistemático e sequencial de procedimentos que possam ser explicitados com respaldo em aportes interdisciplinares”. Gil (2002, p.62) afirma que a pesquisa documental traz “vantagens por ser fonte rica e estável de dados, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes”.

Os dados foram analisados segundo a análise de conteúdo de Laurence Bardin, que indica este tipo de análise já era utilizado desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os livros sagrados. Foi sistematizada como método apenas na década de 20 (BARDIN, 2011). Bardin (2011) define análise de conteúdo como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47)

De acordo com Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano

de 2018, no Brasil, existiam 299 Institutos de Educação Superior públicos, alocadas em diferentes tipos, conforme observamos no Quadro 6:

Quadro 6 – Institutos de Educação Superior públicos em 2018 no Brasil

2018	Universidade	IF e Cefet	Faculdade	Centro Universitário	Total
	107	40	139	13	299

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Dessas instituições públicas: 42,8% são estaduais (128); 36,8% são federais (110); e 20,4% são municipais (61) (INEP, 2019). Levando em consideração as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é possível identificar que temos maior volume de Universidades Federais (UFs) e Institutos Federais (IFs), conforme exposto na Tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição de IES públicas

2018	Universidade	IF e Cefet	Faculdade	Centro Universitário
	57,3%	36,4%	1,8%	4,5%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Escobar (2019), em sua pesquisa, traz os seguintes dados acerca da produção de pesquisas científicas no país:

[...] 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 44 são universidades (36 federais, sete estaduais e uma particular) e cinco são institutos de pesquisa ligados ao governo federal (ESCOBAR, 2019).

No que tange as instituições de ensino superior internacionais, o OpenDOAR identifica um total de 4379 Repositórios Digitais, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 7 – Institutos de Educação Superior Internacionais

2019	África	Américas	Ásia	Europa	Oceania
	216	1254	852	1957	100

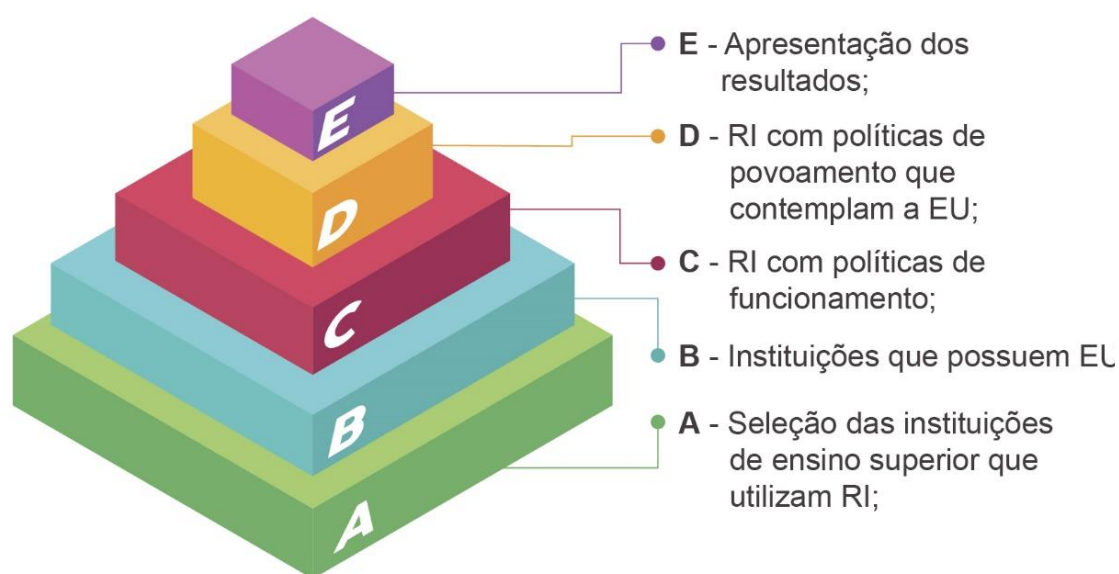
Fonte: Adaptado de OpenDOAR, 2019

A visão de disseminação do conhecimento, utilizando RI, está completamente ligada às fontes de produção de pesquisa científica, que se concentram nas UF. Nesse sentido, Escobar (2019) expõe que “a maior parte da ciência no Brasil é feita por alunos de pós-graduação (mestrado, doutorado

e pós-doutorado) nas universidades públicas de pesquisa, sob orientação de seus professores”.

Assim, levando em consideração os objetivos da pesquisa e seu desenvolvimento, foi analisado o universo das IFES que se caracterizam como **Universidades Federais e Institutos Federais** no Brasil, e de **instituições de ensino superior internacionais**. Dentre estas, foram especificadas as que contêm Repositório Institucional, criando um filtro de análise específico. Após este momento, foram aplicados mais três recortes: do grupo restante, foram extraídas as instituições que contêm EU; posteriormente as instituições com políticas de funcionamento em seu RI; e, por fim, as instituições com políticas de povoamentos em seu RI, que contemplam as publicações da EU. Este procedimento de pesquisa pode ser visualizado na Figura 5:

Figura 5 – Recorte da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os dados foram coletados cronologicamente, com os seguintes métodos:

Quadro 8 – Coleta de dados

O que foi investigado	Como foi realizado	Método	
(A) Selecionar as instituições que se classificam como Universidades e Institutos nacionais; e instituições de ensino superior internacionais por continente, verificando quais possuem RI	Acesso às informações disponibilizadas pelo Inep; no site do OpenDOAR; busca nos sites oficiais das instituições;	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Exploratória Descritiva
(B) Mapear quais das instituições de ensino superior possuem EU	Busca nos sites oficiais das instituições		
(C) Mapear quais RI (das instituições de ensino superior possuem EU) dispõem de políticas de funcionamento	Busca nos sites oficiais dos RI das instituições		
(D) Apontar quais repositórios têm políticas de povoamento com as produções das editoras universitárias	Busca nos documentos de políticas de funcionamento dos RI	Pesquisa Qualitativa	Análise Documental e Análise de Conteúdo
(E) Apresentação dos resultados	Apresentar as boas práticas de política de funcionamento para repositórios institucionais, incluindo as políticas de povoamento voltadas para as particularidades das editoras universitárias		

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os dados qualificados e quantificados extraídos foram exibidos em formato de gráficos, quadros e apêndices. Após selecionar as políticas de funcionamento e identificar as políticas de povoamento que contemplam as EU, através de **análise de documental**, foi realizada a **análise de conteúdo**, e

a partir destas informações, foi desenvolvido um manual de orientação para as instituições de ensino superior, de modo que as auxiliem na elaboração ou revisão das políticas de funcionamento de seus RI, e na criação de políticas de povoamento com diretrizes que contemplem as produções das EU.

4.1 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Em consequente ao processo de afinilamento da listagem das instituições analisadas, após os cortes realizados com objetivo chegamos a um grupo específico de instituições, foi realizada uma busca por classes, nos documentos de políticas de funcionamento selecionados. As categorias de análise foram as classes, “as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse, efetuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2010, p. 145).

Para tal procedimento, foi empregada a técnica de busca por palavras-chave referentes às seções específicas que se espera ter num documento de política de funcionamento. Tais palavras são apresentadas no Quadro 9:

Quadro 9 – palavras-chave usadas para busca nas políticas de funcionamento

Palavras-Chave em português	Palavras-Chave em inglês
Depósito	<i>Deposit</i>
Coleções	<i>Collections</i>
Direitos autorais	<i>Copyright</i>
Metadados	<i>Metadata</i>
Autoarquivamento	<i>Self-service</i>
Preservação Digital	<i>Digital Preservation</i>
Exclusão de arquivos	<i>Withdrawals and Corrections</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os documentos foram classificados, quanto as palavras-chave como *contém* (X) e *não contém* (-), e a partir deste detalhamento foram quantificados os documentos que contém as diretrizes pesquisadas, gerando assim o grau utilização daquela política de funcionamento pesquisada e revelando a importância que foi dada pelas instituições para cada item, e quais delas necessitam de maior atenção. Este levantamento somado as

particularidades das Editoras Universitárias, servirá de base para a proposição das políticas de povoamento do RI com as produções das EU.

A apresentação dos resultados quantitativos obtidos pode servir como base para o desenvolvimento de pesquisas posteriores, abarcando subsídios para realização de análises e críticas, assim como propor sugestões – amparados por dados concretos. Os resultados qualitativos vêm como suporte para as instituições que desejam implantar ou melhorar as políticas de funcionamento de seu RI, bem como as políticas de povoamento com as produções das EU.

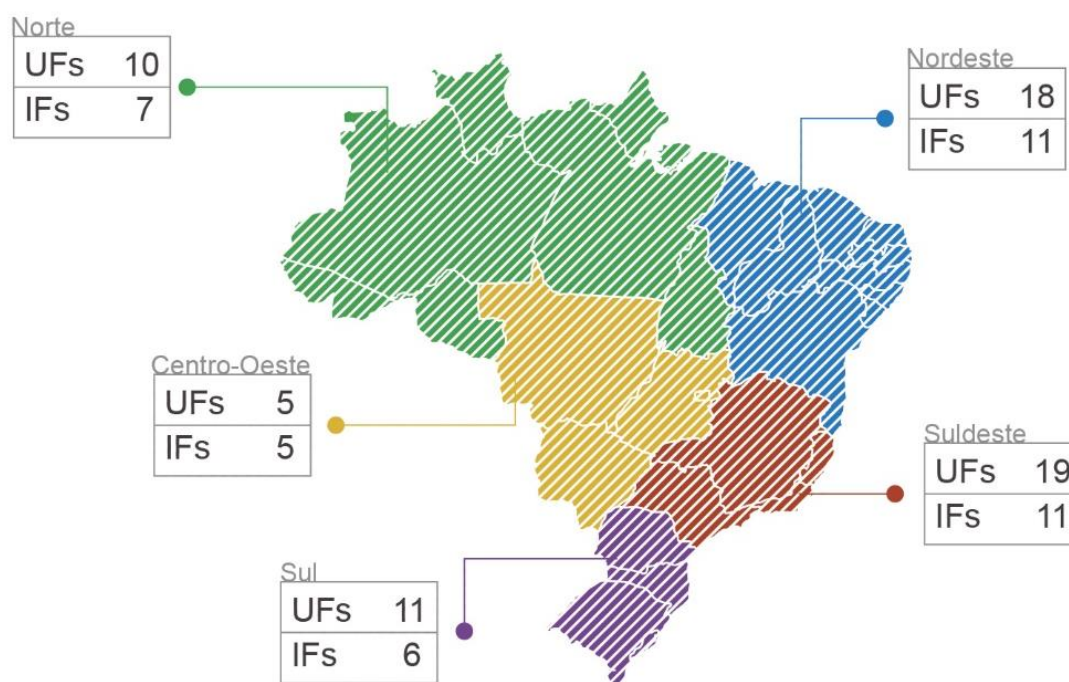
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resposta aos objetivos propostos, a seguir, apresentamos os resultados e a discussão sobre os dados obtidos na pesquisa. Optou-se por uma apresentação visual, em que foram utilizados quadros e gráficos para uma melhor visualização das amostras recolhidas.

5.1 UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS BRASILEIROS COM SUAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

As IFES estão distribuídas nas cinco regiões que constituem o território nacional: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, totalizando 103 IFES, sendo 63 Universidades Federais e 40 Institutos Federais e Centro Federais (INEP, 2019). Podemos identificar como estão distribuídas estas instituições na Figura 6:

Figura 06 – Distribuição das IFES no Brasil

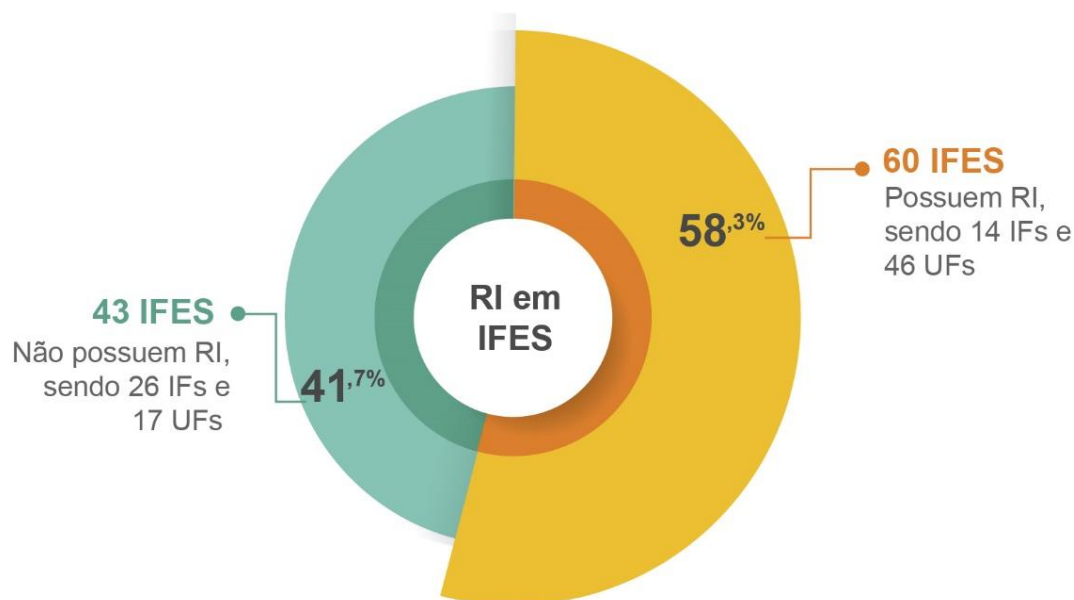


Fonte: Elaboração própria, a partir de Inep 2019

Para um melhor detalhamento e compreensão da pesquisa, podemos observar no Apêndice A o mapeamento das IFES no território nacional. Nele visualizamos quais instituições possuem RI, quais possuem EU, informando o endereço *web* de ambas.

De posse destas informações, foi identificado que pouco mais da metade dos IFES brasileiros possuem RI, sendo estas instituições: 14 Institutos Federais e 46 Universidades Federais, como demonstra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – IFES que possuem Repositório Institucional

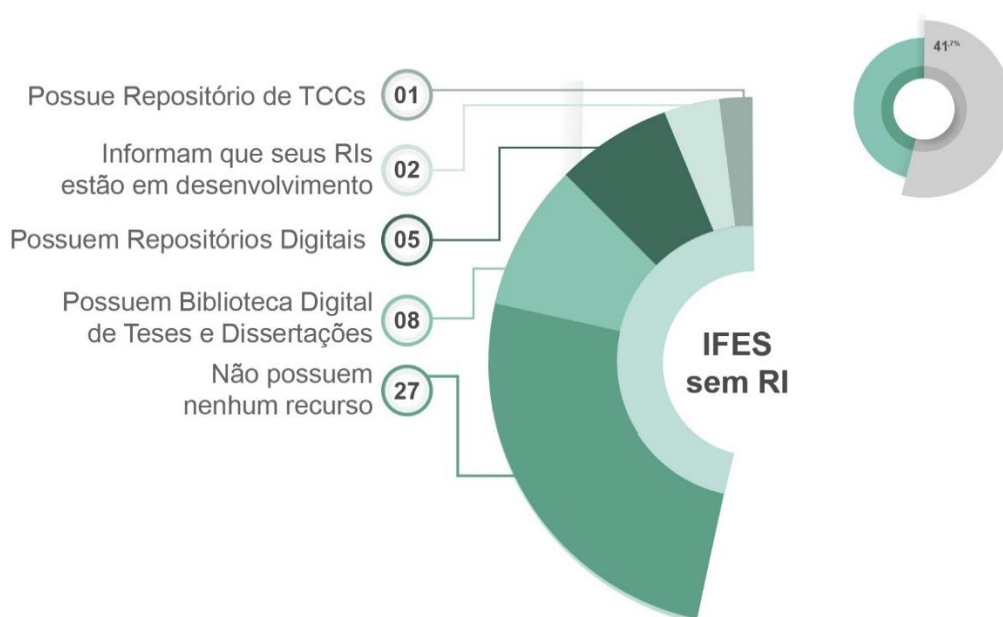


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A maior parte dos RI opta por utilizar a *interface*¹² padrão do DSpace, e alguns dos repositórios possuem uma *interface* personalizada, tornando o visual de sua página mais individual, como por exemplo os RI da UFV (Universidade Federal de Viçosa), e da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto).

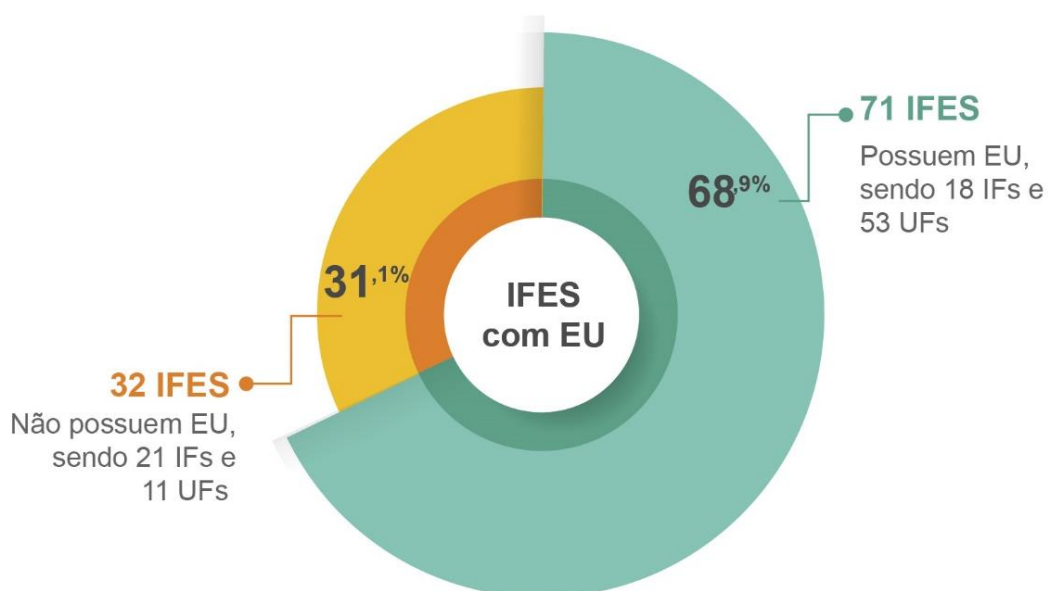
Os IFES que não vinculam suas produções científicas a um Repositório Institucional possuem cinco características específicas: os que possuem repositório de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso); os que informam que estão trabalhando no desenvolvimento de seu RI; os que possuem repositório digital não caracterizado como institucional; os que possuem BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações); e os que não possuem nenhum recurso. É possível visualizar a distribuição destas especificidades no Figura 7.

¹² Tela de comandos apresentada por um determinado programa; Parte gráfica do software.

Figura 7 – Detalhamento dos IFES que não possuem RI

Fonte: Dados da pesquisa 2019

Acerca da distribuição das Editoras Universitárias vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, é notória a presença da EU em grande parte das IFES pesquisadas, com uma porcentagem de 68,9%, enquanto 31,1% não possuem EU, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – IFES que possuem Editoras Universitárias

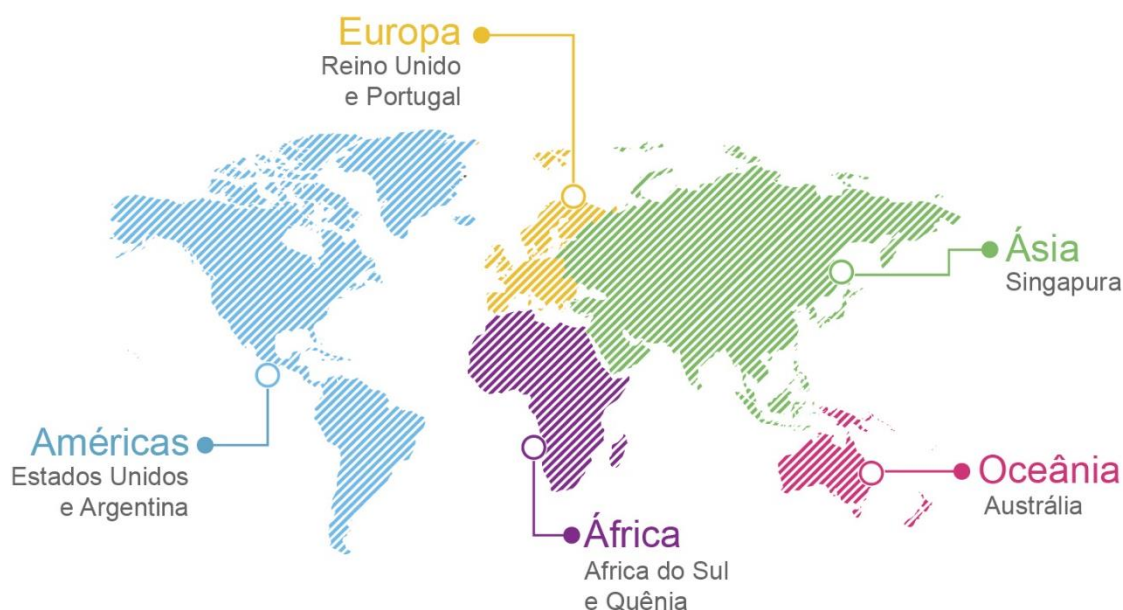
Fonte: Dados da pesquisa 2019

É possível afirmar que, das IFES que não possuem EU, a maior incidência acontece nas instituições que são IFs, chegando a um total de 21 unidades, enquanto as UF's somam 11 unidades. Das IFs que contêm EU, só não foi possível identificar o endereço eletrônico da **Ifes** (Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo), porém, no site da instituição é informado a existência da EU, informando seu endereço físico.

5.2 INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR INTERNACIONAIS COM SUAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

A fim de obter amostra das instituições de ensino superior internacionais, foi realizado um levantamento para investigar duas universidades por continente. A escolha destas instituições, descritas na Figura 8, foi realizada de acordo com a relevância no cenário global.

Figura 8 – Distribuição das instituições de ensino superior internacionais



Fonte: Elaboração própria, a partir de INEP

É possível observar, no Apêndice B, o detalhamento das instituições de ensino superior internacionais, bem como o endereço *web* de seu Repositório Institucional e de sua Editora Universitária.

Verificou-se que todas as instituições de ensino superior internacionais pesquisadas possuem Repositório Institucional e Editora Universitária vinculados à instituição.

5.3.1 Repositórios institucionais, as políticas de povoamento e políticas que abrangem as produções das EU

Oferecer o acesso à informação através de seus Repositórios Institucionais vai além de criar um banco de dados de produções acadêmicas, como visto nos capítulos anteriores. Faz-se necessário que o trabalho da equipe técnica, responsável pelo gerenciamento e bom funcionamento dos repositórios, seja capaz de mantê-los devidamente organizados e atualizados no que diz respeito às necessidades informacionais daqueles que utilizam o RI como fonte de informação. Para que isso aconteça, existem documentos conhecidos como Políticas de Funcionamento do RI, que normatizará sobre as regras de funcionamento do repositório. Uma destas regras são a de Povoamento, que trata das especificidades relacionadas às inserções de dados digitais no RI.

Neste ponto, foi realizado um recorte nos resultados obtidos anteriormente, para direcionar a pesquisa apenas para as **instituições que possuem RI e EU** e, assim, mapear quais RI disponibilizam o documento de políticas no site do RI. De posse deste documento, foram apontados quais repositórios têm políticas de povoamento com as produções de suas editoras universitárias.

5.3.2 Instituições nacionais e suas políticas de RI

No âmbito nacional, organizou-se o Quadro 10 trazendo a visualização do recorte realizado nas Instituições de Ensino Superior, apresentando um detalhamento do que foi encontrado em cada uma delas.

Quadro 10 – RI nacionais com Políticas de Funcionamento e Políticas de Povoamento com as produções das editoras universitárias

UF	Instituição	Possui políticas de funcionamento?	Possui políticas de povoamento?	Possui políticas de povoamento para sua EU?
RO	UNIR (Universidade Federal de Rondônia)	<i>site fora do ar</i>	-	-
	Nota: O <i>site</i> do RI da UNIR, é referenciado na página oficial da instituição e da biblioteca, porém, até o momento (out/2019), encontra-se fora do ar.			
AC	IFAC (Instituto Federal do Acre)	https://www.repositorio.ufop.br/image/resolucao_cepe.pdf	Sim	Não
	Nota: A UFAC, dispõe de orientações quanto ao povoamento de seu RI, informando que: <i>SISBIN ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais.</i>			
AM	UFAM (Universidade Federal do Amazonas)	http://riu.ufam.edu.br/Politica_RepositorioInstitucionalUFAM.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI possui seis diretrizes para povoamento, que cercam os temas: natureza da pesquisa; publicação; avaliação; conclusão da pesquisa; permissões; e nota obtida pela pesquisa.			

RR	UFRR (Universidade Federal de Roraima)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFRR disponibiliza em sua página uma opção de Documentos úteis, porém os dois links presentes nesta opção, direcionam para uma página de “<i>Erro: Documento não encontrado</i>”.			
PA	UFPA (Universidade Federal do Pará)	http://bc.ufpa.br/wp-content/uploads/2019/05/Pol%C3%A9tica_de_RD_UFPA-1.pdf	Sim	Sim
	Nota: O RI da UFPA dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, e na seção estrutura do repositório, é informado que as publicações da Editora da UFPA, desde de que devidamente autorizado para publicação, estarão dispostas num outro Repositório Digital, chamado Livro Aberto (http://livroaberto.ufpa.br/jspui/), e nele consta um documento com as diretrizes específicas para a submissão dos arquivos.			
AM	UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia)	http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/Resolucao208_PoliticaDeFuncionamentoDoRIUFRA.pdf	Sim	Sim
	Nota: O RI da UFRA dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer; Neste RI, encontramos uma seção específica para a Editora Universitária da UFRA, informando que será de responsabilidade a criação das comunidades e subcomunidades para os materiais produzidos por ela, isso feito juntamente com o gestor da Divisão de Repositório Institucional da Biblioteca.			

TO	UFT (Universidade Federal do Tocantins)	http://download.uft.edu.br/?d=cd74ec e3-f8af-4842-9e80-c4dec7005cc7;1.0:Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2005_2011%20-%20Sisbib%20-%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20e%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20RI%20e%20da%20BDTD.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI da UFT dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, porém, nele não há nenhum direcionamento acerca das publicações de sua EU.			
MA	UFMA (Universidade Federal do Maranhão)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFMA não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
PI	UFPI (Universidade Federal do Piauí)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFPI não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
CE	UFC (Universidade Federal do Ceará)	http://www.repositorio.ufc.br/sobre/UF_Consuni_2011_Resolucao02.pdf	Sim	Não
	Nota: A UFC sintetiza a orientação de depósito em um único parágrafo: <i>Deverão ser depositados no RI todos os documentos [...] que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.</i> Excluindo apenas a obrigatoriedade para as produções com direitos autorais com cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre; e documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.			

RN	UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/documentos/resolucao_592010_consep_e_ruiufrn.pdf	Sim	Não
	Nota: A UFRN sintetiza a orientação de depósito em um único parágrafo: <i>Deverão ser depositados no RI todos os documentos [...] que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.</i> Excluindo apenas a obrigatoriedade para as produções com direitos autorais com cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre; e documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.			
	IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)	http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/arquivos/instrucao-normativa-para-producao-academica/	Não	Não
	Nota: O RI da IFRN não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento, ele disponibiliza apenas instruções normativas.			
PB	UFPB (Universidade Federal da Paraíba)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFPB não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
	IFPB (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba)	Não	-	-
	Nota: O RI da IFPB não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			

PE	UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)	Não	-	-
	Nota: Na página oficial deste RI, existem documentos sobre: sua regulamentação; as leis pelas quais o RI está embasado; e critérios para apresentação da tese/dissertação, mas não dispõe de política de funcionamento.			
	UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFRPE não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento. Porém, encontramos uma seção na página inicial do RI destinada as produções de sua EU.			
	IFPE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco)	Não	-	-
AL	Nota: O RI da IFPE não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento. Apenas uma breve apresentação e o documento de implantação.			
	UFAL (Universidade Federal Alagoas)	http://www.repositorio.ufal.br/Politica_Repositorio_UFAL.pdf	Sim	Não
SE	Nota: A UFAL, não dispõe de política de povoamento que abarquem as produções de sua EU em seu RI.			
	UFS (Universidade Federal de Sergipe)	http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/170/normas_deposito_o_brigat_rio.pdf	Sim	Sim
SE	Nota: O RI da UFS dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, e no Art. 4º da resolução exposta em seu site, aponta que a editora UFS fica responsável pelo envio de suas publicações , ficando facultado o depósito de publicações de autoria e co-autoria particulares dos servidores.			

SE	IFS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe)	http://www.ifs.edu.br/biblioteca/images/Pol%C3%ADtica_-_RIFS.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI da IFS dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, também é informado que a responsabilidade pelo povoamento é da equipe da biblioteca.			
BA	UFBA (Universidade Federal da Bahia)	https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI da UFBA dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, porém nenhuma que aponte para as produções de sua EU. Mas em seu repositório existe uma seção para as produções de sua Editora Universitária.			
	UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/ufrb/Portaria_002_2013.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI da UFRB dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, não apresenta nenhum direcionamento para as produções de sua EU, porém, informa em seu documento oficial que, os demais órgãos pertencentes a universidade poderão propor a inclusão de documentos digitais de seus interesses RI, observando as políticas já vigentes.			
	IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia)	Não	-	-
MG	Nota: O RI da IFBA separa suas comunidades por campus e não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
	UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)	https://repositorio.ufmg.br/static/politica/comunidade-publicacoes-cient%C3%ADficas-e-culturais.pdf	Sim	Não
MG	Nota: O RI dispõe das políticas de funcionamento, porém nenhuma que aponte para as produções de sua EU.			

MG	UFV (Universidade Federal de Viçosa)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFRV não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento, mas informa que o mesmo se encontra em fase de implantação.			
	UFU (Universidade Federal de Uberlândia)	https://repositorio.ufu.br/static/sobre/politica_de_Informacao_do_RI_UFU.pdf	Sim	Sim
	Nota: O RI da UFU dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer. E orienta sua EU a depositar os objetos digitais na comunidade que o autor esteja vinculado.			
	UFLA (Universidade Federal de Lavras)	http://www.ufla.br/documentos/arquivos/1_019_08052018.pdf	Sim	Sim
	Nota: O RI da UFLA dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer, trazendo em seu Art. 9º como serão depositadas as produções intelectuais e definindo para sua EU a seguinte orientação: “ O depósito ou a inserção de metadados de livros ou capítulos de livros, textos acadêmicos, manuais e relatórios técnicos, boletins técnicos ou de extensão, editados e publicados pela Editora UFLA será de responsabilidade da Editora , ficando a cargo da Equipe Técnica a indexação e correção dos metadados”.			
	UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFJF não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
	UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto)	https://www.repositorio.ufop.br/image/resolucao_cepe.pdf	Sim	Não
	Nota: Em sua política de funcionamento, o RI aponta que seu povoamento poderá ser realizado pelo SISBIN ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, conforme as políticas já estabelecidas, e que instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.			

ES	Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo)	Não	-	-
	Nota: O RI da Ufes não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento. Mas em seu site oficial, informa que “o povoamento dos RIs pode ser realizado mediante a inclusão de publicações que já possuem licença do autor e da editora (revista), como aquelas que utilizam a Licença Creative Commons, ou por meio de contato com as instituições/pesquisadores/editoras para obtenção da licença”.			
	Ifes (Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo)	Não	-	-
	Nota: O RI da Ifes não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
RJ	UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	https://pantheon.ufrj.br/terms/politics.jsp	Sim	Não
	Nota: O RI dispões suas políticas na própria página oficial, e informa que acerca do povoamento, “cabe ao SiBI os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIP”.			
	UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)	http://www.unirio.br/bibliotecacentral/arquivos/200bpolitica-de-acesso-aberto-a-informacao-tecnico-cientifica-e-aos-dados-de-pesquisa	Sim	Não
	Nota: O RI da UNIRIO dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento, são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer.			

RJ	UFF (Universidade Federal Fluminense)	http://www.bibliotecas.uff.br/sites/default/files/NORMA%20DE%20SERVI%C3%87O%20N%C2%BA%20655%20de%2003%20de%20janeiro%20de%202017%20-POL%C3%8DTICA%20DEP%C3%93SITO%20RIUFF.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI da UFF dispõe de documento chamado política de depósito, onde são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer.			
	UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFRRJ não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
SP	UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo)	Não	-	-
	Nota: O RI da UNIFESP não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
	UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)	https://repositorio.ufscar.br/static/politica-do-ri-ufscar.pdf	Sim	Não
	Nota: O RI da UFSCar dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e, ao longo deste documento, são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer.			
	IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo)	Não	-	-
	Nota: O RI da IFSP não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			

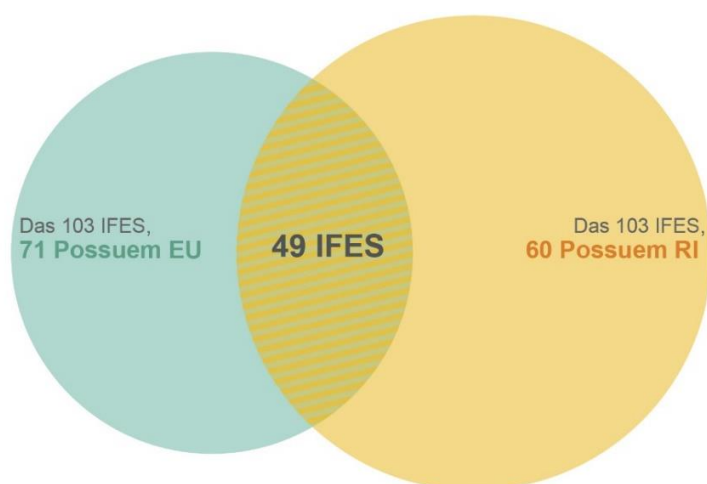
PR	UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)	Não	-	-
	Nota: O RI da UNILA não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
	UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/so-bre/politica_repositorio_1.pdf	Sim	Não
	Nota: Em sua política, o RI, acerca do povoamento, descreve que: “a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, as respectivas Diretorias em cada Campus e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro da produção científica desta instituição”, conforme políticas já estabelecidas.			
SC	UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFSC não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
	UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFCSPA não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			
RS	UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa)	<i>Site fora do ar</i>	-	-
	Nota: O <i>site</i> oficial da UNIPAMPA, bem como o de sua biblioteca e de seu RI, no momento do detalhamento desta pesquisa (nov/2019), encontravam-se fora do ar.			
	FURG (Universidade Federal do Rio Grande)	Não	-	-
	Nota: O RI da FURG não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			

RS	UFPel (Universidade Federal de Pelotas)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFPel disponibiliza em sua página uma opção de Documentos úteis, porém os dois links presentes nesta opção, direcionam para uma página de “Erro: Documento não encontrado”.			
MS	UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)	Não	-	-
	Nota: O RI da UFMS disponibiliza em sua página uma opção de <i>Documentos úteis</i> , porém os dois links presentes nesta opção, realizam um <i>download</i> de um arquivo do Microsoft Word, que vem corrompido, portanto, não exibe nenhuma informação.			
	UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados)	http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-CEPEC/Res%20n%C2%BA%20054_2010%20Aprova%20Reposit%C3%B3rio_UFGD.pdf	Sim	Não
GO	Nota: O RI da UFGD dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca de como os depósitos devem ocorrer.			
	UFG (Universidade Federal de Goiás)	Não	-	-
DF	Nota: O RI da UFG disponibiliza em sua página uma opção de <i>Documentos úteis</i> , porém os dois links presentes nesta opção, direcionam para uma página de “Erro: Documento não encontrado”.			
	UnB (Universidade de Brasília)	http://repositorio.unb.br/documents/Resolucao_da_Politica_de_Informacao_do_RIUnB.pdf	Sim	Não
DF	Nota: Em sua política, o RI, acerca do povoamento, descreve que: “Cabem à BCE os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIUnB. Os autores poderão também realizar autodepósito, se desejarem”.			

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Do total de 103 IFES selecionadas para a realização da pesquisa, foi identificado, após o cruzamento dos dados, um total de 47,5% que correspondem às instituições que possuem **Repositório Institucional e Editora Universitária**. Conforme ilustrado na Figura 9, essa porcentagem corresponde a 49 IFES.

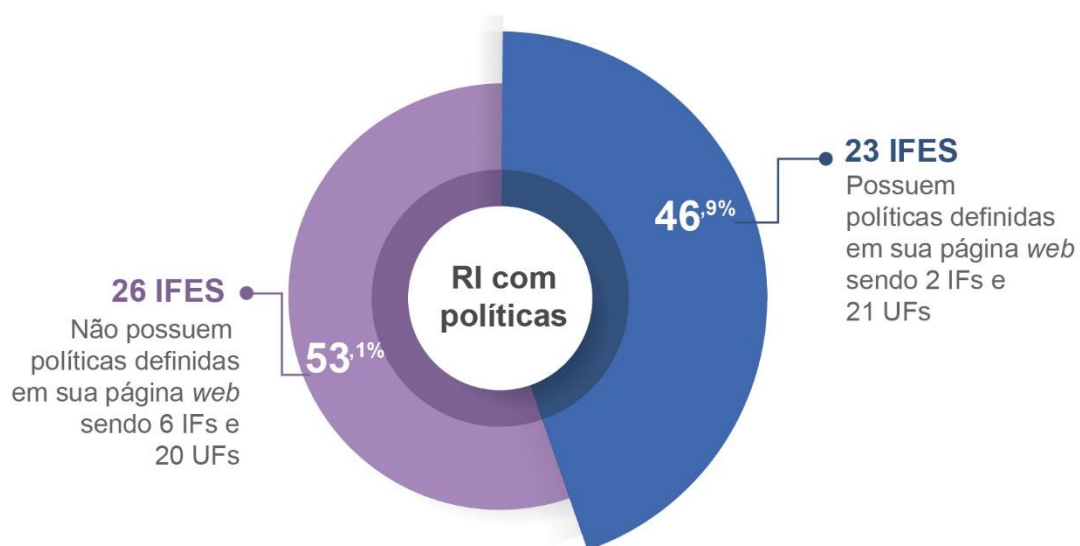
Figura 9 – Instituições com RI e EU



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Deste grupo de 49 IFES, foi possível visualizar que 23 instituições possuem políticas de funcionamentos disponíveis ao público, e 26 instituições não informam nenhum tipo de informação a respeito destas políticas, como é possível identificar no Gráfico 7.

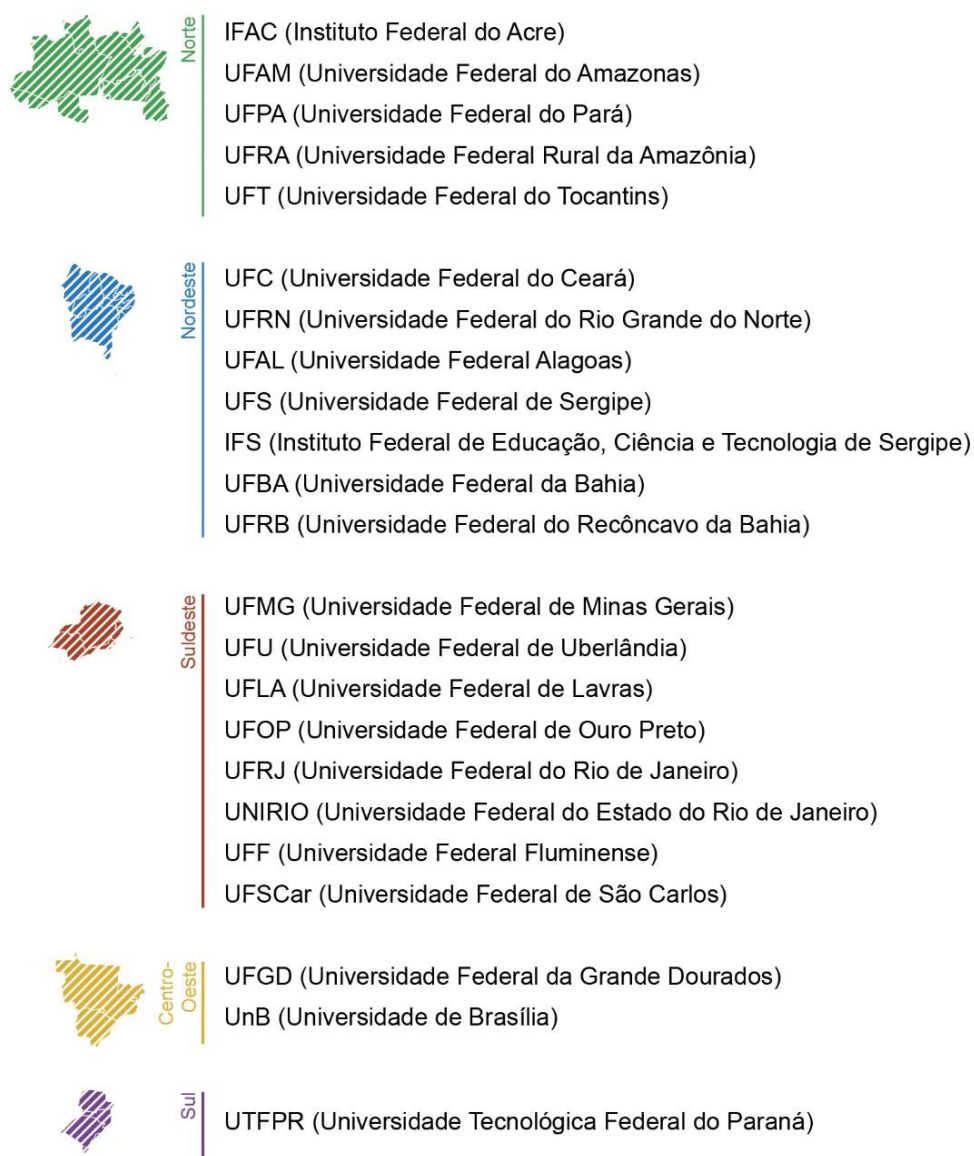
Gráfico 7 – RI com Políticas de Funcionamento



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

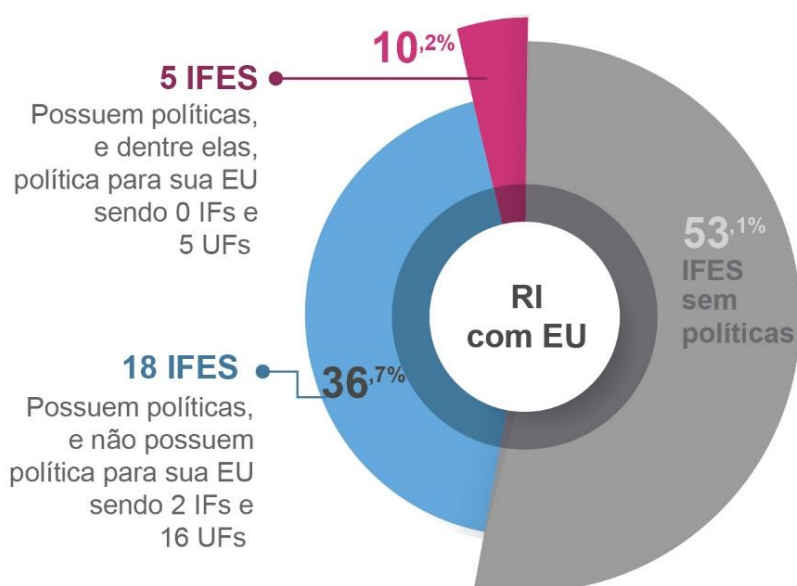
As instituições que compõem os 46,9% estão distribuídas da seguinte forma:

Figura 10 – Distribuição das IFES com políticas de funcionamento



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Analisando os 46,9% dos RI que possuem políticas, 18 deles têm políticas de um modo geral, mas nenhuma política abarca as Editoras Universitárias. Além disso, 5 possuem, em suas políticas, direcionamentos para as produções da EU, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Distribuição RI com Políticas de Funcionamento

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

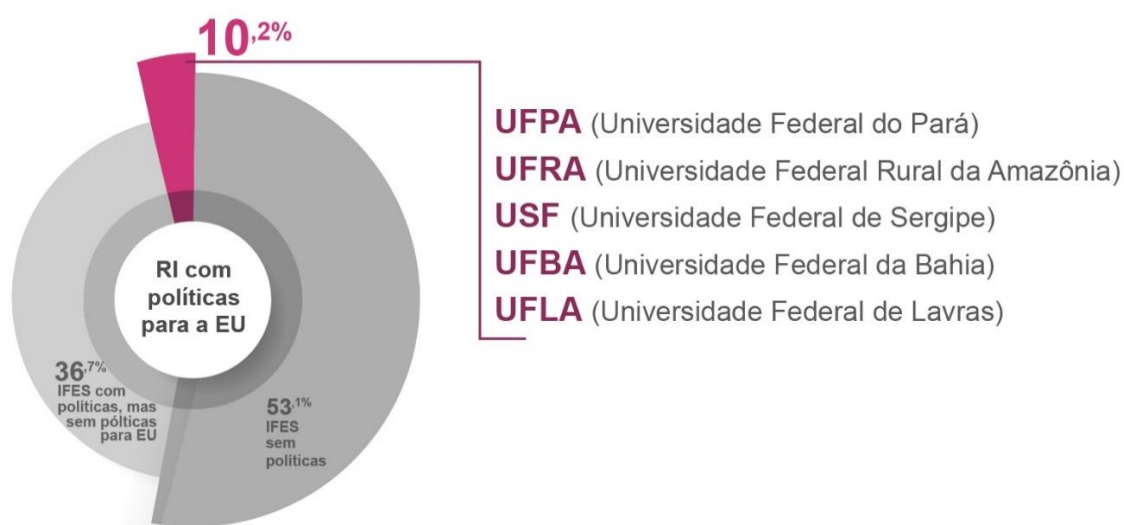
Nota-se, neste ponto da pesquisa, que a participação das Universidades Federais é maior que a dos Institutos Federais, visto que as UFs somam 21 instituições com políticas de povoamento, enquanto as IFs contabilizam 2 instituições.

Acerca das 53,1% instituições que não possuem políticas de funcionamento em seu RI, foram identificados dois casos particulares, em que as instituições UNIR e UNIPAMPA tiveram seus *sites* oficiais fora do ar no decorrer da pesquisa, demonstrando, assim, instabilidade de seus repositórios.

No que tange às IFES com políticas de funcionamento, mas sem políticas para suas EU, houve dois casos específicos de vínculo com a EU:

- a) A UFBA tem as produções de sua Editora Universitária disponibilizadas na página do seu RI: é possível encontrá-la acessando a opção que expõe as “Comunidades e coleções”;
- b) A UFRPE apresenta, na página inicial de seu RI, um *link* que leva às produções da EDUFRPE (Editora Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco) em seu repositório.

Observou-se no conjunto de instituições que continham políticas para suas respectivas Editoras Universitárias, que, das quatro IFES identificadas, todas se tratavam de Universidades Federais, sendo duas da região Norte, duas do Nordeste e uma do Centro-Oeste, conforme Figura 11.

Figura 11 – RI com Políticas para sua EU

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A UFRA foi a única instituição que possuía uma seção específica para o detalhamento das proposições que abarcam o universo da EU. As demais IFES disponibilizaram as diretrizes para as Editoras Universitárias no conjunto das demais orientações acerca das submissões.

5.3.2 Instituições internacionais e suas políticas de RI

No contexto internacional, foi exposto o detalhamento da pesquisa, com os respectivos apontamentos no Quadro 11, onde é possível observar que, das dez instituições pesquisadas, 7 delas continham políticas de funcionamento identificadas em seus *sites* oficiais. De forma geral, as instituições de ensino internacionais dispõem das informações acerca das políticas de funcionamento nos sites oficiais de seus RI, o que difere no padrão nacional adotado, em que estas políticas estão dispostas em documentos oficiais da instituição.

Quadro 11 – RI internacionais com Políticas de Funcionamento e Políticas de Povoamento com as produções das editoras universitárias

Continente	Instituição	Possui políticas de funcionamento ou documento similar?	Possui políticas de povoamento ou documento similar?	Possui políticas de povoamento ou documento similar para sua EU?
Europa	UNIVERSIDADE DO MINHO	https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/docs/Despacho_RT-98_2010.pdf	Sim	Não
	Nota: Este RI dispõe de documento sobre as políticas de funcionamento, e ao longo deste documento são passadas algumas orientações acerca dos depósitos. Separadamente, temos outro <i>link</i> disposto em sua página que trará as políticas de privacidade. Outra opção encontrada é o passo a passo de como submeter os arquivos para o RI (http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/teses.htm).			
	UNIVERSITY OF OXFORD	https://www.bodleian.ox.ac.uk/ora/about/key-facts	Sim	Não
Nota: O <i>site</i> oficial do RI da <i>University of Oxford</i> dispõe de uma seção em que detalha as bases e diretrizes de seu repositório. Para manter sua organização, esta seção se segmenta em várias subseções que detalham ainda mais as políticas. Uma delas trata apenas dos assuntos pertinentes aos depósitos de material (https://www.bodleian.ox.ac.uk/ora/deposit-in-ora); Não foi identificada uma seção para as obras de sua EU, mas foi encontrada uma seção com direcionamentos gerais para a categoria de livro no RI (https://www.bodleian.ox.ac.uk/ora/about/book-sections-in-ora).				

Américas	HARVARD UNIVERSITY	https://dash.harvard.edu/pages/terms/sofuse	Sim	Não
	Nota: O site oficial do RI da <i>Harvard University</i> dispõe de uma seção em que detalha as bases e diretrizes de seu repositório: <i>Terms of Use for DASH Repository</i> , onde existe uma orientação quanto as submissões, informando que qualquer envio deve ser feito de acordo com os requisitos e procedimentos explicitados pelo RI; Não foi identificado uma seção para as obras de sua EU.			
	UBA (<i>Universidad de Buenos Aires</i>)	http://repositorioubasibbi.uba.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi?e=p-10000-00---off-0--00-----0-10-0---0---0direct-10---4-----0-1l--10-es-Zz-1---20-home---0--1-00-00--4---0-0-01-00-0utfZz-8-00&a=p&p=biblioteca	Sim	Não
África	Nota: O site oficial do RI da UBA dispõe de uma seção em que detalha algumas orientações sobre seu repositório: <i>Condiciones de uso del Repositorio Digital Institucional</i> ; não foi identificada uma seção para as obras de sua EU.			
	UKZN (<i>University of KwaZulu-Natal</i>)	Não	-	-
	Nota: O site oficial do RI da UKZN não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento; em sua página inicial há um direcionamento para a verificação de política de arquivamento.			
	EGERTON UNIVERSITY	Não	-	-
África	Nota: O RI da <i>Egerton University</i> não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento.			

Ásia	NUS (<i>National University of Singapore</i>)	https://scholarbank.nus.edu.sg/policy-and-guidelines.jsp#	Sim	Não
	Nota: A NUS disponibiliza em sua página várias informações e orientações acerca de seu RI. Para manter sua organização, esta seção se segmenta em várias subseções. Uma delas trata apenas dos assuntos pertinentes aos depósitos de material (https://scholarbank.nus.edu.sg/policy-and-guidelines.jsp#). É possível identificar outra seção expondo as informações sobre o depositante (https://scholarbank.nus.edu.sg/policy-and-guidelines.jsp#). A NUS disponibiliza um vídeo explicativo e claro sobre o que é e a que se propõe o RI da instituição.			
	NTU (<i>Nanyang Technological University</i>)	https://repository.ntu.edu.sg/drntu/procedure.htm	Sim	Não
	Nota: A NTU possui dois RI: um de acesso aberto e outro de acesso restrito para os membros da comunidade acadêmica. Em ambos encontramos a política de depósito, em um <i>link</i> que leva para o descritivo do procedimento de submissão.			
Oceania	UNIVERSITY OF MELBOURNE	https://minerva.unimelb.edu.au/deposit	Sim	Não
	Nota: O RI da <i>University of Melbourne</i> dispõe algumas orientações sobre os depósitos (https://minerva.unimelb.edu.au/deposit) e um descritivo acerca da política de privacidade.			
	MONASH UNIVERSITY	Não	-	-
	Nota: O RI da <i>Monash University</i> não dispõe de nenhum documento sobre as políticas de funcionamento. Em sua página inicial há um direcionamento para um descritivo sobre os direitos autorais.			

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

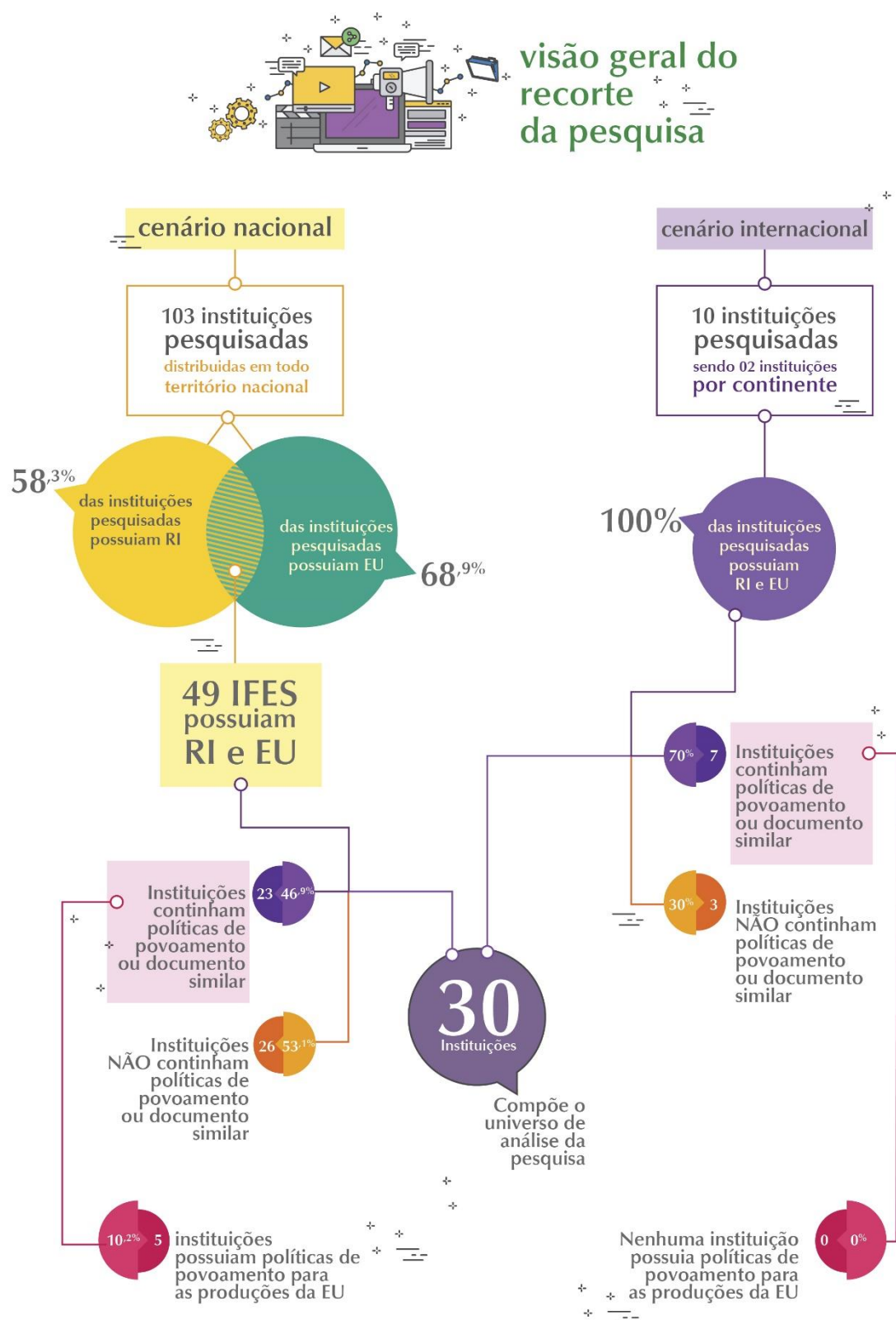
Dentre as instituições internacionais pesquisadas, foi possível observar as seguintes particularidades:

- a) Na Universidade do Minho: Apresentou a estrutura e a organização do RI semelhante as das instituições brasileiras, apresentando suas políticas de funcionamento através de um documento oficial da instituição disponibilizado em PDF.
- b) Na *National University of Singapore*: Apresentou um maior número de seções e subseções com informações sobre as políticas, de forma organizada e clara. Neste RI encontramos duas maneiras para submissão, podendo ser o *trabalho acadêmico* ou o *conjunto de dados de pesquisa*.
- c) Na *Nanyang Technological University*: Segmenta os materiais desenvolvidos pela instituição em *dados abertos à comunidade* e *dados fechados* apenas para membros da instituição, este particionamento é exposto através de dois RI da mesma instituição.

Em nenhuma das instituições internacionais foi identificado qualquer tipo de direcionamento para as produções desenvolvidas pelas editoras universitárias pertencentes a elas.

Com o intuito de obtermos uma visualização do universo que engloba a pesquisa, incluindo as instituições nacionais e internacionais e dados coletados, foi elaborado um infográfico com os recortes realizados durante o processo de busca.

Infográfico 1 – Visão geral do recorte da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

5.2 Análise dos Resultados

A partir dos resultados apresentados, foram selecionadas 23 instituições nacionais e 7 instituições internacionais para análise dos documentos sobre as políticas de funcionamento das instituições brasileiras e as páginas *web* que incluíam as políticas de funcionamento das instituições internacionais.

O Quadro 12 aponta a presença das palavras-chave, que foram definidas na metodologia da pesquisa, nas políticas de funcionamento dos RI analisados. É importante ressaltar que os termos utilizados na busca foram definidos com base nos apontamentos realizados durante a fundamentação teórica.

Quadro 12 – Correspondência das categorias de análise presentes nas políticas de funcionamento

Instituição	Depósito	Coleções	Direitos autorais	Metadados	Autoarquivamento	Preservação Digital	Exclusão de arquivos
IFAC (Instituto Federal do Acre)	X	-	X	-	-	-	-
UFAM (Universidade Federal do Amazonas)	X	X	X	X	X	X	X
UFPA (Universidade Federal do Pará)	X	-	X	X	X	X	X
UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia)	X	X	X	X	X	X	-
UFT (Universidade Federal do Tocantins)	X	X	X	X	X	X	X
UFC (Universidade Federal do Ceará)	X	-	X	-	X	X	-
UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	X	-	X	-	X	-	-
UFAL (Universidade Federal Alagoas)	X	X	X	X	-	X	-
UFS (Universidade Federal de Sergipe)	X	X	X	-	-	-	-
IFS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe)	X	-	X	-	-	X	-
UFBA (Universidade Federal da Bahia)	X	-	-	-	X	X	-

UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)	X	X	X	X	-	X	-
UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)	X	-	-	X	-	-	-
UFU (Universidade Federal de Uberlândia)	X	X	-	X	X	-	-
UFLA (Universidade Federal de Lavras)	X	-	X	X	X	X	-
UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto)	X	-	X	-	X	X	-
UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	X	-	-	X	X	X	-
UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)	X	-	X	X	-	X	-
UFF (Universidade Federal Fluminense)	X	X	X	X	X	X	-
UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)	X	-	X	X	X	X	-
UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados)	X	X	X	X	X	X	-
UnB (Universidade de Brasília)	X	-	X	X	X	X	-
UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)	X	X	X	X	X	X	-
UNIVERSIDADE DO MINHO	X	-	X	X	X	X	-
UNIVERSITY OF OXFORD	X	X	X	X	X	X	X
HARVARD UNIVERSITY	X	-	X	-	-	-	X
UBA (<i>Universidad de Buenos Aires</i>)	-	-	-	-	-	-	-
NUS (National University of Singapore)	X	-	X	X	X	X	X
NTU (Nanyang Technological University)	X	-	-	-	-	-	-
UNIVERSITY OF MELBOURNE	X	-	X	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A fim de abraçar todo o universo de correspondência entre as categorias definidas, foram identificadas subcategorias de análise com distintas possibilidades de nomenclaturas utilizadas para a política de funcionamento, de acordo com os critérios definidos pelas instituições.

Quadro 13 – Subcategorias de análise presentes nas políticas de funcionamento

Categoria	Subcategoria
Depósito	<i>Submissão</i> <i>Envio</i> <i>Upload</i> <i>Postagem</i> <i>Armazenamento</i> <i>Povoamento</i>
Coleções	<i>Comunidades</i> <i>Conjunto</i> <i>Grupo</i> <i>Agrupamento</i> <i>Coleções temáticas</i> <i>Temas</i>
Direitos autorais	<i>Regras de direito</i> <i>Direitos do autor</i> <i>Aspectos Legais</i>
Metadados	<i>Metainformação</i> <i>Dados sobre o arquivo</i> <i>Informações sobre o arquivo</i>
Autoarquivamento	<i>Arquivamento automático</i> <i>Povoamento automático</i> <i>Depósito mediado</i> <i>Alimentado pela comunidade</i>
Preservação Digital	<i>Preservação de documentos digitais</i> <i>Preservação de objetos digitais</i> <i>Arquivamento de objetos digitais</i> <i>Duração do armazenamento dos dados</i> <i>Preservação em longo prazo dos resultados da pesquisa</i> <i>Segurança/Preservação dos arquivos</i> <i>Preservar a produção científica</i>
Exclusão de arquivos	<i>Retirada de arquivos</i> <i>Alteração de Status</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Para melhor compreensão do que foi identificado em cada documento, foi descrita cada categoria de análise:

- a) **Depósito:** Categorizado como Depósito voluntário e Depósito compulsório. O **depósito voluntário** orienta a comunidade a entregar seus trabalhos livremente para disponibilização no repositório institucional. Já o **depósito compulsório** define obrigatoriedade de depósito para os estudos desenvolvidos na instituição (BAPTISTA *et al.* 2007). Segundo Swan (2008), este é o tipo de depósito que realmente funciona;
- b) **Coleções:** Promover uma estrutura organizacional (LEITE, 2009), podendo ser representada a partir da estrutura organizacional da instituição;
- c) **Direitos autorais:** Conjunto de leis que regem a posse e os direitos sobre os trabalhos produzidos, estabelecendo a propriedade intelectual dos documentos arquivados no RI (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006);
- d) **Metadados:** Necessários para a realização posterior de consultas, geralmente feitos a partir de um Software específico para implementação do repositório, que pode ser customizado para atender as particularidades de diferentes tipos de conteúdo (LEITE, 2009). Este processo é importante para que não haja perda de informação, de modo que a autenticidade e fidedignidade não sejam comprometidas (SAYÃO, 2010);
- e) **Autoarquivamento:** "[...] depósito efetuado pelos próprios pesquisadores de suas respectivas produções científicas em repositórios digitais de acesso aberto" (FERRARI; PIRES, 2014, p.24). Para que isto aconteça, é necessário que a comunidade acadêmica compreenda a importância do repositório institucional, assim como os objetivos e vantagens de publicar um trabalho que seja acessível à sociedade em âmbito mundial;
- f) **Preservação Digital:** Para a disponibilização da produção intelectual de uma determinada instituição, é necessário tê-la em formato digital (ROSA; GOMES, 2010). A política de preservação digital define as

ações de preservação, o ciclo de vida e a autenticidade de um material digital (BAGGIO; BLATTMANN, 2017);

- g) **Exclusão de arquivos:** Trata a explicitação para os usuários da possibilidade da retirada do material depositado no RI. Uma vez que os direitos autorais pertencem aos autores, estes podem excluir sua pesquisa do repositório sem que seja necessário algum tipo de justificativa. Foi atribuída importância a esta categoria de análise, levando em consideração que as políticas de funcionamento devem refletir as decisões estabelecidas no planejamento do RI (LEITE *et al.*, 2012), bem como informar aos usuários qual procedimento deve ser tomado quando desejarem, por algum motivo, fazer a retirada de sua pesquisa, algo que é definido no momento da implementação do repositório institucional.

Buscando as respostas para desenvolver as propostas descritas no processo metodológico, foram identificados os itens que são mais evidenciados nos documentos analisados através do Gráfico 9:

Gráfico 9 – Concentração de itens encontrados no documento por categoria de análise



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Compreendemos, com os dados expostos, que a maioria dos RI analisados fornecem, em suas políticas de funcionamento, as categorias de análise referentes a *depósito*, *direitos autorais* e *preservação digital*.

Podemos visualizar, no Gráfico 10, as quantidades de itens ausentes no documento, buscando identificar quais categorias de análise estão menos presentes nos dados analisados, para, a partir delas, desenvolver os

apontamentos que orientarão as instituições acerca de quais políticas devem ser inseridas no mesmo.

Gráfico 10 – Concentração de itens não encontrados no documento por categoria de análise



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os maiores índices de ausência foram constatados nas categorias de análise *exclusão de arquivos* e *coleções*, que, segundo a análise documental, são itens importantes para a composição das políticas.

A seguir apresentamos a tabela completa com os índices encontrados para as categorias de análise:

Tabela 2 – Índices de presença e ausência para as categorias de análise

Categorias de análise	% de presença	% de ausência
Depósito	96,7%	3,3%
Coleções	36,7%	63,3%
Direitos autorais	80%	20%
Metadados	63,3%	36,7%
Autoarquivamento	63,3%	36,7%
Preservação Digital	70%	30%
Exclusão de arquivos	20%	80%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Das instituições pesquisadas, três continham todas as categorias de análise, sendo duas nacionais e uma internacional, são elas: UFAM (Universidade Federal do Amazonas), UFT (Universidade Federal do

Tocantins) e *University of Oxford*. A UBA (*Universidad de Buenos Aires*) não apresentou nenhum resultado para as categorias de análise, pois em seu *site* só é possível encontrar algumas condições de uso.

6 PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO

Considerando o universo da análise elaborada até este ponto, que engloba dados quantitativos e qualitativos, chegamos ao momento das proposições, que serão amparadas pelos dados e apontamentos extraídos.

6.1 POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO DE RI

De acordo com a fundamentação teórica, as políticas de funcionamento dos RI englobam uma série de categorias, que são de extrema importância para o bom desempenho do repositório, na instituição a qual pertence e perante a sociedade, pois estas políticas servem como base de orientação à equipe gestora do RI e como norteamento para os usuários.

Considerando a importância de um repositório possuir políticas bem estruturadas, o Quadro 14 apresenta uma série de sugestões para a aplicação das políticas referentes às categorias de análise que foram apresentadas.

Quadro 14 – Boas práticas para o desenvolvimento de políticas de funcionamento

Tipo	Descrição
Depósitos	Definir como serão realizados os depósitos, de forma mandatória/compulsória ou de forma voluntária, apresentando o respectivo conceito, a fim de a comunidade compreender a natureza de cada um;
	Listar todos os tipos de documentos que devem ser obrigatoriamente depositados (modelo compulsório), a fim de sanar quaisquer dúvidas por parte da comunidade acadêmica;
	Listar os tipos de documentos que podem ser submetidos. Exemplos: produção bibliográfica, produção técnica, trabalhos finais de curso, produção cultural, etc.;
	Definir se haverá ou não uma equipe/setor/responsável específico para o monitoramento/validação dos depósitos realizados, a fim de garantir que os arquivos enviados às comunidades/coleções estejam em conformidade com os critérios estabelecidos. Este procedimento pode ser feito por método de validação;

	Mencionar as exceções, que desobrigam a submissão das pesquisas, tais como: • Livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; • Artigos publicados em revistas científicas que estabelecem, em seus contratos com os autores, cláusulas que impedem o depósito em repositórios de acesso livre; • Documentos cujo conteúdo possui resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros, a serem editados com fins comerciais;
	Definir orientações relativas aos formatos dos arquivos de forma clara, como: tamanho máximo, extensões de arquivos que são aceitas, etc.;
	Definir quais os critérios para a aceitação e a publicação no repositório institucional;
	Definir quais atores estão responsáveis pelos procedimentos de depósito, por exemplo: os departamentos e os estudantes, definindo como cada ator deve proceder;
	Disponibilizar de forma ordenada os formulários que compõem o processo de depósito;
	Descrever os possíveis níveis de acesso e embargo que tangem os documentos digitais submetidos;
	Demonstrar a declaração de privacidade sobre os dados pessoais, como nome, departamento, corpo docente e endereço de e-mail, enviados durante o processo de depósito;
Coleções	Definir níveis de acesso e de edição, como: quem pode realizar a criação, exclusão e a alteração das comunidades/coleções;
	Organizar em uma estrutura hierárquica composta por comunidades, subcomunidades e coleções de itens (documentos), que poder ser feita conforme necessidade da instituição;
	Especificar se, dentro de cada comunidade, pode haver um número limitado ou ilimitado para as subcomunidades e coleções;

	Definir se haverá ou não uma equipe/setor/responsável específico para o monitoramento/validação das inserções, exclusões e alterações das comunidades, subcomunidades e coleções;
Direitos Autorais	Apresentar quais licenças regem os documentos que são submetidos ao repositório, observando as questões legais de depósito quanto aos direitos autorais;
	Listar os formulários que devem ser preenchidos acerca do tema;
	Para o caso de autorização do depósito em repositório de livre acesso de material já aprovado em algum meio de publicação restrito, que possuam os direitos autorais da obra: • Observar se o acordo de transferência de direitos autorais está especificando, explicitamente, esse direito; • Recomenda-se ao autor, sempre que possível, modificar seu contrato de direitos autorais, junto ao órgão responsável pela publicação restrita, para que o editor não desautorize o depósito no RI;
	Definir os termos de uso do documento que está sendo submetido, por exemplo: podem ser acessados, impressos e / ou baixados pelos usuários para sua própria pesquisa acadêmica, estudo particular e fins de ensino;
Metadados	Conscientizar os usuários de que o preenchimento dos metadados é uma etapa fundamental da padronização, sendo diretamente relacionado com os processos de busca e recuperação da informação;
	Orientar o preenchimento dos metadados durante a realização do depósito do objeto digital;
	Evidenciar que deve ser fornecido o máximo de informações possíveis para o conjunto de dados da obra;
	Definir se haverá ou não uma equipe/setor/responsável específico para a validação dos metadados inseridos pelos usuários, visando um alto nível de padronização;

Autoarquivamento	Conscientizar a comunidade sobre a importância acerca do depósito de seus trabalhos em RI, mostrando as vantagens obtidas ao ter suas pesquisas acessíveis na Internet;
	Definir um prazo máximo para a submissão dos arquivos, levando em conta que, se o prazo for muito longo, os dados podem perder a validade;
	No caso de pesquisas de conclusão de curso da instituição, existe a possibilidade de atrelar a entrega do diploma, a confirmação de depósito no RI, gerando assim uma obrigatoriedade;
	Expor um passo a passo sobre o processo de autoarquivamento, a fim de sanar eventuais dúvidas por parte da comunidade acadêmica. Assim, é possível diminuir a procura pelo setor responsável pelo RI, na busca de auxílio para a realização deste processo;
Preservação Digital	Conscientizar a comunidade sobre a importância do ciclo de vida dos dados, de manter a fidelidade dos arquivos conforme os originais, de modo a preservar a memória da instituição;
	Elencar recomendações sobre a adoção de padrões que auxiliem na preservação, a longo prazo, dos objetos digitais inseridos no RI;
	Definir ciclo de revisão/análise do funcionamento dos <i>hardwares</i> e software utilizados como suporte no RI, estando atentos aos ciclos de renovação tecnológica, a fim de evitar danos que possam degradar os dados digitais;
	Definir métodos e periodicidade de <i>backups</i> dos dados digitais;
	Definir questões relacionadas à aquisição e alocação de recursos tecnológicos, necessários para a preservação dos dados digitais;
	Definir estratégias de migração/exportação dos dados digitais;
Exclusão de arquivos	Listar os possíveis casos para exclusão de arquivos do repositório, tais como: violações do contrato de licença, violações de requisitos legais, violações

	éticas, plágio comprovado etc;
	Elencar os passos a serem seguidos, caso o autor deseje solicitar a retirada dos arquivos do RI;
	Listar os formulários que devem ser preenchidos acerca do tema;
	Definir prazos para a retirada do material e quem abarcará esta responsabilidade;

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os apontamentos realizados no Quadro 14 foram desenvolvidos pela fundamentação encontrada nos documentos analisados dos repositórios nacionais e internacionais. Cada instituição deverá adequar os pontos expostos às especificidades existentes em cada uma delas, de modo a tornar as políticas totalmente direcionadas para a sua comunidade acadêmica.

6.2 POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA POVOAMENTO COM AS PRODUÇÕES DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

A inserção dos materiais produzidos pelas Editoras Universitárias nos RI é uma proposta que se baseia no conceito do acesso aberto e gratuito à informação e na centralização dos dados digitais de pesquisa produzidos pelas instituições.

No Quadro 15 será apresentado um conjunto de sugestões para orientar as IFES na elaboração das diretrizes de políticas de povoamento que possam vir a contemplar as publicações desenvolvidas pelas Editoras Universitárias. Tais orientações foram definidas levando em consideração a análise de conteúdo dos documentos de políticas de funcionamento, elencados nesta pesquisa, e as particularidades presentes nos materiais desenvolvidos pelas editoras.

Quadro 15 – Boas práticas para o desenvolvimento de políticas de povoamento utilizando as produções das EU

Tipo	Descrição
Direitos autorais	Orientar seus autores sobre a necessidade de liberar os direitos autorais para ser possível depositar no RI;
	Anexar ao processo de depósito de material bruto ¹³ , um documento de liberação de direitos autorais e um termo de responsabilidade sobre o que será publicado emitido pelo(s) autor(es);
Comunidades	Definir junto à equipe gestora do RI a inserção, alteração ou exclusão das comunidades, subcomunidades e coleções que contemplem as produções da EU, tornando mais fácil a busca dos materiais depositados no RI;
Conteúdo	Definir quais conteúdos podem ser depositados, respeitando as determinações gerais do repositório;
Arquivos gerados pelos diagramadores	Orientar a equipe de diagramação de acordo com: • Os padrões de formatos adotados pelo RI para os arquivos finais; • O limite de tamanho já estabelecido nas políticas do RI; • O método de nomenclatura adequado, de modo a otimizar o processo de submissão. Por exemplo: Não utilizar caracteres especiais, como: (, ~! @ # \$% ^ & * () `; <>?., [] {} ""), utilizar o tipo da publicação (Livro, livreto, e-book, etc) no nome do arquivo, etc.;
Metadados	Fornecer o máximo de informações possíveis para o conjunto de dados da obra;
	Utilizar os padrões utilizados pelo RI, caso existam;

¹³ Arquivo que será validado, revisado e diagramado pela equipe da EU

Arquivo <i>Leia-me</i>	Desenvolver um arquivo leia-me com os seguintes dados: • Utilizar o formato .txt • Incluir informações gerais, como: título do conjunto de dados, data / intervalo de datas da coleta de dados, etc; • Informações relevantes sobre o arquivo que está sendo enviado; • Pequena descrição sobre as informações metodológicas;
Envio	Os trabalhos enviados devem conter o conjunto dos documentos definidos pela equipe gestora do RI, para submissão;
	Considerar a utilização de recursos de compactação de arquivos, caso necessário;
Exclusão de arquivos	Orientar seus autores sobre os procedimentos de exclusão de arquivos adotados pelo RI.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É possível visualizar, no Apêndice C, as informações dos Quadros 14 e 15, diagramadas no formato de um manual, expondo deste modo, o produto final desta pesquisa de forma harmoniosa e organizada.

As diretrizes apontadas podem ser personalizadas de acordo com as características e necessidades individuais das instituições, dos RI e das EU, cabendo a análise aos gestores dos respectivos setores responsáveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação científica de forma pública e gratuita é primordial para o desenvolvimento de novas pesquisas, e para que a sociedade tenha acesso à informação fruto de pesquisas científicas. Embasado nas questões que tangem a disseminação do conhecimento, o acesso aberto à informação e a adoção de repositórios institucionais por parte das instituições de ensino superior, esta pesquisa objetivou desenvolver um mapeamento de tais instituições, no intuito de realizar a verificação de seus RI, das políticas adotadas pelos mesmos e do vínculo existente entre os repositórios com as editoras universitárias dessas instituições.

Observou-se, no momento do mapeamento da pesquisa, que as instituições brasileiras seguem basicamente o mesmo padrão para formulação de seus RI, estruturando seus *sites* da mesma forma e, muitas vezes, os *layouts* utilizados continham uma composição visual similar, interferindo negativamente na apresentação dos repositórios.

Foi identificado um número elevado de instituições que ainda não abraçam a ideologia do acesso livre à informação e não dispõem de RI, somando um total de 41,7%. Sobre as instituições que possuem repositórios, mais da metade, um total de 53,1%, não dispõem de políticas de funcionamento disponibilizadas em suas respectivas páginas oficiais. Do grupo de RI que possui políticas de funcionamento, apenas 10,2% têm política de povoamento com as produções desenvolvidas na EU. Tais dados traçam um perfil sobre as IFES brasileiras, apontando para a necessidade de mais atenção, por partes dos gestores das Bibliotecas Universitárias, para o universo que compõe os repositórios institucionais.

Das instituições internacionais investigadas, três apresentaram em suas estruturas, falta de orientações e nenhuma política de funcionamento disposta em sua página. Porém, as demais conseguem organizar na página *web* de seu RI as políticas de funcionamento, assim como as informações sobre as bases em que o RI é fundamentado, o que torna mais clara e intuitiva a comunicação com os usuários. A NUS (*National University of Singapore*) apresenta um vídeo que traz uma explicação geral sobre seu repositório, na página *web* de seu RI.

A utilização de tal recurso de comunicação é um diferencial quando comparado com os demais tipos de apresentação utilizados nos RI investigados.

Envoltos nas apresentações do conjunto total de RI analisados, indo além das proposições relacionadas no início da pesquisa, apontamos as seguintes sugestões como opções de melhorias para as IFES:

1. Tratar o Repositório Institucional como um objeto individual da instituição, preocupando-se com questões que vão além de abarcar as pesquisas da instituição, como, por exemplo, o *design* e a usabilidade, uma vez que grande parte dos softwares utilizados para a criação de repositórios dispõe deste tipo de recurso. Deste modo, o usuário final se sentirá mais confortável na utilização do RI, encontrando os itens que procura de maneira fácil e intuitiva. Além disso, contribuirá diretamente para questões como *marketing* e divulgação do RI.
2. Inserir na página do RI uma seção de *Perguntas Frequentes*, recurso que minimiza as dúvidas por parte dos usuários, trazendo orientações gerais da equipe do repositório para as dúvidas mais recorrentes;
3. Não apresentar as políticas de funcionamento no formato de documento oficial da instituição. Podendo ser apresentado na própria página do repositório, pois é possível utilizar recursos *web*, e dispor um conjunto de seções e subseções que exponha de forma interativa as políticas definidas para o RI, padrão este adotado pelas instituições internacionais. Deste modo, podemos ter melhor organização e comunicação mais próxima dos usuários, sejam estes do corpo acadêmico ou público externo.
4. Escolher plataformas para o desenvolvimento do RI onde sejam possíveis incorporar o ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*), que é um identificador digital do autor, onde pesquisadores podem compartilhar informações em escala global e o DOI (*Digital object identifier*), que é um identificador numérico do conteúdo digital, como livros, artigos eletrônicos, entre outros. Visto que, os trabalhos acadêmicos recentes já tratam estes registros como obrigatoriedade, e o DSpace, plataforma mais utilizada nos RI, não suporta a inserção destes campos.

Dando seguimento ao que foi proposto pela pesquisa, foram mapeadas 113 instituições, sendo, 103 nacionais e 10 internacionais. Destas, ficamos com uma amostra para análise de 30 instituições, sendo 23 nacionais e 7 internacionais. Foi elaborado um quadro com categorias de análise composto por sete itens, seguindo o que foi planejado na metodologia. Das 30 instituições investigadas, apenas três continham, em suas políticas de funcionamento, as sete categorias de análise.

De posse dos dados obtidos, a fim de contribuir de forma positiva para o cenário encontrado, a presente pesquisa desenvolveu dois manuais de boas práticas, sendo um para a formulação de *políticas de funcionamento de RI*, e outro para o *desenvolvimento de políticas de povoamento de RI utilizando as produções da EU*. Tais materiais podem ser úteis nas seguintes condições:

1. Para as instituições que desejam implantar um RI, e ainda irão desenvolver suas políticas, como, por exemplo, o conjunto de IFES identificadas na pesquisa que ainda não possuem repositório institucional;
2. Para as instituições que já possuem RI, mas não dispõem de políticas de funcionamento, como o conjunto de 53,1% das IFES analisadas;
3. Para as instituições que já possuem RI com políticas de funcionamento, que possuem editora universitária, mas não possuem nenhuma política que inclua as produções da EU, como foi a situação do conjunto de 89,8% das IFES investigadas;
4. Para as instituições que já possuem RI com políticas de funcionamento, mas desejam revisar suas políticas com base nas exposições realizadas ao longo da pesquisa, inserindo as políticas que seu RI não possui;

Em conclusão, esperamos que tanto os dados coletados quanto os resultados apresentados possam ser úteis, cumprindo com os objetivos para os quais foram definidos. Consequentemente, que favoreçam as IFES e a comunidade de forma direta, as quais se beneficiarão com as melhorias conferidas aos RI nacionais.

Podemos apresentar como sugestão para trabalhos futuros: Avaliação de usabilidade de *interface* gráfica dos repositórios institucionais, fazendo um cotejamento nacional e internacional; Proposições de modelos de *interface* gráfica para repositório institucional; Interoperabilidade dos sistemas utilizados

nos RI e nos catálogos das EU, com a verificação de possibilidade de povoamento automático.

Quanto aos RI pertencentes às IFES, compreendemos que a pesquisa não se finda neste momento, visto que ainda existe um longo caminho a ser percorrido nos estudos científicos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS (ABEU). **ABEU 30 anos**. Disponível em: <http://www.abeu.org.br/farol/abeu/sobre/abeu-30-anos/208/>. Acesso em: 17 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS (ABEU). **Quem somos**. 2017f. Disponível em: <http://www.abeu.org.br/quem-somos>. Acesso em: 17 set. 2019.

ALARCÓN, M. R. O.; HERNÁNDEZ, M. P. R. Los Repositorios Patrimoniales, normas e interoperabilidad para definir un modelo. In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, (7shb) 2018, Madrid. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/viewFile/503/13>. Acesso em: 30 set. 2019.

ALTILO. **Universidades no Brasil**. Disponível em: https://www.altillo.com/pt/universidades/universidades_brasil.asp. Acesso em: 17 set. 2019.

ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada? **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 127-137, 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ARAÚJO, E. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Brasília-DF, 1986.

ARAÚJO, S. A.; FRANÇA, F. DA S.; CAVALCANTE, G. F. F.; FRANÇA DE LIMA, I.; MEDEIROS, J. W. DE M. Teletrabalho (Telework). **Informação em Pauta**, v. 4, n. especial 2, p. 132-151, 3 nov. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42611/99540>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BAGGIO, C. C. **Análise das Políticas de Informação dos Repositórios Institucionais das Universidades Federais do Brasil**. 2016. 352p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://150.162.242.35/bitstream/handle/123456789/174712/345787.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BAGGIO, C. C. BLATTMANN, U. Os repositórios das universidades federais do Brasil e suas políticas de informação. **RICI - Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 350-363, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/2553/2281/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BAPTISTA, A. A. *et al.* Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., 2007. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8727/1/2007EncontrosBibli.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

BAPTISTA, A. A. A falar nos entendemos: a interoperabilidade entre repositórios digitais. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, p. 71-90, 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11517>. Acesso em: 30 set. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. A. O rumor do conhecimento. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 69-77, 1998. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_10.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

BELARMINO, V. F.; ARAÚJO, W. J. de. Análise de vulnerabilidades computacionais em repositórios digitais. **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**. N. 56. 2014. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/169>. Acesso em: 20 out. 2019.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas: análise sob o aspecto das fontes informacionais**. 2011.150 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95776/296890.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programas e Ações**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm . Acesso em 24 de out de 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.609 , DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. **Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm . Acesso em 24 de out de 2019.

BRASIL. LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm . Acesso em 24 de out de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 24 de out de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.853**, de 14 de agosto de 2013. Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12853.htm. Acesso em 24 de out de 2019.

BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática.** São Paulo: EDUSP, 2001.

CAMARGO, L. S. de A. de; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In: SAYÃO, Luis *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009.

CAMARGO, L. S. A; VIDOTTI, S.B. G. Uma estratégia de avaliação em repositórios digitais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS–SNBU, 15., 2008, São Paulo - SP. **Anais...** São Paulo - SP. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/anaissnbu> . Acesso em: 30 set. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Vol. 2

CAVALCANTE, G. F. F. **EDITORA UFPB: Uma História Fundamentada em Dados.** 2018. 154f. Dissertação. (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/verProducao?idProducao=1083640&key=6c4dc36273c7b31bb19b90a018afa767>. Acesso em: 17 set. 2019.

CAVALCANTE, G. F. F.; LIMA, I. F. de. Gerenciamento da Rotina do Trabalho em Editoras Universitárias Públicas na Perspectiva da Sociedade da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento (PG&C)**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 25-44, 2016. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/mpgoa/article/view/31333>. Acesso em: 17 set. 2019.

CETIC. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2018**.

<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores> . Acesso em: 21 out. 2019.

COSTA. S. M. de S.; LEITE. F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

CORRADI, J. A. M. **Acessibilidade em ambientes informacionais digitais**: uma questão de diferença. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CROW, R. The Case for Institutional Repositories: A SPARC Position Paper. **ARL Bimonthly Report 226**. August, 2002. p. 1-7. Disponível em:

https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls690_109/Readings/Crow2002-CaseforInstitutionalRepositoriesSPARCPaper.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

DODEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, Luis *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em 24 de out de 2019

DSPACE. Disponível em: <https://duraspace.org/dspace/about/> . Acesso em 24 de out de 2019.

EDUFBA – Editora Universitária da UFPB. **A Editora**. Disponível em:

<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/pages/aEditora.html> Acesso em: 17 set. 2019.

ESCOBAR, H. Jornal da USP. **Fábricas de conhecimento**: O que são, como funcionam e para que servem as universidades públicas de pesquisa. 2019.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/> Acesso em: 25 set. 2019.

FERREIRA, A.M. J. F. C. et al. Serviços de Informação em Repositórios Institucionais. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2017, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2017, p. 600-615. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/462/300> . Acesso em: 15 set. 2019.

FERRARI, R. D. D.; PIRES, G. de L. **Auto-arquivamento e acesso aberto**: deveres e direitos digitais na sociedade em rede. RDBCI, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 22-38, fev. 2014. Disponível em:

<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/3874> . Acesso em: 30 set. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, M. A. de. **Diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais**. 2015. 199f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_05043d3be4919792f05c8d95577eb65a Acesso em: 11 set. 2019.

GALVÃO, T. F. PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00183.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

GARGOURI, Y. et al. Green and Gold Open Access Percentages and Growth, by Discipline. In. INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENCE AND TECHNOLOGY INDICATORS (STI), 17., 2012, Montreal, CA. **Anais eletrônicos...** Montreal: Science and Technology Indicators, 2012. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.00136> . Acesso em: 30 set. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, M. C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras Universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural?. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo. v.14, n.1, jan./mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100009. Acesso em: 23 set. 2019.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2018 - Notas Estatísticas. Brasília - DF. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 25 set. 2019.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEITE, F. C. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto.** Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliarGerenciar.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

LEITE, F.; AMARO, B.; BATISTA, T.; COSTA, M. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica.** Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 08 set. 2019.

GAUDIE LEY, M. D. L. de M. **Diretrizes para a proposição de política de povoamento de repositório institucional: o contexto da Universidade Federal Fluminense (UFF).** 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/MARIA%20DULCE%20LAGOEROM%20M%20GAUDIE%20LEY.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

LIMA, M. H. T. de F. Consequências do movimento pelo livre acesso – open access – e o direito à informação científica. In: SAYÃO, Luis *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: Essential Infrastructure for Scholarship in the Digital Age. **ARL Bimonthly Report**, v. 226, p. 1-7, 2003. Disponível em: <https://www.cni.org/wp-content/uploads/2003/02/arl-br-226-Lynch-IRs-2003.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luís Fernando *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009.

MARQUES NETO, J. C. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.4, n. 7, 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000200025. Acesso em: 20 set. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

NUNES, R. R.; MARCONDES, C. H.; WEITZEL, S. da R. Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3782/2905> Acesso em: 09 set. 2019.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de; LIMA, I. F. A memória da Editora Universitária da UFPB: história de vida dos servidores na construção da memória da instituição. In: FREIRE, I. M. *et al.* (Org.). Além das nuvens: expandindo as fronteiras da ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>. Acesso em: 17 set. 2019.

OpenDOAR. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/> . Acesso em: 22 out. 2019.

OpenDOAR. Statistics. Disponível em: https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html .Acesso em: 22 out. 2019.

OPEN ACCESS. Disponível em: https://openaccess.sdum.uminho.pt/?page_id=276 . Acesso em: 22 out. 2019.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PAOLINELLI, S. M. R.; GAYDECZKA, B.; ANJO, L. F. R. dos S. As editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362019000100025&script=sci_arttext#t4. Acesso em: 17 set. 2019.

PERIÓDICOS DE MINAS. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/entenda-o-que-e-acesso-aberto/> . Acesso em: 21 out. 2019.

PKP. Disponível em: <https://pkp.sfu.ca/about/history/>. Acesso em: 21 out. 2019.

RIBEIRO, M. K. S. **A trajetória histórica das editoras universitárias públicas no Maranhão**. 2018. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) –

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2803/1/MirnaRibeiro.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

RODRIGUES, E. O RepositoriUM – repositório institucional da universidade do Minho: da gênese à maturidade. In: ROSA, F.; GOMES, M. J. **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: UFBA, 2010, p. 153-204. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>. Acesso em: 10 set. 2019.

ROBINSON, M. **Institutional repositories**: staff and skills requirements. SHERPA Document. 2007. Disponível em <https://www.sherpa.ac.uk/news/Aug2007-01.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

ROSA, F.; GOMES, M. J. Dos promotores aos utilizadores: estudos sobre o RepositoriUM. In: ROSA, F.; GOMES, M. J. **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: UFBA, 2010, p. 153-204. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>. Acesso em 09 set. 2019.

ROSA, F. G. M. G. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional**: uma política de acesso aberto. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Departamento de Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTAREM SEGUNDO, J. E. **Representação iterativa**: um modelo para repositórios digitais. 2010. 224 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103346>. Acesso em: 30 set. 2019.

SAMAIN, E. Gregory Baateson: rumo a uma epistemologia da comunicação. **C-legenda** - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 05, 2001. Disponível em: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/309>. Acesso em 09 set. 2019.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 133-148, 2008.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Softwares livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luís Fernando *et al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

SAYÃO, L. F. **Repositórios digitais confiáveis**: conceitos, tecnologias e padrões. CTDE/CONARQ. 2010. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/ctde/apresentacoes_gestao/repositorios_confiveis_2010_11.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90-115, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939/20122>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SCIELO EM PERSPECTIVA. <https://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/#.Xa-jBehKjcd> . Acesso em: 22 out. 2019.

SETZER, V. W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. **Revista DatagramaZero**, Rio de Janeiro, v. zero, n. zero, 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14562>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

STUMPF, I. R. C. **Revistas universitárias**: projetos inacabados. São Paulo: [s.l.], 1994.

SWAN, A. The business of digital repositories. In: WEENINK, K.; WAAIJERS, L.; VAN GODTSENHOVEN, K. **A DRIVER's Guide to European Repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 15-47. Disponível em: <http://arno.uva.nl/document/93898>. Acesso em: 11 set. 2019.

SWAN, A.; CHAN, L. Repository Services: In: **Open Access Scholarl Information Sourcebook**. 18 April, 2009. Disponível em: <https://www.fosteropenscience.eu/content/open-access-scholarly-information-sourcebook> Acesso em: 30 set. 2019.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]** Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP, 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/7168/1/viana358.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

VIDOTTI et al. Coleta Automática para Povoamento de Repositórios Digitais: conversão de registros utilizando XSLT. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador - BA.

Anais... Salvador – BA: PPGCI, UFBA. p. 3.768-3.787. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/> . Acesso em: 30 set. 2019.

WERSIG, G. Information Science: The study of postmodern knowledge usage.
Information Processing and Management, v. 29, n. 2, p.229-239, 1993.
Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000142&pid=S1413-9936200600010000200046&lng=en. Acesso em: 15 ago. 2019.

APÊNDICE A – MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS QUE POSSUEM RI E EU

Quadro 16 – Mapeamento das instituições nacionais que possuem RI e EU

IFES		REPOSITÓRIOS		EDITORAS	
UF	Nome	RI	Endereço Web	EU	Endereço Web
RO	UNIR (Universidade Federal de Rondônia)	S	http://www.ri.unir.br/jspui/	S	http://www.edufro.unir.br/
	IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia)	N		N	
AC	UFAC (Universidade Federal do Acre)	N		S	http://www2.ufac.br/editora
	IFAC (Instituto Federal do Acre)	S	https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/635	S	https://portal.ifac.edu.br/index.php?option=com_blankcomponen&view=default&Itemid=509
AM	UFAM (Universidade Federal do Amazonas)	S	http://riu.ufam.edu.br/	S	https://www.edua.ufam.edu.br/
	IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas)	S	http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/?locale=pt_BR	N	
RR	UFRR (Universidade Federal de Roraima)	S	http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/	S	http://ufrr.br/editora/index.php
	IFRR (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima)	N		N	
PA	UFPA (Universidade Federal do Pará)	S	http://repositorio.ufpa.br/jspui/	S	https://editora.ufpa.br/

		UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)	S	http://repositorio.unifesspa.edu.br/jspui/	N	
		UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	N	
		UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia)	S	http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/	S	https://portaleditora.ufra.edu.br/
		IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará)	N		S	https://proppg.ifpa.edu.br/documentos-e-formularios/editora-ifpa
	AP	UNIFAP (Universidade Federal do Amapá)	N		S	https://www2.unifap.br/editora/
		IFAP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá)	N		S	http://www.ifap.edu.br/index.php/component/content/article/editora/equipe-editorial?id=498
	TO	UFT (Universidade Federal do Tocantins)	S	https://repositorio.uft.edu.br/?locale=pt_BR	S	https://www2.uft.edu.br/eduft
		IFTO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins)	N		N	
	MA	UFMA (Universidade Federal do Maranhão)	S	https://repositorio.ufma.br/jspui/	S	http://www.edufma.ufma.br/
		IFMA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	S	https://editora.ifma.edu.br/
	PI	UFPI (Universidade Federal do Piauí)	S	http://repositorio.ufpi.br/xmlui/	S	https://www.ufpi.br/edufpi
		IFPI (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí)	S	http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/	N	

	CE	UFC (Universidade Federal do Ceará)	S	http://www.repositorio.ufc.br/	S	http://www.ufc.br/biblioteca/editora-da-ufc-edicoes-ufc
		UNILAB (Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira)	S	http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/	N	
		URCA (Universidade Regional do Cariri)	N		N	
		IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	N	
	RN	UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	S	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/	S	http://www.editora.ufrn.br/
		UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	S	https://edufersa.ufersa.edu.br/
		IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)	S	http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/biblioteca-3/lateral/repositorio-institucional	S	https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora
	PB	UFPB (Universidade Federal da Paraíba)	S	https://repositorio.ufpb.br/	S	http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/
		UFCG (Universidade Federal de Campina Grande)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	S	https://editora.ufcg.edu.br/
		IFPB (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba)	S	http://repositorio.ifpb.edu.br/	S	http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb
	PE	UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)	S	https://www.repositorio.ufpe.br/	S	http://www.editoraufpe.com.br/
		UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco)	S	http://www.repository.ufrpe.br/	S	http://www.editora.ufrpe.br/

	PE	UPE (Universidade de Pernambuco)	N		N	
		IFPE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco)	S	https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/	S	<i>Página não encontrada</i>
		IF Sertão-PE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão)	S	http://releia.ifsertao-pe.edu.br:8080/jspui/	N	
	AL	UFAL (Universidade Federal Alagoas)	S	http://www.repositorio.ufal.br/	S	https://ufal.br/ufal/institucional/orgaos-de-apoio/academico/edufal/edufal
		IFAL (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas)	N		N	
	SE	UFS (Universidade Federal de Sergipe)	S	https://ri.ufs.br/	S	http://editora.ufs.br/pagina/425
		IFS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe)	S	https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/	S	http://www.ifs.edu.br/propex/index.php/editora
	BA	UFBA (Universidade Federal da Bahia)	S	https://repositorio.ufba.br/ri/	S	http://www.edufba.ufba.br/a-editora/
		UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)	S	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/	S	https://www.ufrb.edu.br/editora/a-editora
		UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia)	N		N	
		Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco)	N	<i>Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso</i>	N	
		IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia)	S	https://repositorio.ifba.edu.br/	S	http://www.editora.ifba.edu.br/

		IF Baiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano)	N		N	
	MG	UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)	S	https://repositorio.ufmg.br/	S	https://www.editoraufmg.com.br/#/
		UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá)	S	https://repositorio.unifei.edu.br/xmloi/	N	
		UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)	S	http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/equipe/10-riufvjm.html	N	
		UFV (Universidade Federal de Viçosa)	S	https://www.locus.ufv.br/	S	http://www.editora.ufv.br/
		UFU (Universidade Federal de Uberlândia)	S	https://repositorio.ufu.br/?locale=pt_BR	S	http://www.edufu.ufu.br/
		UFLA (Universidade Federal de Lavras)	S	http://repositorio.ufla.br/	S	http://www.editora.ufla.br/
	MG	UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora)	S	https://repositorio.ufjf.br/jspui/	S	http://www.ufjf.br/editora/
		UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto)	S	https://www.repositorio.ufop.br/	S	https://www.editora.ufop.br/index.php/editora
		UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei)	N		S	https://ufsj.edu.br/editora/index.php
		UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	S	http://www.uftm.edu.br/editora-universitaria
		UNIFAL (Universidade Federal de Alfenas)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	N	
		IFMG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais)	S	http://repositorio.gv.ifmg.edu.br:8080/	N	

		IFNMG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais)	N		N	
		IFSEMG (Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Sudeste De Minas Gerais)	N		N	
		IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais)	N		S	https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/portal-de-publicacoes/181-publicacoes-ifsuldeminas-geral/996-editora-ifsuldeminas
		IFTM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro)	N		S	http://www.iftm.edu.br/editora/
		CEFET – MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais)	N		N	
	ES	Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo)	S	http://repositorio.ufes.br/?locale=pt_BR	S	http://edufes.ufes.br/
		Ifes (Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo)	S	https://repositorio.ifes.edu.br/	S	<i>Página não encontrada</i>
	RJ	UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	S	https://pantheon.ufrj.br/	S	http://www.editora.ufrj.br/
		UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)	S	http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/	S	https://www.eduerj.com/eng/?tag=unirio
		UFF (Universidade Federal Fluminense)	S	https://app.uff.br/riuff/	S	http://www.uff.br/?q=setor/editora-da-uff-eduff
	RJ	UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)	S	http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/	S	http://www.editora.ufrj.br

		IFRJ (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro)	N		N	
		IFF (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense)	N		N	
		CEFET – RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca)	N		N	
	SP	UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo)	S	http://www.repositorio.unifesp.br/	S	http://www.editoraunifesp.com.br/
		UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)	S	https://repositorio.ufscar.br/	S	https://www.edufscar.com.br/
		UFABC (Universidade Federal do ABC)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	S	http://editora.ufabc.edu.br/
		IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo)	S	https://sistemas.ifsp.edu.br/projcts/repositorio-institucional	S	http://www2.ifsp.edu.br/index.php/08-campos-do-jordao/4689.html
	PR	UFPR (Universidade Federal do Paraná)	N	<i>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</i>	S	https://www.editora.ufpr.br/
		UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)	S	https://dspace.unila.edu.br/	S	https://portal.unila.edu.br/editora
		UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)	S	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/	S	http://portal.utfpr.edu.br/editora
		IFPR (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná)	N	<i>Repositório Digital</i>	S	http://reitoria.ifpr.edu.br/editora/
	SC	UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)	S	https://repositorio.ufsc.br/	S	https://editora.ufsc.br/

		UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul)	N	<i>Repositório Digital</i>	S	https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/diretoria-de-comunicacao/setores/editora
		IFSC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina)	S	https://repositorio.ifsc.edu.br/	N	
		IFC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense)	N		S	http://editora.ifc.edu.br/
	RS	UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)	N	<i>Repositório Digital</i>	S	http://www.ufrgs.br/editora/
		UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)	S	https://repositorio.ufcspa.edu.br/	S	https://www.ufcspa.edu.br/index.php/editora
	RS	UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa)	S	http://dspace.unipampa.edu.br/	S	https://sites.unipampa.edu.br/edunipampa/
		FURG (Universidade Federal do Rio Grande)	S	http://repositorio.furg.br/	S	https://edgraf.furg.br/
		UFPeI (Universidade Federal de Pelotas)	S	http://guaiaca.ufpel.edu.br/	S	https://wp.ufpel.edu.br/editoraufpel/
		UFSM (Universidade Federal de Santa Maria)	N	<i>Repositório Digital</i>	S	https://editoraufsm.com.br/
		IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul)	N	<i>Em desenvolvimento</i>	N	
		IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense)	N	<i>Em desenvolvimento</i>	S	http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/2272-lancamento-oficial-da-editora-ifsul-marca-reuniao-de-conselho-editorial

		IFSul Pelotas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense)	N		N	
	MS	UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)	S	https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/	S	https://editora.ufms.br/
		UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados)	S	http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/	S	https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/index
		IFMS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul)	N		N	
	MG	UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso)	S	http://ri.ufmt.br/	S	http://www.editora.ufmt.br/
		IFMT (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso)	N		N	
	GO	UFG (Universidade Federal de Goiás)	S	https://repositorio.bc.ufg.br/	S	https://www.cegraf.ufg.br/
		IFG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)	N	<i>Repositório Digital</i>	S	https://editora.ifg.edu.br/editoraifg
		IF GOIANO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano)	S	https://repositorio.ifgoiano.edu.br/	N	
	DF	UnB (Universidade de Brasília)	S	http://repositorio.unb.br/	S	https://www.editora.unb.br/
		IFB (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília)	N		S	http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/index

Fonte: Dados da pesquisa 2019

APÊNDICE B – MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS QUE POSSUEM RI E EU

Quadro 17 – Mapeamento das instituições internacionais que possuem RI e EU

Local	Instituição	RI	Endereço Web	EU	Endereço Web
Europa	UNIVERSIDADE DO MINHO Portugal https://www.uminho.pt/PT	S	https://repositorium.sdum.uminho.pt/	S	https://editora.uminho.pt/pt
	UNIVERSITY OF OXFORD Reino Unido http://www.ox.ac.uk/	S	https://ora.ox.ac.uk/	S	https://global.oup.com/academic/?cc=us&lang=en&
Américas	HARVARD UNIVERSITY Estados Unidos https://www.harvard.edu/	S	https://dash.harvard.edu/	S	https://hbsp.harvard.edu/contact-us/
	UBA (<i>Universidad de Buenos Aires</i>) Argentina http://www.uba.ar/	S	http://repositorioubasibbi.uba.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi	S	https://www.eudeba.com.ar/
África	UKZN (<i>University of KwaZulu-Natal</i>) África do Sul https://www.ukzn.ac.za/	S	http://researchspace.ukzn.ac.za/jspui/	S	http://www.ukznpress.co.za/

Ásia	EU (Egerton University) Quênia http://www.egerton.ac.ke/	S	http://ir-library.egerton.ac.ke/	S	http://www.egerton.ac.ke/index.php/eu-press.html
	NUS (National University of Singapore) Singapura http://www.nus.edu.sg/	S	https://scholarbank.nus.edu.sg/	S	https://nuspress.nus.edu.sg/
	NTU (Nanyang Technological University) Singapura https://www.ntu.edu.sg/Pages/home.aspx	S	http://dr.ntu.edu.sg/	S	https://www.ntu.edu.sg/AboutNTU/UniversityPublications/Pages/index.aspx
Oceania	University of Melbourne Austrália https://www.unimelb.edu.au/	S	https://minerva-access.unimelb.edu.au	S	https://www.mup.com.au/
	MONASH UNIVERSITY Austrália https://www.monash.edu/	S	https://research.monash.edu/en/	S	https://www.publishing.monash.edu/

Fonte: Dados da pesquisa 2019

**APÊNDICE C – MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA A CRIAÇÃO DE
POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO E DE POVOAMENTO DE RI:
PERSPECTIVAS ABRANGENDO AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**

Quadro 18 – Manual de boas práticas para a criação de políticas de funcionamento e de povoamento de ri: perspectivas abrangendo as editoras universitárias

**BOAS PRÁTICAS PARA A CRIAÇÃO
DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO
E DE POVOAMENTO DE RI:
PERSPECTIVAS ABRANGENDO
AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**



**Sâmella Arruda Araújo
Izabel França de Lima**

Apresentação

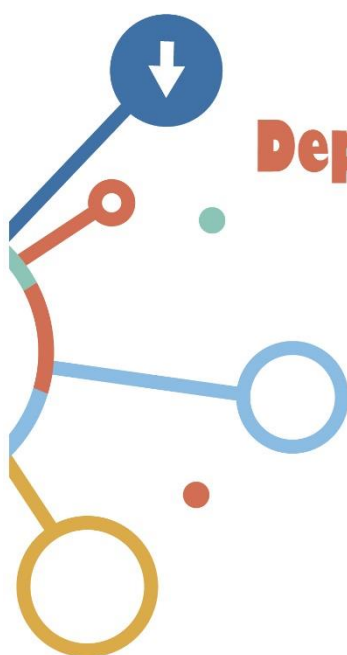
Pensar a preservação da memória e a disseminação da informação e do conhecimento é requisito básico para o futuro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), reconhecendo os acontecimentos do passado e os estudos e pesquisas outrora realizados.

Envoltos nos conceitos difundidos pelo movimento do acesso aberto à informação científica, considerando a preservação da memória e a disseminação da informação e do conhecimento, bem como o propósito dos Repositórios Institucionais (RI), elaboramos uma série de sugestões para a criação das políticas de funcionamento do RI, incluindo um grupo de orientações específicas para as políticas de povoamento que abarquem as produções das Editoras Universitárias (EU). Tais políticas englobam uma série de categorias extremamente importantes para o bom desempenho do repositório na instituição à qual pertence e perante a sociedade, pois estas políticas servem como base de orientação à equipe gestora do RI e como norteamento para os usuários.

SUMÁRIO

De pósito	3
Coleções	5
Direitos Autorais	6
Metadados	7
Autoarquivamento	8
Preservação Digital	9
Exclusão de arquivos	10
Políticas de povoamento para as produções das Editoras Universitárias	12





Depósitos

Definir como serão realizados os depósitos, de forma mandatória/compulsória ou de forma voluntária, apresentando o respectivo conceito, a fim de a comunidade compreender a natureza de cada um;

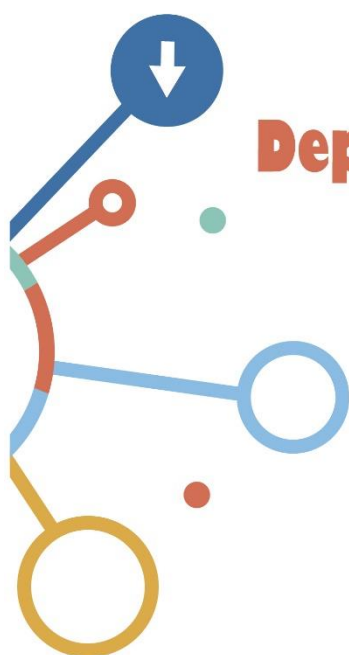
Listar todos os tipos de documentos que devem ser obrigatoriamente depositados (modelo compulsório), a fim de sanar quaisquer dúvidas por parte da comunidade acadêmica;

Listar os tipos de documentos que podem ser submetidos. Exemplos: produção bibliográfica, produção técnica, trabalhos finais de curso, produção cultural, etc.;

Definir se haverá ou não uma equipe/setor/responsável específico para o monitoramento/validação dos depósitos realizados, a fim de garantir que os arquivos enviados às comunidades/coleções estejam em conformidade com os critérios estabelecidos. Este procedimento pode ser feito por método de validação;

Mencionar as exceções, que desobrigam a submissão das pesquisas, tais como:

- Livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- Artigos publicados em revistas científicas que estabelecem, em seus contratos com os autores, cláusulas que impedem o depósito em repositórios de acesso livre;
- Documentos cujo conteúdo possui resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros, a serem editados com fins comerciais;



Depósitos

Definir orientações relativas aos formatos dos arquivos de forma clara, como: tamanho máximo, extensões de arquivos que são aceitas, etc.;

Definir quais os critérios para a aceitação e a publicação no repositório institucional;

Definir quais atores estão responsáveis pelos procedimentos de depósito, por exemplo: os departamentos e os estudantes, definindo como cada ator deve proceder;

Disponibilizar de forma ordenada os formulários que compõem o processo de depósito;

Descrever os possíveis níveis de acesso e embargo que tangem os documentos digitais submetidos;

Demonstrar a declaração de privacidade sobre os dados pessoais, como nome, departamento, corpo docente e endereço de e-mail, enviados durante o processo de depósito.

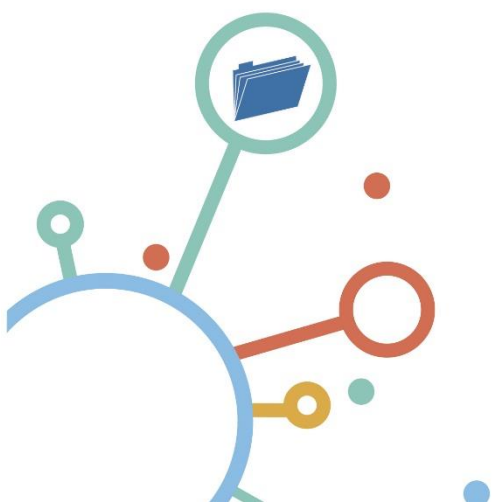
Coleções

Definir níveis de acesso e de edição, como: quem pode realizar a criação, exclusão e a alteração das comunidades/coleções;

Organizar em uma estrutura hierárquica composta por comunidades, subcomunidades e coleções de itens (documentos), que poder ser feita conforme necessidade da instituição;

Especificar se, dentro de cada comunidade, pode haver um número limitado ou ilimitado para as subcomunidades e coleções;

Definir se haverá ou não uma equipe/setor/responsável específico para o monitoramento/validação das inserções, exclusões e alterações das comunidades, subcomunidades e coleções.



Direitos Autorais

Apresentar quais licenças regem os documentos que são submetidos ao repositório, observando as questões legais de depósito quanto aos direitos autorais;

Listar os formulários que devem ser preenchidos acerca do tema;

Para o caso de autorização do depósito em repositório de livre acesso de material já aprovado em algum meio de publicação restrito, que possuam os direitos autorais da obra:

- Observar se o acordo de transferência de direitos autorais está especificando, explicitamente, esse direito;
- Recomenda-se ao autor, sempre que possível, modificar seu contrato de direitos autorais, junto ao órgão responsável pela publicação restrita, para que o editor não desautorize o depósito no RI;

Definir os termos de uso do documento que está sendo submetido, por exemplo: podem ser acessados, impressos e / ou baixados pelos usuários para sua própria pesquisa acadêmica, estudo particular e fins de ensino.



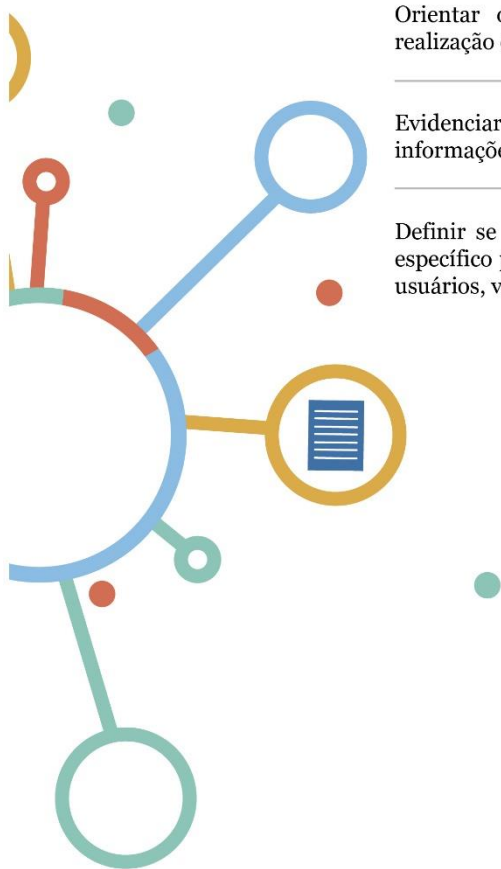
Metadados

Conscientizar os usuários de que o preenchimento dos metadados é uma etapa fundamental da padronização, sendo diretamente relacionado com os processos de busca e recuperação da informação;

Orientar o preenchimento dos metadados durante a realização do depósito do objeto digital;

Evidenciar que deve ser fornecido o máximo de informações possíveis para o conjunto de dados da obra;

Definir se haverá ou não uma equipe/setor/responsável específico para a validação dos metadados inseridos pelos usuários, visando um alto nível de padronização.



Autoarquivamento

Conscientizar a comunidade sobre a importância acerca do depósito de seus trabalhos em RI, mostrando as vantagens obtidas ao ter suas pesquisas acessíveis na Internet;

Definir um prazo máximo para a submissão dos arquivos, levando em conta que, se o prazo for muito longo, os dados podem perder a validade;

No caso de pesquisas de conclusão de curso da instituição, existe a possibilidade de atrelar a entrega do diploma, a confirmação de depósito no RI, gerando assim uma obrigatoriedade;

Expor um passo a passo sobre o processo de autoarquivamento, a fim de sanar eventuais dúvidas por parte da comunidade acadêmica. Assim, é possível diminuir a procura pelo setor responsável pelo RI, na busca de auxílio para a realização deste processo.





Preservação Digital

Conscientizar a comunidade sobre a importância do ciclo de vida dos dados, de manter a fidelidade dos arquivos conforme os originais, de modo a preservar a memória da instituição;

Elencar recomendações sobre a adoção de padrões que auxiliem na preservação, a longo prazo, dos objetos digitais inseridos no RI;

Definir ciclo de revisão/análise do funcionamento dos hardwares e software utilizados como suporte no RI, estando atentos aos ciclos de renovação tecnológica, a fim de evitar danos que possam degradar os dados digitais;

Definir métodos e periodicidade de backups dos dados digitais;

Definir questões relacionadas à aquisição e alocação de recursos tecnológicos, necessários para a preservação dos dados digitais;

Definir estratégias de migração/exportação dos dados digitais.

Exclusão de arquivos

Listar os possíveis casos para exclusão de arquivos do repositório, tais como: violações do contrato de licença, violações de requisitos legais, violações éticas, plágio comprovado etc;

Elencar os passos a serem seguidos, caso o autor deseje solicitar a retirada dos arquivos do RI;

Listar os formulários que devem ser preenchidos acerca do tema;

Definir prazos para a retirada do material e quem abará esta responsabilidade.

Para o povoamento ser eficiente, a equipe deve trabalhar de modo integrado, pois neste momento serão requeridos esforços de várias áreas profissionais envolvidas no processo de instauração do RI, a fim de criar políticas bem claras. Dentre as políticas que contribuem para o povoamento do RI, encontramos as de Depósito e Autoarquivamento. Visto que o vínculo entre as obras da EU e o povoamento do RI é de extrema importância, apontaremos diretrizes para a criação de política de povoamento específica para as obras da EU.

sugestões para orientar as IFES na
elaboração das diretrizes de
políticas de povoamento que
possam vir a contemplar as
publicações desenvolvidas pelas

Editoras Universitárias



Direitos Autorais

Orientar seus autores sobre a necessidade de liberar os direitos autorais para ser possível depositar no RI;

Anexar ao processo de depósito de material bruto, um documento de liberação de direitos autorais e um termo de responsabilidade sobre o que será publicado emitido pelo(s) autor(es).

Comunidades

Definir junto à equipe gestora do RI a inserção, alteração ou exclusão das comunidades, subcomunidades e coleções que contemplem as produções da EU, tornando mais fácil a busca dos materiais depositados no RI.

Conteúdo

Definir quais conteúdos podem ser depositados, respeitando as determinações gerais do repositório.

Arquivos gerados pelos diagramadores



Orientar a equipe de diagramação de acordo com:

- Os padrões de formatos adotados pelo RI para os arquivos finais;
- O limite de tamanho já estabelecido nas políticas do RI;
- O método de nomenclatura adequado, de modo a otimizar o processo de submissão. Por exemplo: Não utilizar caracteres especiais, como: (, ~! @ # \$% ^ & * () `; <>?, [] {} " ' |), utilizar o tipo da publicação (Livro, livreto, e-book, etc) no nome do arquivo, etc.

Metadados

Fornecer o máximo de informações possíveis para o conjunto de dados da obra;

Utilizar os padrões utilizados pelo RI, caso existam;

Arquivo Leia-me

Desenvolver um arquivo leia-me com os seguintes dados:

- Utilizar o formato .txt
- Incluir informações gerais, como: título do conjunto de dados, data / intervalo de datas da coleta de dados, etc;
- Informações relevantes sobre o arquivo que está sendo enviado;
- Pequena descrição sobre as informações metodológicas.

Envio

Os trabalhos enviados devem conter o conjunto dos documentos definidos pela equipe gestora do RI, para submissão;

Considerar a utilização de recursos de compactação de arquivos, caso necessário.

Exclusão de arquivos

Orientar seus autores sobre os procedimentos de exclusão de arquivos adotados pelo RI.



As diretrizes apontadas podem ser personalizadas de acordo com as características e necessidades individuais das instituições, dos RI e das EU, cabendo a análise aos gestores dos respectivos setores responsáveis.